



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(UNIRIO)**

ELAINE CRISTINA DO CARMO ANDRADE

**O Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares e suas
práticas de Gestão Democrática nos Grêmios Estudantis em Duas
Escolas de Tempo Integral do Município do Rio de Janeiro.**

RIO DE JANEIRO

2022

ELAINE CRISTINA DO CARMO ANDRADE

O Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares e suas práticas de Gestão Democrática nos Grêmios Estudantis em Duas Escolas de Tempo Integral do Município do Rio de Janeiro.

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEdu/UNIRIO.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Adriano Rodrigues Silva

RIO DE JANEIRO

2022

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

A554 Andrade, Elaine Cristina do Carmo
O Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades
Escolares e suas práticas de Gestão Democrática nos
Grêmios Estudantis em Duas Escolas de Tempo
Integral do Município do Rio de Janeiro. / Elaine
Cristina do Carmo Andrade. -- Rio de Janeiro, 2022.
135

Orientador: Bruno Adriano Rodrigues da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Educação, 2022.

1. Grêmio estudantil. 2. Gestão democrática. 3.
Educação integral e(m) tempo integral. 4.
Protagonismo juvenil. I. Rodrigues da Silva, Bruno
Adriano, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Programa de Pós-Graduação em Educação

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

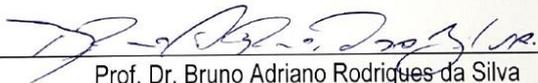
Elaine Cristina do Carmo Andrade

“O Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares e suas práticas de Gestão Democrática nos Grêmios Estudantis em Duas Escolas de Tempo Integral do Município do Rio de Janeiro (2018).”

Aprovada pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, 13 / 10 / 2020

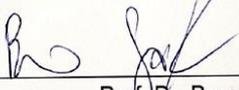
Em conformidade com a Resolução nº 5.257 de 25/03/2020 e a Ordem de Serviço PROPGPI nº 3 de 02/07/2020, esta ata vai somente por mim assinada, atestando que a defesa ocorreu com a participação dos componentes abaixo listados.



Prof. Dr. Bruno Adriano Rodrigues da Silva
(orientador)



Prof.ª Dr.ª Elisangela da Silva Bernado
(avaliadora interna)



Prof. Dr. Bruno Gawryszewski
(avaliador externo)

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a minha família, que é meu alicerce em todos os momentos e possui grandioso significado em minha trajetória de vida. Amados pai (in memoriam), mãe, irmãs, sobrinhas e avó (in memoriam), que acreditam no meu potencial e fizeram parte das minhas escolhas. Essa conquista também é de vocês!

AGRADECIMENTO

Gratidão àquele que me deu a vida, Deus. Por permitir que tornasse meu sonho em realidade conquistando o título de mestre, por me fazer capaz de atuar em diferentes funções nas quais fui escolhida para estar presente e realizar conquistas que não acreditava serem possíveis.

Agradeço aos amores da minha vida, pai e mãe, meus grandes incentivadores e exemplos. Obrigada por me escolherem como filha e compreenderem cada fase e cada esforço, por sonharem comigo os meus sonhos e levarem a Deus todas as minhas ansiedades. Agradeço de todo o coração ao meu orientador Bruno Adriano Rodrigues Silva. Pela paciência e por me ensinar e apresentar o que é a pesquisa acadêmica, me incentivando e compreendendo minhas fases em construção. Tornou-me pesquisadora e me mostrou o quanto podemos conquistar com o nosso próprio esforço, como exercício diário. Agradeço por cada palavra de incentivo e por cada “vai dar tudo certo” quando parecia que não daria.

Agradeço às minhas irmãs, Érika e Andrea por vibrarem comigo a cada vitória e por torcerem para tudo correr sempre bem.

À minha grande família, chamada “amigos” minha imensa gratidão, por renovarem meu ânimo com sorrisos, risadas e por entenderem minhas ausências.

Agradeço aos colegas de trabalho e amigos Jefferson e Carol por me ajudarem durante o processo seletivo. À comadre Cristiane, que fez parte da minha vida acadêmica e profissional desde a primeira escola. Ao melhor grupo de pesquisa que convivi, o NEEPHI, coordenado pelos professores Bruno Adriano e Ligia Martha Coelho, grata pelos encontros sempre tão produtivos.

Aos meus amigos de luta da Secretaria Municipal de Educação, muito obrigada! Em especial, Ana Paula e Bruna Moraes que foram parceiras e compreensivas durante a rotina diária de trabalho e estudos. Às responsáveis pelo NIAP, a professora Kátia Rios e a psicóloga Bárbara meu muito obrigada pelas longas conversas a fim de me ajudar a compreender a caminhada percorrida até a constituição dos Grêmios Estudantis das escolas cariocas no ano de 2018.

Gratidão aos professores Bruno Gawryszewski (UFRJ) e Elisangela Bernado (UNIRIO), sou grata por me receberem de forma excepcional e pela leitura e análise

cuidadosa desse estudo e ainda pelas sugestões valiosas a fim de enriquecê-lo com suas contribuições ajudando-me a me tornar mestre. Obrigada!

Agradeço ao PPGEdu - UNIRIO e a todas as pessoas que fazem esse programa ser tão excelente. Grata sempre!

“Ai daqueles que pararem com sua capacidade de sonhar, de invejar sua coragem de anunciar e denunciar. Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e o agora, se atrelarem a um passado de exploração e de rotina.”

(Paulo Freire)

RESUMO

Por razões profissionais, nesta dissertação projetamos uma análise das práticas de gestão democrática voltadas para os grêmios estudantis em duas Escolas de Tempo Integral no Ensino Fundamental I, uma da 7ª Coordenadoria Regional de Educação e outra da 10ª, no ano de 2018, na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Olharemos, particularmente, para as práticas desempenhadas pelo Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares. Há uma escassez de estudos sobre a organização de grêmios estudantis, considerando a gestão democrática, em escolas de tempo integral, conforme indica o levantamento realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no portal de periódicos Scientific Electronic Library Online e os Grupos de Trabalho das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Metodologicamente lançamos mão de uma revisão bibliográfica sobre os temas da Gestão Democrática e da Educação Integral e(m) Tempo Integral como forma de sustentação da análise documental que considerou o que era proveniente da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em especial os documentos produzidos pelo Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares, e as legislações educacionais da cidade do Rio de Janeiro. Dividimos a dissertação em três capítulos. Um sobre a gestão democrática, suas raízes, aspectos políticos e sobre os Grêmios Estudantis. Outro capítulo que abrange o tema da Educação Integral e(m) Tempo Integral na política educacional brasileira. E um terceiro capítulo para discutir a Educação Integral e(m) Tempo Integral na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em especial as ações do Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares, setor responsável pelo desenvolvimento dos grêmios estudantis nas escolas em 2018, considerando as documentações levantadas durante a coleta de informações sintetizada na metodologia. Concluímos ao observar a ação do Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares, que há uma aproximação entre a Gestão Democrática e a Educação Integral e(m) Tempo Integral, sendo os grêmios estudantis em duas escolas de tempo integral entidades responsáveis por elucidar o que há de democrático nas práticas de gestão realizada pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em um dado momento.

Palavras-chave: Gestão Democrática, Educação Integral e(m) Tempo Integral, Grêmios Estudantis.

ABSTRACT

For professional reasons, in this dissertation we project an analysis of democratic management practices aimed at student associations in two full-time schools in Elementary School I, one of the 7th Coordination and the 10th, in 2018, at the Municipal Education Bureau of the Rio de Janeiro City Hall. We will look particularly at the practices performed by the Interdisciplinary Center for Support to School Units. There is a lack of studies on the organization of student associations, considering democratic management, in full-time schools, as indicated by the survey conducted at the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, in the website Scientific Electronic Library Online and the Working Groups at the National Meetings of the National Association of Graduate Studies and Research in Education. Methodologically, we used a bibliographic review on the themes of Democratic Management and Full Time Education to support the documentary analysis that considered what came from the Municipal Bureau of Education at the Rio de Janeiro City Hall, especially the documents produced by the Interdisciplinary Center for Support to School Branches, and the educational bills of the city of Rio de Janeiro. We divided the dissertation into three chapters. One about democratic management, its roots, political aspects and about the Student Associations. Another chapter covers the theme of Full Time Education in Brazilian educational policy. And a third chapter to discuss the Full Time Education at the Municipal Department of Education of the City of Rio de Janeiro, especially the actions of the Interdisciplinary Center for Support to School Units, sector responsible for the development of student Associations in schools in 2018, considering the documentation retrieved during the collection of information synthesized in the methodology. We conclude, by observing the action of the Interdisciplinary Center for Support to School Units, that there is a closeness between Democratic Management and Full Time Education, being the Student Associations in two full time schools the responsible for pointing out what is democratic in the management practices carried out by the Municipal Bureau of Education at the Rio de Janeiro City Hall at a given time.

Keywords: Democratic Management, Full Time Education, Student Guilds.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Cartaz de divulgação para eleição do Grêmio Estudantil	73
Figura 2 Folder de divulgação para participação do Grêmio Estudantil	76
Figura 3 Verso do folder de divulgação dos grêmios	77
Figura 4 Mapeamento de propostas das chapas inscritas	81
Figura 5 Categorização das ações propostas pelas chapas	82
Figura 6 Reportagem Jornal "O Globo"	84
Figura 7 Recorte do Estatuto do CIEP	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Dissertações e Teses a partir de palavra-chave	15
Tabela 2 Trabalhos na base de dados Scielo a partir das palavras chaves	16
Tabela 3 Trabalhos na biblioteca digital ANPEd a partir das palavras chaves	18
Tabela 4 Total de Comissões e alunos participantes.	78
Tabela 5 Números da eleição do Grêmio Estudantil 2018	83
Tabela 6 Total de pessoas presentes na posse dos Grêmios Estudantis	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Trabalhos encontrados na Scielo com busca avançada	17
Quadro 2 Biblioteca ANPEd	18
Quadro 3 Normativas de ampliação de carga horária da PCRJ antes da Lei do TU 53	
Quadro 4 Cronograma das etapas do processo eleitoral	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
JUSTIFICATIVA.....	15
METODOLOGIA DE PESQUISA	20
1. A GESTÃO DEMOCRÁTICA: RAIZES HISTÓRICAS, ASPECTOS POLÍTICOS E OS GRÊMIOS ESTUDANTIS.....	23
1.1 Raízes da Gestão Democrática	23
1.2 Aspectos políticos da Gestão Democrática	28
1.3 Os Grêmios Estudantis na Gestão Democrática	31
2. A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO INTEGRAL E(M) TEMPO INTEGRAL.....	37
2.1. Um panorama da política educacional no Brasil.....	37
2.2 Os programas voltados para a EITI	46
2.3. EITI na SME do Rio de Janeiro.	53
3. O NIAP E AS SUAS PRÁTICAS DE GESTÃO NOS GRÊMIOS ESTUDANTIS	62
3.1. As normativas sobre os Grêmios Estudantis na PCRJ.....	62
3.3. O NIAP: setor responsável pela constituição dos grêmios estudantis na PCRJ (de dezembro de 2017 a março de 2019)	67
3.3.1 As práticas de gestão para os Grêmios Estudantis: registros de 2018 do NIAP	71
3.3.2. Fase I - Mapeamento e mobilização	72
3.3.3. Fase II: Eleição das diretorias executivas dos Grêmios Estudantis- Processo Eleitoral	80
3.3.4 Fase III - Promoção do protagonismo e suporte ao desenvolvimento das propostas dos grêmios estudantis	87
3.4. O Estatuto dos Grêmios Estudantis cariocas: CIEP e EMEFI.....	90
3.4.1 Análise dos estatutos de duas escolas cariocas	92
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	101
ANEXOS	110
ANEXO A - ORGANOGRAMA DA SME DA PCRJ (2022).....	110
ANEXO B - Modelo FORMULÁRIO alunos: Inscrição das Chapas para Eleição dos Grêmios Estudantis.....	111
ANEXO C - Questionário de Informações sobre a composição das Comissões Eleitorais	113
ANEXO D - Circular E/SUBE/NIAP nº 02 de 08/11/2018	115
ANEXO E - Orientações para elaboração dos estatutos	118

ANEXO F – Formulário de análise dos estatutos (2019)..... 123

INTRODUÇÃO

No início do ano letivo de 2002, tornei-me professora da rede municipal do Rio de Janeiro. Tinha 23 anos e cursava Administração de Empresas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Isto foi possível à época devido a minha formação no curso de nível médio, modalidade Normal, pelo Instituto de Educação Sarah Kubistchek (IESK).

Iniciei a carreira na SME lecionando em uma turma que fazia parte do Programa Acelera Brasil¹. Já atuava como professora no Ensino Fundamental I durante a implementação do 1º Ciclo de Formação², apesar da inexperiência. Assim, como professora na Rede Municipal do Rio de Janeiro, já se passaram 20 anos de atuação em diversas funções. Foram 5 anos no Ensino Fundamental I (concomitantemente com atuação na Educação Infantil), 3 anos no Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA), 2 anos como Professora Articuladora de Educação Infantil (orientação pedagógica), 5 anos em Direção Escolar, 1 ano como docente, no programa de Turno Único, em uma escola bilíngue da PCRJ.

Em 2018 trabalhei como coordenadora pedagógica em uma escola, onde participei das ações propostas pelo Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares (NIAP), atuando diretamente na organização, eleição e formação do Grêmio Estudantil e como Assistente II da Gerência de Administração da 2ª Coordenadoria Regional de Educação³.

Ao passo da trajetória descrita acima, em especial das experiências vividas em 2018, nesta dissertação projetamos uma análise das práticas de gestão democrática voltadas para os grêmios estudantis em duas Escolas de Tempo Integral no Ensino Fundamental I, uma da 7ª CRE e outra da 10ª, no ano de 2018, na Secretaria Municipal de Educação (SME) da Prefeitura da Cidade do Rio de

¹ O Programa Acelera Brasil foi criado como estratégia para corrigir o fluxo escolar e garantir uma educação de qualidade para todos os alunos das redes públicas de ensino. Disponível em <https://institutoayrtonsenna.org.br/ptbr/comoatuamos/acelera/Acelera2.html#:~:text=O%20Acelera%20Brasil%20foi%20criado%20como%20estrat%C3%A9gia%20para%20corrigir%20o,das%20redes%20p%C3%ABlicas%20de%20ensino>. Acesso em 05/07/2022.

² Disponível em <http://www0.rio.rj.gov.br/sme/downloads/multieducacao/RefletindoSobreOCiclo.pdf>. Acesso em 05/07/2022.

³ Desde 2019 atuo no Centro de Operações Rio (COR), representando a SME como colaboradora na sala de controle de cidade. Função esta que desempenho até a data de hoje e que contribui para a construção de uma aprendizagem gestacional pública e de integração entre os órgãos.

Janeiro (PCRJ). Olharemos, particularmente, para as práticas desempenhadas pelo Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares (NIAP).

JUSTIFICATIVA

Um dos fatores que justifica a realização dessa dissertação é o fato de que no tema da Educação Integral e(m) Tempo Integral (EITI) pouco se estudou sobre as práticas de gestão democrática, em especial, o que diz respeito aos grêmios estudantis. Fazemos essa afirmação com base em um levantamento bibliográfico que mapeou trabalhos relacionados ao tema deste estudo.

Fizemos uso da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O portal de periódicos Scientific Electronic Library Online (SciELO) e os Grupos de Trabalho das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) também fizeram parte do levantamento realizado entre fevereiro e junho de 2022. Utilizamos como descritores: (1) Tempo integral, (2) Grêmios Estudantis, (3) Turno Único, (4) Gestão democrática (5) Gestão democrática + tempo integral, (6) Gestão democrática + Grêmios Estudantis, (7) Tempo integral + Grêmios Estudantis e (8) NIAP – Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares.

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), localizamos 304 trabalhos relacionados à palavra “tempo integral”; 54 trabalhos localizados a partir da combinação das palavras “gestão democrática” e “tempo integral”; 394 trabalhos referentes à busca com o descritor “gestão democrática”; 1 trabalho referente ao “turno único”; 7 trabalhos com as palavras “grêmios estudantis”; nenhum trabalho referente à combinação “gestão democrática e grêmios estudantis” e 1 trabalho com a combinação “tempo integral e grêmios estudantis”. Fazendo, assim, um total de 761 trabalhos encontrados.

Tabela 1 Dissertações e Teses a partir de palavra-chave

Palavras-chave	Dissertações e teses
Tempo Integral	304
Grêmios Estudantis	7
Turno único	1
Gestão democrática	394

Gestão democrática + tempo integral	54
Gestão democrática + Grêmio Estudantil	0
Tempo Integral + Grêmio Estudantil	1
NIAP (Núcleo interdisciplinar de apoio às unidades escolares)	0
Total de trabalhos encontrados	761

Fonte: Elaborado pela autora em fevereiro 2022 com base na BDTD

No portal Scielo, empregamos todos os índices disponíveis - no Brasil e pelo mundo - para encontrarmos trabalhos que se assemelhem aos termos selecionados para a pesquisa. Desse modo, foram encontrados um total de 665 trabalhos, sendo: 415 referentes às palavras “tempo integral” e 226 referentes à “gestão democrática”. Foram encontrados 17 itens relacionados ao termo “turno único” e, às palavras “grêmio estudantil”, apenas 5. Às palavras “Gestão democrática + educação integral” foi encontrado 1 trabalho, às palavras associadas “gestão democrática + grêmio estudantil” foi encontrado também apenas 1 trabalho; e nenhum trabalho referente às palavras “tempo integral + grêmio estudantil”.

A tabela a seguir expõe os dados pesquisados, evidenciando os títulos dos trabalhos relacionados à temática desse estudo.

Tabela 2 Trabalhos na base de dados Scielo a partir das palavras chaves

Palavras-chave	Número de Artigos
Tempo Integral	415
Grêmio Estudantil	5
Turno único	17
Gestão democrática	226
Gestão democrática + tempo integral	1
Gestão democrática + Grêmio Estudantil	1
Tempo Integral + Grêmio Estudantil	0
Total de trabalhos encontrados	665

Fonte: Elaborado pela autora com base na Scielo (fev.2022)

Destacamos com fundamento nos resultados encontrados na base de dados da Scielo que, de acordo com os temas associados “gestão democrática + tempo integral”, o único trabalho encontrado foi um artigo desenvolvido com dados da Rede

Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. Além disso, destacamos que apenas um trabalho relaciona as temáticas “grêmio estudantil e gestão democrática”, que analisou a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Como discriminado abaixo:

Quadro 1 Trabalhos encontrados na Scielo com busca avançada

Palavras-chave	Título	Autores	Ano
Gestão democrática + tempo integral	Tempo de escola e Gestão democrática: o Programa Mais Educação e o IDEB em busca da qualidade da educação	Elisangela da Silva Bernado e Ana Carolina Christovão	2016
Gestão democrática + Grêmio Estudantil	O “novo” nos programas para a juventude da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo	Maria Cecília Luiz, Nádia Perez Pino e Clarissa Bengtson.	2020

Fonte: Elaborado pela autora com base na Scielo (fev.2022)

A pesquisa na base de dados da ANPEd foi realizada utilizando o filtro do título, no qual foram especificados os seguintes termos: “grêmio estudantil”, “tempo integral”, “turno único”, “gestão democrática”. O site da biblioteca da ANPEd possui a informação que:

A partir de 2016 a Associação adotou uma estrutura de integração de sistema nos processos de submissão, armazenagem e disponibilização de trabalhos das Reuniões Regionais e Nacional, assim como dos sites destes encontros. Trabalhos de reuniões anteriores, no entanto, continuam em parte em sites desenvolvidos à época pelos realizadores, com processo difícil e custoso de migração de dados - alguns deles não mais disponíveis⁴.

⁴ Fonte: Biblioteca digital ANPEd, <https://www.anped.org.br/biblioteca>

Com isso, encontramos o seguinte acervo relacionado às palavras-chaves sugeridas:

Tabela 3 Trabalhos na biblioteca digital ANPEd a partir das palavras chaves

Palavras-chave	Número de trabalhos
Tempo integral	4
Grêmio estudantil	1
Gestão democrática	11
Turno único	0
Total encontrado	16

Fonte: Elaborado pela autora com base na biblioteca da ANPEd (fev.2022)

Restringindo a pesquisa ao título e utilizando as palavras-chaves destacadas na tabela 3, consideramos enfatizar que o trabalho referente ao descritor “grêmio estudantil” é resulta das atividades de um grupo de estudos sobre Educação Ambiental, cujo título foi “O meio ambiente para jovens do grêmio estudantil: uma contribuição aos estudos de subjetividades” (SPAZZIANI, 2004). Não localizamos trabalhos cujo título aborde o tema turno único, expressão que representa a educação integral e(m) tempo integral na Secretaria Municipal de Educação da PCRJ.

Nessa verificação, na biblioteca da ANPEd, foram encontrados 11 trabalhos com as palavras-chave “gestão democrática”. Realizados nas 23^a, 27^a, 29^a, 30^a, 37^a e 38^a Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) que aconteceu entre 2000 e 2017. Foram encontrados no Grupo de Trabalho Estado e Política Educacional, 08 trabalhos que dialogam com o problema de pesquisa. E os demais trabalhos distribuídos no Grupo de Trabalho, Documento institucional (2017), Didática (2015) e Educação de crianças de 0 a 6 anos (2006).

Ademais, verificamos quatro trabalhos que debatem o tema “tempo integral”. Trataremos com maior ênfase de dois deles:

Título	Autores	Ano	Grupo de trabalho
Tempo Integral no Ensino Fundamental: Ordenamento Constitucional-Legal em discussão	COELHO, Lígia Martha C. da Costa, MENEZES, Janaína Specht da Silva.	2007	Educação Fundamental
Alunos em tempo integral no Estado do Rio de Janeiro: universalidade ou focalização?	COELHO, Lígia Martha C. da Costa, HORA, Dayse Martins, ROSA, Alessandra Victor do Nascimento.	2013	Educação Fundamental

Fonte: Elaborado pela autora com base na biblioteca da ANPEd

Na publicação de 2007, as autoras conduziram a investigação sobre o desenvolvimento da EITI no país, ou seja, a esfera municipal da cidade do Rio de Janeiro, não foi considerada especificamente neste estudo. Assim, como o texto elaborado em 2007, a pesquisa em 2013, abrangeu diversos municípios do estado do Rio de Janeiro, mas o município do Rio de Janeiro também não fizera parte desta investigação.

Esse levantamento bibliográfico expôs a carência em pesquisas sobre as práticas que envolvem o protagonismo infanto-juvenil nas ações administrativas e pedagógicas aplicadas aos Grêmios Estudantis em escolas de EITI no município do Rio de Janeiro. Observamos, com isso, uma necessidade de investigarmos os temas associados buscando informações e registros na administração da SME.

METODOLOGIA DE PESQUISA

A investigação possui uma natureza qualitativa e pode ser classificada como uma pesquisa bibliográfica e documental. A qualidade e a validade de uma pesquisa, em sua maioria, decorrem das circunstâncias de ordem crítica que são recolhidas durante o seu processo.

De modo mais geral, é a qualidade da informação, a diversidade das fontes utilizadas, das corroborações, das intersecções, que dão sua profundidade, sua riqueza e seu refinamento a uma análise. Aqui, no âmbito de uma pesquisa qualitativa, a qualidade e a diversidade, mas não necessariamente a quantidade. Para os autores, a qualidade (credibilidade; confiabilidade; proximidade; profundidade) de um único documento importa muito mais do que inúmeros depoimentos, mais pobres (POUPART et al, 1997, p.305).

Poupart et. al. (1997, p. 305) ainda coloca que a qualidade de uma pesquisa não é mensurada pela quantidade de documentos analisados e sim “pela diversidade e originalidade das fontes utilizadas para realizar suas reconstruções”.

De acordo com Oliveira (2007, p. 69), vejamos que há uma diferença significativa entre uma pesquisa bibliográfica e uma documental. Para autora, o principal propósito da pesquisa bibliográfica é viabilizar a comunicação direta com acervos, obras, textos, artigos ou documentos que tratem do objeto de estudo: “o mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico”.

Para essa autora a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. Como característica diferenciadora ela pontua que é um tipo de “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica” (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, apud OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Segundo Sá-Silva, Almeida, Guindani (2009) a pesquisa documental é semelhante à pesquisa bibliográfica. O componente que as distingue está relacionado à natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica se submete às contribuições de diferentes autores sobre o tema, focando nas fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental explora materiais que ainda não adquiriram

tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a diferença fundamental entre a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Nesse hiato, relevamos o fato de que: “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p. 70).

Portanto, a pesquisa bibliográfica foi feita a partir do levantamento de obras sobre a temática, em bases de dados on-line: Scielo; do banco de teses e dissertações; o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e outros. A pesquisa documental foi baseada em registros referentes às atividades realizadas pela SME através do NIAP que culminaram na constituição dos Grêmios Estudantis nas escolas de tempo integral. Também utilizamos a legislação educacional proveniente da SME.

Acrescenta-se que a realização desta pesquisa foi autorizada em 29 de junho de 2021 pela Subsecretaria de Articulação e Integração da Rede (SUBAIR), que está inserido no setor responsável pela organização, planejamento e formação dos Grêmios Estudantis nas escolas da SME da PCRJ em 2018, o NIAP, setor responsável pela disponibilização dos documentos.

Vale destacar também que a pandemia de COVID 19 alterou o roteiro metodológico original da pesquisa. Estavam previstas observações das ações dos Grêmios Estudantis nas escolas e entrevistas com estudantes gremistas de duas instituições de Turno Único no Ensino Fundamental I. Mesmo em um cenário de abertura, como aconteceu em 2021, por segurança, a pesquisa ficou restrita aos documentos e registros administrativos em um setor da SME, que foram viabilizados por intermédio de contatos on-line, através de e-mails, chats de conversa e ainda, de forma presencial, no setor específico, utilizando todas as medidas de segurança pré-estabelecidas nas repartições da PCRJ.

Para fins de apresentação dos próximos passos, dividimos a pesquisa em três capítulos. Um sobre a gestão democrática, suas raízes, aspectos políticos e sobre os Grêmios Estudantis. Outro capítulo que abrange o tema da EITI na política educacional brasileira. E um terceiro capítulo para discutir a educação em tempo integral na SME da PCRJ, em especial as ações do NIAP, setor responsável pelo desenvolvimento dos grêmios estudantis nas escolas, considerando as

documentações levantadas durante a coleta de informações sintetizada na metodologia.

1. A GESTÃO DEMOCRÁTICA: RAIZES HISTÓRICAS, ASPECTOS POLÍTICOS E OS GRÊMIOS ESTUDANTIS

Considerando que há conexões entre Gestão Democrática e os Grêmios Estudantis compreendemos que estes não devem ser entendidos como organizações isoladas dos outros processos que surgem dentro da escola e fora dela. Aspectos da nossa vivência contribuem para entendermos os limites e as possibilidades da representação dos estudantes por meio dos Grêmios Estudantis. Neste capítulo, procuraremos observar o processo histórico e político da gestão democrática no país, com maior acuidade nos Grêmios Estudantis.

1.1 Raízes da Gestão Democrática

A gestão educacional democrática no Brasil se apresenta articulada como uma das propostas para a melhoria da Educação Básica. A educação em todo seu processo histórico tem um caráter provocador em distintos aspectos, em especial, no que diz respeito às políticas educacionais que por muito mantiveram uma postura excludente e seletiva. Como afirma AZEVEDO (2004, p.17),

Por meio de uma abordagem histórica, em que se destacam marcos da política educacional, procura-se demonstrar como o tratamento da questão educacional tem sido sempre condicionado pelos valores autoritários que presidem as relações sociais brasileiras e que se incrustaram em nossa cultura desde os tempos coloniais. Dessa perspectiva, busca-se estabelecer os nexos entre o universo cultural e simbólico do país, as definições e rumos das políticas públicas de educação e a persistência de um padrão educacional excludente e seletivo, que acaba por negar, ainda hoje, o direito à escolarização básica de qualidade à grande parte da população.

A questão retratada pelo autor do excerto traz o processo percorrido pela educação no país e as ingerências mediante às adversidades encontradas. É histórico que as orientações educacionais emergiram com o interesse dos grupos dominantes. Por isso a universalização da educação básica e a não subordinação da educação ao modelo econômico vigente é um marco importante no surgimento da gestão educacional democrática que enfatiza a necessidade de uma prática social e escolar pautada por relações não autoritárias (PARO, 2016, p. 24).

Na tentativa da compreensão da gestão democrática, é importante explorar os significados relativos às palavras gestão e democracia. Gestão – ação de gerir, gerência, administração; e democrática – relativa ou pertencente à democracia – regime que se baseia na ideia de liberdade e de soberania popular, onde não existem desigualdades e/ou privilégios de classes, oposição à ditadura, permite que os cidadãos se expressem livremente⁵.

Contextualizando historicamente esses conceitos, Paro (2020) apresenta os termos gestão e administração como sinônimos, por não considerar qualquer utilidade em diferenciá-los. O autor enfatiza que administração (ou gestão), em seu sentido mais sintético e abstrato, é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados. Esse conceito geral ajuda a afastar dois vícios existentes no senso comum e em estudos acadêmicos de administração de empresas.

O primeiro vício é o que associa toda gestão à relação de mando e submissão. Assim, numa sociedade que ainda se funda na dominação, parece não ser possível pensar em administração senão em termos de alguém que *administra* e alguém que é *administrado*, como se os seres humanos ainda não tivessem se despregado do âmbito da necessidade natural, de modo a serem capazes de se auto administrarem ou a realizarem uma gestão em que vigore a colaboração entre as pessoas, não a dominação de umas sobre as outras (PARO, 2020, p. 1).

Paro (2020) ainda descreve a Teoria Geral da Administração com a concepção de uma teoria capitalista de administração, visto que na prática empresarial o “trabalho” se configura em administrar os recursos financeiros e a força de trabalho. Nesta prática não está incluído o conceito amplo de administração que compreende a possibilidade da colaboração recíproca. Administrar ou gerir implica em coordenar recursos financeiros e humanos, seja numa empresa ou em uma unidade escolar. Para isso é importante que os conceitos de organização, as atribuições dos cargos e os objetivos estejam claros e sejam de conhecimento de toda equipe. Paro (2020) faz uma análise baseada no conceito de administração como mediação para realização de objetivos, assim ele dispara que “não há nada mais administrativo, na escola, do que o processo educativo que se dá na situação

⁵ Dicionário on-line de português, disponível em:<<https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

de ensino, não se justificando, portanto, o costume de antepor as atividades pedagógicas às atividades administrativas” (PARO, 2020, p. 1).

Quem conviveu no ambiente escolar pode já ter escutado os profissionais em geral criticarem a direção ou as Secretarias de ensino, dizendo que a preocupação destes é somente com o administrativo, esquecendo-se do pedagógico. Pois bem, Paro (2020) sustenta que se o que qualifica o administrativo é necessariamente o empenho de objetivos, e se o objetivo da escola é justamente o pedagógico, tratar do administrativo, neste caso, equivale necessariamente em cuidar do pedagógico. O que o autor justifica como segundo vício presente na distinção dos conceitos de administração e gestão.

O segundo vício é reduzir o fato administrativo apenas às chamadas atividades-meio, ou seja, àquelas ações que antecedem, preparam ou dão suporte externo à realização das atividades-fim. Numa escola, por exemplo, costuma-se reconhecer como componente da administração, além dos recursos materiais e financeiros e das normas para o funcionamento do estabelecimento de ensino, apenas as ações preparatórias ou de assistência às atividades propriamente educativas, como as da diretoria, da secretaria, dos serviços auxiliares, etc. (PARO, 2020, p. 1)

Deste modo, limitar o sentido da administração às atividades-meio é reconhecê-la, a prática burocrática, no significado mais depreciativo deste termo, isto é, imprescindível na gestão, sua natureza mediadora. “Por isso, uma ação na escola que se preocupa com o pedagógico pode ser considerada burocrática, mas não administrativa” (PARO, 2020, p. 1). Observando a democracia como sinônimo de participação, Bobbio (2000) compreende que a democracia qualifica-se pela constituição específica de um grupo de normas fundamentais que determinam quem está autorizado a aplicar decisões coletivas e com quais procedimentos. Tais normas são conceituadas pelo autor como universais e processuais. O autor explica que a expressão “democracia” é polissêmica e tal diversidade implica na democracia fundamentada no vasto “reconhecimento dos direitos de liberdade e como natural complemento o reconhecimento dos direitos sociais ou de justiça” (BOBBIO, 2000, p. 502). Ressalta ainda um significado prevalecente, no qual, aquele que presume a veracidade de uma “ampla e segura participação da maior parte dos cidadãos, em forma direta e indireta, nas decisões que interessam à toda coletividade” (BOBBIO, 1983, p. 55-56).

As dimensões do valor da democracia como participação política fundamentam-se “tanto em seu aspecto legitimador quanto no aspecto pedagógico de que ela se reveste” (BUENO, 2010, p. 93).

O primeiro aspecto, desde logo, trata da sustentação explícita de que dispõem os responsáveis políticos para prosseguir no processo político tanto quanto de seu resultado legislativo. O segundo aspecto, pedagógico, oferece importante blindagem política ao sistema de garantias contra ideologias antidemocráticas. A participação política torna possível que o indivíduo proteja, pelo menos, uma das dimensões do homem renunciadas por Bobbio: a interior, posto que a exterior é aquela sobre a qual o Estado pode exercer o seu poder. (BUENO, 2010, p. 93).

A participação como característica inerente à democracia é essencial para a busca e concretização da cidadania, bem como para a garantia dos direitos humanos, a democracia se constitui como o governo do povo, para o povo e pelo povo. Assim, Bobbio (2006) enfatiza que alguns aspectos são necessários à definição de democracia e com isso formulou um conceito mínimo de democracia:

[...] por regime democrático entende-se primariamente um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados. Sei bem que tal definição procedimental ou formal, ou, em sentido pejorativo, formalística, parece muito pobre para os movimentos que se proclamam de esquerda. Porém, a verdade é que não existe outra definição igualmente clara e esta é a única capaz de nos oferecer um critério infalível para introduzir uma primeira grande distinção (independentemente de qualquer juízo de valor) entre dois tipos ideais opostos de formas de governo [...] (BOBBIO, 2006, p. 22).

A gestão democrática, nesse sentido, traz em sua competência diversas peculiaridades relativas ao seu universo educativo, popular e participativo. Neste contexto, vamos observar o que afirma Paro (1998, p.46):

Tendo em conta que a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico em construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública.

Para o autor, a escola não é democrática apenas por sua prática administrativa, ela se torna democrática por toda a sua ação pedagógica. Neste mesmo sentido, a mudança de paradigma da gestão traz diversos elementos importantes para os efetivos e significativos resultados dos compromissos educacionais, portanto, o comprometimento em relação à gestão democrática é explicado novamente pelo autor:

A administração escolar inspirada na cooperação recíproca entre os homens deve ter como meta a constituição, na escola, de um novo trabalhador coletivo que, sem os constrangimentos da gerência capitalista e da parcelarização desumana do trabalho, seja uma decorrência do trabalho cooperativo de todos os envolvidos no processo escolar, guiados por uma “vontade coletiva”, em direção ao alcance dos objetivos verdadeiramente educacionais da escola (PARO, 1996, p. 160).

Desta maneira ficam bem claras as mudanças no campo educacional por intermédio da gestão democrática que tem um novo foco: legitimar ideias de uma gestão participativa, com uma prática social que colabora para a consciência democrática dentro do ambiente escolar. Como afirma Libâneo (2004), quando diz que alguns princípios da organização da atividade pedagógica e da gestão escolar, fundamentados na perspectiva democrática, devem assegurar: a autonomia das escolas abrangendo a comunidade escolar nos processos de interesses e objetivos comuns aos envolvidos.

Nesta perspectiva há uma mudança de conceitos que almejam melhorar a qualidade da educação, esse é um foco da democratização no campo da Educação. De acordo com Paro (2007, p.108):

Trata-se, portanto, de adotar a instituição escolar de uma estrutura administrativa ágil, que favoreça o bom desempenho do trabalho coletivo e cooperativo, calcada em princípios democráticos que fortaleçam a condição de sujeito (autor) de todos os envolvidos, mas que, ao mesmo tempo (não alternativamente), procure preencher seus postos de trabalho com pessoas identificadas com esses princípios, e empenhadas na realização de um ensino de qualidade.

Com esse entendimento podemos ressaltar os benefícios da democratização nas instituições escolares, em especial, ao considerarmos a participação da

comunidade escolar nesse processo. A seguir vejamos os aspectos políticos que dizem respeito à gestão democrática.

1.2 Aspectos políticos da Gestão Democrática

Os esforços em prol da democratização da educação pública e de qualidade constituem reivindicações de diversificados blocos da sociedade há algumas décadas, resultando no princípio da gestão democrática na educação. O princípio da gestão democrática do ensino público, com status constitucional, é fruto de uma paciente e persistente luta dos movimentos sociais e dos educadores pela democratização da sociedade e da escola pública brasileira (MILITÃO; COSTA, 2019, p.1).

A Constituição da República Federativa do Brasil (CF/1988) no art. 206 diz que “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. No que concerne à educação, basicamente:

Não se pode dizer que a Constituição Federal de 1988 não haja incorporado em seu texto os clamores dos educadores que, exigindo a democratização da sociedade e da escola pública brasileira, buscaram traduzi-los em preceitos legais (CURY, 1997, p.199).

Evidência disso é que “a gestão democrática da educação, reivindicada pelos movimentos sociais durante o período da ditadura militar, tornou-se um dos princípios da educação na Constituição Brasileira de 1988 [...]” (BASTOS, 2002, p.7).

Embora o princípio da gestão democrática figure-se há praticamente três decênios no ordenamento legal educacional nacional, o modelo de gestão escolar que ainda predomina em boa parte das escolas públicas brasileiras é o técnico-científico – ou burocrático. (MILITÃO, COSTA, 2019, p. 2)

Compreende-se como importante avanço o fato de o assunto “gestão democrática” continuamente comparecer de maneira explícita, desde 1988, no âmbito da legislação federal, dedicando à temática uma célebre importância. Todavia, é fundamental não esquecer o aspecto que “[...] a garantia de um artigo

constitucional que estabelece a gestão democrática não é suficiente para sua efetivação” (OLIVEIRA, 2007, p.95).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/96, art. 3º, inciso VIII, fixou que “a gestão do ensino público deve ser democrática, respeitando a forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino”. Este artigo introduziu a gestão democrática, no ensino público, não apenas como uma sugestão e sim como uma atribuição a ser praticada nas escolas públicas do país. Segundo Amaral (2021), o artigo supracitado da LDBEN regulamenta o que prescreve a CF/88.

A gestão democrática do ensino público exposta na CF/88, ainda de acordo com Amaral (2021), discorre como um dos princípios do desenvolvimento na educação no país, no que foi assistida pela Lei LDBEN nº 9.394/96, art. 2º. Na íntegra deste artigo está descrito que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024), uma legislação complementar à LDBEN nº 9.394/96, trata da gestão democrática em sua meta 19, incorporando orientações definidas e prazo para sua implementação. A mencionada meta determina:

(...) a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (BRASIL, 2014, p. 314).

O PNE (BRASIL, 2014) propõe que todo território nacional tem a incumbência de sancionar uma legislação que contemple essa meta 19 no prazo de dois anos. Uma das estratégias do plano que conduz os critérios com especificidade é a 19.1:

Priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere,

conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar (BRASIL, 2014, p. 314).

Bernado e Borde (2016) afirmam que se a meta fosse executada isso representaria na prática, o voto da comunidade escolar, associado aos critérios técnicos de mérito e desempenho, estes não definidos no plano.

Nas estratégias apresentadas neste documento ratifica a ideia da participação da comunidade escolar na escolha dos dirigentes, inclusive vinculando o repasse de verbas caso os Estados e Municípios tenham aprovado uma lei para fazer cumprir a participação na escolha dos diretores escolares, seguido de outra estratégia que caracteriza que além da consulta a comunidade, os candidatos sejam avaliados por critérios técnicos e de desempenho (BERNADO; BORDE, 2016, p. 265).

Nessa perspectiva é irrefutável a maneira democrática e participativa que deve imputar-se à gestão escolar, predispondo os sistemas de ensino à adaptação da gestão pública, consoante ao contexto em que ela está inserida. Suscitando efetivos avanços para os princípios de gestão democrática, porém, as políticas públicas ainda fazem parte de um processo que abrange diversos campos desde o político até o econômico.

Nesse caso, torna-se impossível pensar em formular políticas públicas, como é o caso das políticas educacionais, unicamente a partir de uma determinação jurídica, fundamentada em lei, como se o estado fosse uma instituição neutra, como querem os funcionalistas. Segundo esse entendimento as políticas públicas seriam definidas tendo como parâmetro unicamente o bem comum e este bem comum seria entendido como interesse de todos os segmentos sociais[...] (BONETI, 2004, p. 203).

Alicerçados na Constituição Federal Brasileira de 1988 e em legislações complementares, tais como a LDBEN 9.394/96, no FUNDEB⁶ (Fundo de

⁶ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, o FUNDEB, possuía vigência estabelecida para o período 2007-2020. Com o fim da vigência do Fundeb definido para 31 de dezembro de 2020, a discussão em torno da continuidade do Fundo como mecanismo de financiamento da educação básica passou a ser tratada como pauta prioritária no Congresso Nacional. Como resultado, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, que tornou o Fundeb

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e valorização dos Profissionais da Educação) e no próprio PNE (Plano Nacional de Educação), um novo conceito de educação escolar emergiu no cenário nacional e, por conseguinte, de Gestão Democrática.

Nesse novo contexto foi destacada a participação de toda comunidade nas ações educacionais ocorridas no cotidiano escolar, em particular, considerando a atuação dos Conselhos Escolares e dos Grêmios Estudantis. Tais espaços, em alguma medida, viabilizaram a participação no que diz respeito à Gestão Democrática. Vejamos a seguir um entendimento nessa direção:

Numa época de amplas discussões sobre a Educação e processos efetivos de gestão, os órgãos colegiados participativos expressam-se como uma possibilidade importante dos estabelecimentos de ensino. Os Conselhos Escolares, como um espaço de Gestão Democrática do Ensino Público, apresentam-se também, como ambiente de promoção da liberdade, de pluralismo, de qualidade, de igualdade, de gratuidade e de valorização do professor (WERLE, 2003, p.46).

Para uma gestão democrática é imprescindível a participação da comunidade no conselho escolar, como afirma Werle (2003). Por conseguinte, a organização de espaços de decisão colegiada é parte desse processo de compartilhamento das decisões nas instituições escolares. Por isso, na próxima seção trataremos dos grêmios estudantis.

1.3 Os Grêmios Estudantis na Gestão Democrática

No esteio das discussões sobre a gestão democrática na educação brasileira a participação estudantil nas decisões escolares toma corpo. Vejamos isso de forma mais detalhada a seguir.

Uma das instâncias responsáveis pelo envolvimento dos estudantes na gestão democrática dentro do espaço escolar é o Grêmios Estudantil. Talvez, um dos primeiros contatos que os estudantes têm com uma participação democrática mais

permanente e, dentre outros avanços, elevou a participação da União no financiamento da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio. Além disso, previu o aumento de recursos da complementação da União e o aprimoramento dos critérios de distribuição desses recursos. Acesso < <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/historico>> em 15 de maio,2022.

efetiva. Nos Grêmios Estudantis são exercidos alguns direitos e garantias inerentes ao cidadão, considerados como fundamentais pela Constituição Federal de 1988, um deles é o direito à participação do processo eleitoral, no qual participarão de processos decisórios e por consequência da função política da educação de modo mais democrático. Os alunos aprendem a batalhar pelos seus direitos organizando ambientes de autonomia, responsabilidade, com percepção crítica e atuante, reconhecendo o diálogo nas ações do cotidiano escolar.

Podemos reconhecer que a presença do Grêmio Estudantil amplia a presença da democracia na escola, pois ao inter-relacionar-se com seus pares por meio de conversas e ações conjuntas fica notório que nessas vivências os estudantes são estimulados ao coletivo em defesa de direitos e reconhecimento de deveres na produção de saberes. Em escolas que têm como meta formar cidadãos participativos, críticos e criativos, a existência do Grêmio Estudantil assume importância fundamental, à medida que se constitui como uma "instância onde se cultiva gradativamente o interesse do aluno, para além da sala de aula" (VEIGA, 1998, p. 113).

As ferramentas de participação social e gestão democrática têm suas bases de afirmação alicerçadas na Constituição Federal Brasileira de 1988. Em relação ao público infanto-juvenil, antes mesmo da CF/88, outras legislações também ratificam a afirmação de outros meios de acordo e participação frente à realidade da qual tal público faz parte, principalmente, a Lei nº 7.398/85 de novembro de 1985. Conhecida como Lei do Grêmio Livre, instituiu que a organização, funcionamento e atividades dos Grêmios Estudantis fossem determinadas em estatutos próprios.

Esse progresso teve como suporte as lutas sociais de décadas anteriores que conjecturaram um ganho democrático para o processo de aprendizagem do estudante, pois originaram a possibilidade de uma interação participativa entre os discentes, gestores e a comunidade escolar.

A Lei do Grêmio Livre também sistematizava sobre a organização de entidades estudantis no que hoje chamamos de Ensino Fundamental e Médio e assegurava aos estudantes o direito de se organizar em Grêmios:

Art. 1º – Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Grêmios Estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes

secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais (...)

§ 2º – A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus Estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino, convocada para este fim. (BRASIL, 1985).

A partir destes fundamentos, as entidades de estudantes vêm se reestruturando para expandir os ambientes de participação dos jovens nas escolas e na sociedade. Libâneo (2012) salienta a relevância da participação da comunidade escolar nos processos de tomada de decisão da escola, escolhendo sobre o seu caminho para melhorar o funcionamento em busca de uma educação voltada para a aprendizagem dos estudantes e para a atuação da comunidade.

A participação autêntica também propicia a construção coletiva dos objetivos da escola almejando um atendimento democrático, por meio da discussão e do diálogo realizado por todos os envolvidos. Nesse sentido, Souza (2009, p. 3) ressalta que:

A gestão democrática é aqui compreendida, então, como um processo político no qual as pessoas, que atuam na/sobre a escola, identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

Na ação educativa do grêmio, o estudante identifica novas habilidades do ambiente escolar em um exercício de protagonismo juvenil, demonstrando o interesse nas tomadas de decisões escolares e colaborando para sua formação social. De acordo com Martins (2010, p. 61), “o grêmio estudantil pode se tornar um lugar concreto de prática social, e a escola, como arena relacional, pode se tornar lugar profícuo para o exercício de experiências sociais de participação”.

Além da Lei do Grêmio Livre, outro dispositivo legal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 1990, assegura a organização de entidades

estudantis ao alunado conforme descrito em seu artigo 53, no qual estabelece que crianças e adolescentes têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes, no inciso IV, o direito de se organizar e participar de entidades estudantis.

A LDBEN, Lei nº 9.394/1996 (como já dissemos) destaca como princípios, em seu artigo 3º, a gestão democrática, o pluralismo de ideias e a vinculação entre a educação e as práticas sociais. Apesar disso, a contribuição para a democratização da escola, nem sempre cumpre seu papel. Segundo Ferretti et al. (2013, p. 25), isso acontece:

[...] porque ele nem sequer é instituído, seja porque é muitas vezes reduzido a órgão de promoção de eventos, seja pela direção e/ou professores, seja pelos próprios alunos. Não que estes sejam desimportantes para a formação dos alunos, mas, quando passam a se constituir na principal atividade do Grêmio, ofuscam sua participação nas deliberações que ultrapassam essa esfera, como a discussão e a promoção de debates sobre o projeto pedagógico da escola e sobre temas do interesse deles, alunos (trabalho, cultura, vida social, saúde, transporte etc.), assim como do interesse da educação, da escola e da região onde vivem com suas famílias.

Assim sendo, a atuação do Grêmio necessita ser democrática e suas ações devem ter origem na escuta dos seus pares, sendo elas programadas, organizadas e concretizadas em grupo. Além disso, essas atividades devem possuir também um caráter social e político relevante, perpassando a atuação em eventos culturais e esportivos, incentivando, assim, o desenvolvimento do protagonismo juvenil.

No Estatuto da Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, foi observado que um de seus princípios é a valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações. O Estatuto da Juventude define como participação:

- I - A inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;
- II - O envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;
- III - A participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens;

e IV - A efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto (BRASIL, 2013).

O exercício da participação no fortalecimento da gestão democrática é importante para viabilizar espaços de protagonismo possibilitando a autonomia dos jovens. A autonomia é um meio para a escola e, como afirmam Neubauer e Silveira (2009), ela deve propiciar, fomentar e resultar: em compromissos de ação que possibilitem a existência de diferentes estratégias para garantir as condições necessárias de uma gestão compartilhada. Para os autores, a autonomia, portanto, não se constrói sem participação da equipe escolar e da comunidade. Para eles, isto significa que:

(...) a comunidade escolar e a população, em geral, precisam ser estimuladas a se integrar às escolas e participar do seu cotidiano assim como ter uma imagem positiva das possibilidades desta participação na melhoria da qualidade da educação. (NEUBAUER; SILVEIRA, 2009, p.7).

O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº13.005/2014 (PNE/2014-2024), apresenta estratégias para a efetivação da gestão democrática na meta 19 e especialmente na estratégia 19.4 disserta sobre a implantação do grêmios estudantil nas escolas:

Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações. (BRASIL, 2014).

No entanto, o trabalho com a participação e protagonismo juvenil deve ser contínuo. Costa (2007) define protagonismo como uma prática com enfoque no jovem, pressupondo que o educando deve participar de todo o processo educativo, desde a sua elaboração até a avaliação das atividades propostas. A participação da juventude permite à comunidade escolar “controlar o próprio trabalho, assumir autoria sobre o mesmo e sentir-se responsável por seus resultados, portanto, construindo e conquistando sua autonomia” (LÜCK, 2020, p.57).

A essência do protagonismo, portanto, é a participação, ou seja, a atuação construtiva do sujeito na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais

ampla. Para Lück (2020, p. 61), “a gestão democrática e participativa está diretamente relacionada à perspectiva de construção da autonomia da gestão”.

Costa (2007, p. 1) afirma que nem toda forma de participação assegura o protagonismo dos envolvidos. “É imprescindível que a participação do adolescente seja de fato autêntica e não simbólica, decorativa ou manipulada. Essas últimas são, na verdade, formas de não participação”.

A partir do protagonismo juvenil os alunos são vistos como “atores centrais” desse processo, enquanto relação dialógica, a educação escolar conjectura a posição de sujeito do educando, o que já abrange sua participação ativa no processo. Simultaneamente, enquanto fenômeno social inclusivo, não é possível o processo educativo permanecer desvinculado amplamente do que acontece fora do espaço escolar (PARO, 1998).

Respeitando a pluralidade dos envolvidos, a escola, consegue estabelecer vínculos e relações de confiança entre os sujeitos, promovendo assim um ambiente democrático e participativo. E como protagonista, o estudante ao praticar vivências pedagógicas verdadeiramente democráticas terá a possibilidade de produzir suas culturas. A liberdade exige a responsabilidade e o processo democrático demanda o exercício da cidadania. A participação efetiva e autêntica favorece concepções mais democráticas de práticas de gestão e do protagonismo juvenil.

A seguir dialogaremos com o tema da EITI, outra ponta que procuramos aproximar nesse exercício dissertativo sobre os grêmios estudantis.

2. A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO INTEGRAL E(M) TEMPO INTEGRAL

Neste capítulo, a ideia é abordar o que foi desenvolvido sobre a política educacional brasileira, em especial, o que diz respeito à educação integral e(m) tempo integral (EITI), até chegarmos à experiência de EITI que foi desenvolvida na cidade do Rio de Janeiro em ações da SME que envolvia também os grêmios estudantis (essa parte que será discutida no capítulo 3 da dissertação). Reconhecemos que a discussão sobre EITI na política educacional brasileira é profunda, em especial, sobre o que diz respeito a ação do Estado. Neste capítulo 2, nos esforçaremos para nos aproximarmos da temática.

2.1. Um panorama da política educacional no Brasil

Desde as décadas iniciais do século XX ocorre uma mobilização pela expansão da educação. Nos tempos mais atuais, como um processo de democratização, a Constituição Federal de 1988 melhor direcionou o direito à Educação. Alinhou e organizou o ensino no sentido da colaboração entre os entes federados.

Assim, aos Estados e Distrito Federal ficou atribuída a responsabilidade sobre o ensino fundamental e médio, aos Municípios, o encargo de desempenhar a sua função prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil (CF/1988, art. 211 incisos 2 e 3, EC nº14)⁷.

A Constituição Federal regulamentou que a Educação seria o primeiro dos nove direitos sociais⁸ listados no art. 6º. A carta magna propunha três objetivos para a educação nacional: a universalização do atendimento escolar no ensino fundamental, a erradicação do analfabetismo e a qualidade do ensino. Com base na nova Constituição, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996. A Carta Magna e a atual LDBEN

⁷ A emenda constitucional nº 14 de 12 de setembro de 1996 modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação.

⁸ Atualmente a constituição elenca onze direitos sociais: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (Art. 6º)” (BRASIL, 1988).

são suportes legais para possibilitar que o direito a uma educação de qualidade seja realmente consubstanciado, assegurando a formação integral do sujeito e a sua inserção consciente, crítica e cidadã na sociedade.

Contudo, vejamos isso de um ponto de vista contínuo, apenas como forma de ter um panorama político para discutirmos a EITI e, por conseguinte, apontarmos um caminho para a análise dos grêmios estudantis em duas escolas da cidade do Rio de Janeiro.

Quando José Sarney era o Presidente da República (1985-1990), o lema do governo era a “prioridade para o social”. As ações foram na direção da universalização do acesso à educação básica, tendo como intuito um ensino de qualidade. Esse foi o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República de 1986 a 1989, um plano de reformas, de crescimento econômico e de combate à pobreza aprovado pela Lei nº 7.486, de 06 de junho de 1986.

Naquele momento, o Estado brasileiro ambicionava matricular 25 milhões de crianças entre 7 e 14 anos de idade até o ano de 1989 e garantir sua permanência durante todo ensino fundamental, à época, ensino de primeiro grau. Para ratificar essa meta, foi constituído o programa: “Educação para todos – Caminho para a mudança⁹”.

Com inúmeras frustrações e momentos conturbados, não obstante, os governos subsequentes de Fernando Collor e Itamar Franco (cerca de 2 anos para cada um) também construíram e tentaram levar adiante um plano de ação que ratificava o entendimento da “Educação com equidade e eficiência”, “Educação com qualidade” e “Educação para a modernidade”.

Durante do governo Collor, em 1990, instituiu-se um ciclo nacional de estudos objetivando subsidiar o Plano de Ação do governo para o período 1990-1995. Em seus preceitos, o plano estabelecia o compromisso do Estado com a qualidade social da educação, declarada como elemento central para a cidadania e como integradora de outras demandas da contemporaneidade.

Referente ao setor educacional, alguns documentos mais amplos, no sentido do planejamento, foram elaborados contemplando os princípios, as diretrizes e metas: Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) produzido pelo

⁹ Disponível em

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/200466/educacaoparatodos.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em 28/01/2022.

Ministério da Educação em setembro de 1990; o Programa Setorial de Ação do Governo Collor na Área da Educação (1991- 1995) também produzido pelo MEC em dezembro de 1990; além do plano “Brasil: um projeto de reconstrução nacional” produzido igualmente pelo MEC em fevereiro de 1991 (VIEIRA, 2000).

Completando o governo anterior, no período de Itamar Franco, os documentos produzidos foram os seguintes: Linhas Programáticas da Educação Brasileira – 1993/1994, elaborado em agosto de 1993 e, Educação no Brasil: situação e perspectivas (1993) (VIEIRA, 2000).

Embora tenha sido intensa a movimentação do governo em torno do setor educacional, os planos desenvolvidos apresentaram pouco impacto no cenário nacional. Em um primeiro momento isso pode ser explicado pela complexidade política na transição do regime militar ao governo democrático. O segundo, pela conturbada e descontínua administração Collor de Melo (FONSECA, 2009).

Com diversos problemas políticos e econômicos, Collor sofreu o impeachment e Itamar Franco, em seu mandato, lançou o plano econômico real, idealizado pelo então ministro da Fazenda que logo após foi eleito presidente da república, Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Na gestão de FHC, a política educacional foi constituída de modo mais direcionado. Andrade (1985), no documentário Céu Aberto, destaca que durante os mandatos de Sarney, Collor e Itamar Franco era possível reconhecer o apoio a uma proposta “neoliberal do Estado”, que se consubstanciou de forma mais sistemática, inclusive no campo educacional, na gestão de FHC.

De acordo com Gonçalves e Oliveira (2002, p.2), "além de ser medíocre, o período FHC foi o pior da história Republicana desde Prudente de Moraes". A consideração de Anderson (2002), nessa mesma direção de crítica, define o governo FHC como um neoliberalismo “light”. Além disso, avalia que:

A dinâmica fundamental do neoliberalismo se ergue sobre dois princípios: a desregulamentação dos mercados e a privatização dos serviços. (...) Fernando Henrique Cardoso leiloou a maior parte do setor estatal e abriu a economia completamente, apostando na entrada de um fluxo maciço de capital externo para modernizar o país. Após oito anos, os resultados estão aí, evidentes: estagnação crescente, salários reais em queda, desemprego em nível nunca antes visto e uma dívida estrondosa. O regime foi condenado aos seus próprios termos (ANDERSON, 2002, p.2).

A política educacional dos anos 1990, factualmente, numa análise de longo prazo, foi concebida como a síntese de três projetos partícipes no Brasil que

"conviveram e lutaram entre si durante todo o século XX" (FIORI, 2002, p. 2). O primeiro projeto nasceu das ideias do liberalismo econômico centrado na política monetarista, no ajuste fiscal, em alguns períodos históricos do projeto do nacionalismo conservador e no populismo,

(...) mas sua formulação econômica e moderna foi dada pela política monetarista e ortodoxa e pela defesa intransigente do equilíbrio fiscal e do padrão-ouro, dos governos paulistas Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves. (FIORI, 2002, p. 2).

O segundo grande projeto estratégico, que participou desta luta em torno do futuro do Brasil, já apareceu esboçado em teses de anos anteriores, dos "industrialistas", presentes na Constituinte de 1891 e nos anos de 1930. Fiori (2002) denomina este projeto de "nacional desenvolvimentismo" ou "desenvolvimentismo conservador" e destaca: "foi o berço da estratégia econômica do Governo Cardoso", cujo ministro da Economia, ao longo de dois mandatos, foi Pedro Malan.

O terceiro projeto teve intensa presença no campo da luta ideológico-cultural e das mobilizações sociais e democráticas. Um projeto de "desenvolvimento econômico nacional e popular" que "nunca ocupou o poder estatal, nem comandou a política econômica de nenhum governo republicano, mas teve enorme presença no campo da luta ideológica cultural e das mobilizações democráticas" (FIORI, 2002, p. 3).

Com esse panorama de disputas políticas o governo de FHC "construiu um governo de centro-direita e, sob a ortodoxia monetarista e do ajuste fiscal, agora no contexto da férrea doutrina dos organismos internacionais e sua cartilha do Consenso de Washington¹⁰" (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 105).

Então, a política educacional desta gestão apoiou-se em um pilar de Estado neoliberal, ou seja, de um Estado mínimo (extraído da cartilha neoliberal produzida no Consenso de Washington) que prezava pela diminuição da ação do poder público no gerenciamento das políticas sociais, fomentando a atuação de organizações da sociedade civil nesse processo. Tratava-se, portanto, de uma transferência de responsabilidades para organizações de natureza privada.

Segundo Frigotto e Ciavatta (2003, p. 106),

¹⁰ Disponível em <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>. Acesso em 22/02/2022.

(...) primeiramente que acabaram as polaridades, a luta de classes, as ideologias, as utopias igualitárias e as políticas de Estado nelas baseadas. A segunda ideia-matriz é a de que estamos num novo tempo – da globalização, da modernidade competitiva, de reestruturação produtiva, de reengenharia –, do qual estamos defasados e ao qual devemos ajustar-nos. Este ajustamento deve dar-se não mediante políticas protecionistas, intervencionistas ou estatistas, mas de acordo com as leis do mercado globalizado, mundial.

Além disso, “o projeto governamental (de FHC) foi orientado pelo centralismo de decisões, da formulação e da gestão da política educacional, principalmente na esfera federal” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p.112). A característica do período era o desamparo pelas tarefas relativas ao desenvolvimento do campo educacional, principalmente para que as organizações de natureza privada assumissem essas tarefas ocasionando as privatizações nos sistemas de ensino.

Tratava-se de:

(...) uma perspectiva pedagógica individualista, dualista e fragmentária coerente com o ideário da desregulamentação, flexibilização e privatização e com o desmonte dos direitos sociais ordenados por uma perspectiva de compromisso social coletivo. Não é casual que a ideologia das competências e da empregabilidade esteja no centro dos parâmetros e das diretrizes educacionais e dos mecanismos de avaliação. (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2003, p. 108).

Ainda para Frigotto e Ciavatta (2003, p.120), “a fragmentação do conhecimento, a informação/desinformação da cultura visual aumentaram a versatilidade da propaganda oficial sobre os supostos benefícios do neoliberalismo”.

Logo, compreender as influências da regulação transnacional dos organismos multilaterais nas políticas educacionais é fundamental para pensarmos as interferências externas na política educacional brasileira, como forma de entendermos o desenvolvimento de programas voltados para a EITI a partir de “[...] diagnósticos, análises e propostas de soluções consideradas cabíveis a todos os países da América Latina e Caribe, tanto no que toca à educação quanto à economia” (SHIROMA; MORAIS; EVANGELISTA, 2011, p. 47).

Ainda que seja controverso apresentar as intervenções dos organismos internacionais como a causa exclusiva de determinação das políticas públicas de educação no Brasil, é irrefutável a sua influência no campo educacional. Nas últimas

décadas, percebe-se a importância dos organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Estes organismos, na gestão política da educação, ao longo do governo do ex-presidente FHC (mas não apenas nele), foram importantes para as tomadas de decisão, conforme ocorria nos países mais avançados do sistema capitalista. Tais organizações determinavam as diretrizes a serem cumpridas pelos países em menor escala de desenvolvimento capitalista, em geral, países periféricos, quando estes pactuavam tratados de cooperação financeira. O Desenvolvimento capitalista é o desenvolvimento realizado sob a égide do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo (SINGER, 2004, p.8).

O desenvolvimento capitalista, encarado de uma perspectiva histórica, trouxe melhora no nível de vida não só dos capitalistas, mas da maioria da população trabalhadora. Alguns aspectos podem ser destacados, como a conquista dos direitos políticos pelos trabalhadores e principalmente pelas mulheres e ainda a queda da mortalidade geral e infantil. Singer (2004) ainda afirma que o desenvolvimento capitalista, sem dúvida, apresenta diversos outros aspectos, dos quais o “consumismo” é dos mais controvertidos.

Uma característica essencial do desenvolvimento capitalista é que ele não é para todos. Os consumidores, de modo geral, se beneficiam dele à medida que enseja a produção de novos bens e serviços que satisfazem suas necessidades (reais ou fictícias), além de baratear a maioria dos bens e serviços preexistentes, graças ao aumento da produtividade do trabalho. Mas o desenvolvimento capitalista é seletivo, tanto social como geograficamente. Parte dos trabalhadores perde suas qualificações e seus empregos e muitos deles são lançados à miséria. Além disso, o desenvolvimento se dá em certos países e não em outros, e dentro dos países, em certas áreas e não em outras. Os moradores das áreas que se desenvolvem são beneficiados, os que moram nas demais são prejudicados. (SINGER, 2004, p. 11).

Entre o Brasil e o Banco Mundial a culminação do vínculo acontece em 1995, com a Reforma Gerencial do Estado, comandada pelo então Ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira. Naquele ano, foi concretizado o “Plano Diretor da Reforma do

Aparelho do Estado”, conduzido pelo Ministério da Administração Pública e Reforma do Estado (MARE).

Segundo um excerto do documento:

É preciso, agora, dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de “gerencial”, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna “cliente privilegiado” dos serviços prestados pelo Estado. É preciso reorganizar as estruturas da administração com ênfase na qualidade e na produtividade do serviço público; na verdadeira profissionalização do servidor, que passaria a perceber salários mais justos para todas as funções. Esta reorganização da máquina estatal tem sido adotada com êxito em muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento. (BRASIL, 1995, p. 7).

Para Algebaile (2009, p. 248), “além da reforma monetária, que representava a abdicação de uma moeda nacional, exigência da globalização, a reforma do Estado, em seu mais amplo sentido, envolveu um programa de privatizações”. Tal ação do governo provocou o confisco pré-programado de grande parte dos recursos do orçamento e a intervenção na própria forma de organizar o orçamento nacional, desmantelando qualquer possibilidade de autonomia por parte do Estado, caracterizando o governo brasileiro como mero executor de metas estabelecidas por organismos internacionais.

Entre os planos e metas acordados com organismos multilaterais existiam prescrições para o campo educacional, entre elas, as políticas de currículo, as de avaliação, as de valorização docente e as de financiamento educacional (SOUZA e OLIVEIRA, 2003).

Uma dessas prescrições ditas anteriormente foi a instituição de uma uniformização curricular, com intuito de padronizar os conteúdos escolares em todo o território nacional. A ideia de um currículo comum para a educação no Brasil como forma de garantir as necessidades básicas de aprendizagem. Isso foi debatido na Conferência de Jomtien, na Tailândia (1990)¹¹.

¹¹ PLANO DE AÇÃO PARA SATISFAZER AS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM, Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos Jomtien, Tailândia– 5 a 9 de março de 1990. Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>.

Embasado nos acordos de organismos multilaterais a Educação assumiu um mercado em expansão, em escala mundial, e isso ensejou uma modificação nos objetivos gerais das políticas educacionais no Brasil. Para Oliveira e Souza (2003, p. 874), os acordos projetaram “(...) todo o processo educacional na esfera do mercado e generalizam-se os procedimentos e valores típicos do capitalismo competitivo na gestão dos sistemas e das instituições educacionais”. Entre eles o financiamento da educação generalização dos sistemas de avaliação em larga escala.

Segundo Oliveira e Souza (2003), o processo mencionado anteriormente centralizou a avaliação educacional na configuração dos sistemas de ensino, ressaltando que esta tem sido apresentada e justificada como impulsionadora da “qualidade”, substituindo a antiga “ideia força” da “igualdade” como principal objetivo das políticas educacionais, ou seja, para os autores:

De um lado, centralizam-se os processos avaliativos e, de outro, descentralizam-se os mecanismos de gestão e financiamento, tornando-os meios destinados a “otimizar” o produto esperado, os bons resultados no processo avaliativo. A avaliação torna-se então um mecanismo indutor da excelência e, como desdobramento, naturaliza-se a desigualdade (SOUZA; OLIVEIRA, 2003, p. 874).

A avaliação em larga escala dispensou controle por meio de pesadas estruturas organizacionais, no qual fora substituído por processos avaliativos que verificam o produto da ação da escola, certificando sua “qualidade”. Este formato de avaliação pode legitimar “valorações” estimulando procedimentos competitivos entre escolas e sistemas para melhorar índices educacionais. Os resultados da avaliação em larga escala definem os critérios para alocação de recursos financeiros podendo garantir e associar desempenho e financiamento provocando até remuneração diferenciada (SOUZA; OLIVEIRA, 2003, p. 875). No tocante à administração pública, essa remuneração diferenciada pode estar relacionada à gestão de responsabilidades, ou seja, *accountability*. Este termo abrangente, pode ser conceituado como sendo o processo pelo qual as entidades do setor público e os indivíduos dentro delas são responsáveis por decisões e ações, incluindo a forma como são geridos os recursos públicos, bem como todos os aspectos relacionados ao desempenho e aos resultados (IFAC, 2001, p. 12).

Souza e Oliveira (2003) explicam que para sanar as críticas quanto à ineficiência do Estado gerou-se diferentes privatizações como: transferência de

propriedade de setores estatais para a iniciativa privada e introdução de concepções privadas de gestão submetendo as organizações a um “choque de mercado” sem realizar a transferência de propriedade.

Assim, surgiu a noção de “quase-mercado” que, tanto do ponto de vista operativo, quanto conceitual, diferencia-se da alternativa de mercado propriamente dita, podendo, portanto, ser implantada no setor público sob a suposição de induzir melhorias.

As medidas cabíveis dentro dessa lógica podem ser diversas, mas, no caso da educação, os mecanismos que têm evidenciado maior potencial de se adequarem a ela são as políticas de avaliação, associadas ou não a estímulos financeiros. (SOUZA; OLIVEIRA, 2003, p 875 e 876).

Diante de tal compreensão sobre avaliação, o que estava em disputa era uma concepção de desenvolvimento humano por meio da Educação. Segundo Boom (2004, p. 215), a concepção de desenvolvimento humano nos documentos do Banco Mundial tem como princípio a reordenação da política econômica como forma de prover as necessidades básicas das classes mais pobres.

Nesse sentido, Libâneo (2016) destacou que desenvolvimento humano diz respeito ao conceito que pondera o bem-estar geral do ser humano com destaque e objetivo para o desenvolvimento e se desdobra na aplicação da aprendizagem para melhorar a qualidade de vida. O desenvolvimento humano, portanto, é entendido como "um termo que se utiliza no sentido mais estreito e se refere ao desenvolvimento e conservação das capacidades das pessoas para contribuir para o desenvolvimento econômico e social" (LIBÂNEO, 2016, p. 46).

Mais uma vez, assim discorre Boom (2004, p.220) sobre esse assunto:

Em que pese o fato de esta nova estratégia ser expressa em termos de metas humanitárias e de preservação da liberdade, ela busca um novo controle dos países e de seus recursos. Mais ainda, a nova estratégia enfoca o ser humano como o recurso mais importante sobre o qual devem ser focalizados todos os esforços, não só como objeto de exploração, mas como sujeito que demanda e consome e, portanto, suscetível de ingressar no mercado. Em síntese, o desenvolvimento humano é a miragem com a qual se pretende impulsionar as novas realocações da política global em que o mercado opera como o ordenador econômico por excelência e a produtividade do indivíduo se constitui como o propósito central dessa estratégia.

Para Libâneo (2016), a educação transforma-se em uma ferramenta indispensável ao capitalismo, principalmente em relação aos setores mais excluídos da sociedade. A educação se apresenta nos documentos do Banco Mundial, como saída para evitar os contratempos da expansão capitalista.

Neste sentido cabe à escola solucionar problemas sociais e econômicos dentro dos critérios do mercado global. Atender as necessidades básicas de aprendizagem “significa criar os insumos necessários para que o aluno alcance a aprendizagem como produto, ou seja, conhecimento e habilidades necessárias ao mercado de trabalho” (LIBÂNEO, 2016, p.47).

Com essa perspectiva os objetivos da escola foram abstraídos no que se refere aos conhecimentos científicos e ao desenvolvimento de reflexões mais críticas. O uso de expressões profícuas, como, desenvolvimento humano, aprendizagem para todos, equidade, inclusão social passou a integrar o cotidiano da escola. Libâneo (2016, p. 47) afirma ainda que, a instituição escolar foi simplificada ao ponto de atender modicamente aos “conteúdos mínimos” de aprendizagem atrelada apenas às “(...) demandas imediatas de preparação da força de trabalho”.

É dentro desse contexto que na próxima seção discutiremos os programas voltados para a EITI, não sem antes o observarmos de um ponto de vista contínuo na história.

2.2 Os programas voltados para a EITI

(...) a escola fundamental brasileira, especialmente aquela voltada para as classes populares, sempre foi uma escola minimalista, isto é, de poucas horas diárias, pouco espaço e poucos profissionais. O incremento desses três aspectos pode significar o fortalecimento de suas capacidades como agência de socialização e de difusão cultural, entretanto, nenhum deles tem valor em si mesmo e só adquirem sentido educativo quando articulados em um projeto que formule os papéis que a escola brasileira pode hoje cumprir, compreendendo seus limites e contradições e as possíveis e necessárias articulações com outras instituições e processos sociais. (CAVALIERE, 2009, p.52).

O tema da Educação Integral e(m) Tempo Integral (EITI) acompanha o processo de ampliação do acesso à educação escolar e de seu papel social no Brasil, conforme mostra a citação.

De um ponto de vista histórico, no início do século XX, o movimento da Escola Nova nos Estados Unidos da América (mas não só) influenciou parte da sociedade

brasileira. O filósofo norte americano John Dewey¹² escreveu e publicou suas obras, posicionando-se favoravelmente a uma nova ordem social. A ideia era construir uma sociedade democrática, cuja escola estivesse sintonizada com o movimento de incessantes transformações do mundo.

Westbrook et al (2010, p. 244) analisam a teoria de Dewey e apontam a seguinte concepção:

A escola é a única forma de vida social que funciona de forma abstrata em um meio controlado, que é diretamente experimental; e, se a filosofia há de converter-se em uma ciência experimental, a construção de uma escola será seu ponto de partida.

John Dewey foi inspiração para Anísio Teixeira que participou do movimento Escolanovista no Brasil. Tal movimento inseriu a democracia como um importante ingrediente no debate educacional. Seu objetivo era construir uma educação pública para todos os indivíduos. Anísio Teixeira registrou em seu livro “Educação para a Democracia” que: “Só existirá democracia no Brasil, no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública” (TEIXEIRA, 1936, p. 58).

O autor também expunha a sua concepção de Educação:

A escola ampliou os seus deveres até participar de todos os deveres do lar, assumindo a responsabilidade de dar às crianças todas as condições que lhe asseguram – ou lhe deviam assegurar – na família, a continuidade e a integridade de uma ação formadora completa. Educação e não instrução apenas. Condições de vida e não condições de ensino somente. (TEIXEIRA apud CAVALIERE, 2002b, p. 5).

Silva (2015), em um estudo sobre uma experiência educacional desenvolvida por Anísio Teixeira no Rio de Janeiro nos anos 1930, afirma que o intelectual considerava em suas argumentações sobre a EITI os elementos contextuais no desenvolvimento da educação escolar, tais como a igualdade de oportunidades, a ideia de um sistema educacional, a ampliação das atividades escolares, bem como a própria participação comunitária nas decisões escolares. O currículo escolar, para

¹² John Dewey (1859-1952), filósofo, psicólogo e pedagogo liberal norte-americano, exerceu grande influência sobre toda pedagogia contemporânea. Ele foi defensor da escola ativa, que propunha a aprendizagem através da atividade pessoal do aluno. Sua filosofia da educação foi determinante para que a Escola Nova se propagasse por quase todo mundo (GADOTTI, 2005, p. 148).

Anísio Teixeira baseava-se numa formação integral do homem e seu compromisso era com o desenvolvimento do Liberalismo no Brasil (SOUZA, 2015).

No decurso dessa época, a Educação Integral era abraçada por diferentes pensamentos políticos e ideológicos, ainda que com pontos de vista diferentes e por vezes antagônicos, como os movimentos dos Integralistas e dos Pioneiros da Escola Nova. Anísio Teixeira integrava o pensamento liberal, que tinha uma concepção emancipatória e democrática da educação por meio da ampliação das funções da escola (FÉLIX, 2021).

O mesmo Anísio Teixeira nos anos 1950, à época secretário de Educação do Estado da Bahia, desenvolveu o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR)¹³ em um bairro pobre da cidade de Salvador. Essa escola tinha como modelo de ensino a EITI. Na escola existia um pavilhão destinado à educação formal e outro ambiente destinado às demais atividades escolares (NUNES, 2009).

A escola-parque, como ficou conhecida, oferecia atividades manuais, físicas e alimentação aos estudantes e tornou-se referência internacional no tocante à estrutura física e à prática pedagógica, recebendo representantes da ONU e da UNESCO. Tal ação foi descontinuada quase nada restando dos seus pressupostos teóricos e princípios concretos (CORDEIRO, 2001, p.241).

Algumas décadas a frente surgiram no cenário educacional o Centros Integrados de Educação Pública (CIEP). Idealizados por Darcy Ribeiro e construídos no Rio de Janeiro, durante o governo de Leonel Brizola, nas décadas de 1980 e 1990. Essas construções (mais de 500) faziam parte do Programa Especial de Educação (PEE). O PEE tinha como objetivo a melhoria da qualidade da educação no Estado do Rio de Janeiro. Segundo Félix (2021), os CIEPs trouxeram para o sistema educacional um cunho inovador no sentido da ampliação do tempo escolar e na ampliação das funções da escola, vista não apenas como um lugar de instrução, mas um lugar de formação ampla dos alunos.

A perspectiva da EITI dos CIEPs idealizados por Darcy Ribeiro teve inspiração no projeto educacional de Anísio Teixeira, pois, como dizia Ribeiro: “Anísio exerceu uma influência muito grande sobre mim” (Ribeiro, 1990, p. 111). A materialização defendida na implementação dos CIEPs se assemelhava com as

¹³ Disponível em <http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/passado/centro-educacional-carneiro-ribeiro-1955/96>. Acesso em 23/11/2022.

estratégias de educação defendida por Anísio Teixeira na concepção da Escola-Parque.

De acordo com Cavaliere e Coelho (2003), os CIEPs tinham como proposta ofertar EITI, objetivando ofertar não apenas o aumento do tempo dentro da escola, mas oferecer atividades que consideravam os múltiplos aspectos do sujeito. Para Félix (2021), isso fica evidente pela preocupação com a estrutura física das escolas, mas também com as próprias atividades pedagógicas, tais como: vídeo educação, educação física, sala de leitura, animação cultural, estudo dirigido e núcleo de saúde e pelo investimento em formação própria para os docentes com atuação nessas escolas.

Porém, em alguns discursos e até mesmo na prática, a proposta de educação dos CIEPs foi sendo projetada em outras concepções, tais como: o assistencialismo, a proteção social e até mesmo o autoritarismo. Esses posicionamentos geraram críticas, estigmas e adversidades na compreensão e receptividade da política pela população. Prova disso é que “Os CIEPs foram estigmatizados como sendo escolas para crianças sem cuidados familiares ou semimarginalizadas” (CAVALIERE, COELHO, 2003, p. 153).

Acontece que na prática ou até mesmo em alguns discursos, como o do próprio Darcy Ribeiro (1990), deixa latente o objetivo do programa declamando que “se em todo o Brasil existissem CIEPs, não haveria criança abandonada” e que uma criança que passa o dia todo na escola “não é vítima de assassinato”, tipificando uma concepção assistencial e protetiva.

À vista disso, Cavaliere e Coelho (2003, p. 170) afirmam que

O caráter assistencialista da educação pública não tem sido atribuído somente aos Cieps, mas a toda a rede pública, quando se denuncia sua baixa qualidade pedagógica e ausência de resultados convincentes. Porém, em relação aos Cieps, essa crítica é sempre mais contundente, perpassando o próprio conceito de escola de tempo integral.

As autoras ainda apontam que as políticas educacionais brasileiras relacionadas à EITI manifestam uma característica assistencialista, porém as práticas de cuidado não podem ser configuradas especificamente como tal. Ou seja, oferecer assistência aos estudantes é relevante desde que estas ações não tenham objetivos que superem às atividades de caráter pedagógico, “o que faz a escola

deixar de exercer a sua função na formação integral dos alunos para dedicar-se às de caráter assistencialista” (FÉLIX, 2021, p.73).

Com inspiração nos CIEPs, já nos anos 1990, foi criado, em nível federal, os Centros Integrados de Atenção à Criança (CIACs)¹⁴ que previa ações integradas para crianças e adolescentes voltadas à educação, saúde e assistência social, concentrada dentro de um único espaço físico.

Escolas de tempo integral foram construídas para atender crianças da creche até o final do ensino fundamental, denominado, naquele período, primeiro grau. A proposta tinha como meta definida a criação de 5 mil escolas para atender a, aproximadamente, seis milhões de crianças, sendo 3,7 milhões em escolas de primeiro grau e 2,3 milhões em creches e pré-escolas” (SOBRINHO; PARENTE, 1995, p. 7).

Os principais objetivos desses espaços educacionais eram a melhoria da situação educacional, especialmente em relação ao ensino de 1o grau, com repercussões sobre a formação da criança e do adolescente e a iniciação para o trabalho; a difusão da pedagogia da atenção integral e sua assimilação pela rede de serviços sociais básicos; a redução da taxa de mortalidade infantil e a ampliação dos níveis de expectativa de vida; a melhoria das condições de saúde, mediante a atenção especial a crianças e adolescentes; a redução do nível de violência contra crianças; e a promoção social das comunidades atendidas. (SOBRINHO; PARENTE, 1995, p.7-8).

A proposta sobre o vocábulo “atenção integral”, para Félix (2021) aparenta semelhança com o da educação integral, entretanto, a autora defende que o primeiro concerne à integralidade no âmbito de atendimento às necessidades de saúde, proteção e assistência social; já o segundo está relacionado à formação integral do ser humano, contemplando os seus múltiplos aspectos cognitivos, culturais, sociais, éticos, estéticos etc.

Nesse sentido, é notório o viés assistencialista do projeto, não só pelo uso do termo “atenção integral”, mas nos outros objetivos expostos, além da própria justificativa do projeto, que aponta a situação de extrema pobreza como um dos principais motivos para a criação dos Ciac’s (FÉLIX, 2021, p.75).

¹⁴ Instituído por meio do Decreto Nº 91 de 14 de maio de 1991, o Projeto Minha Gente durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello.

Com a mudança de governo, o Projeto Minha Gente foi extinto dando lugar ao Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA). Esse projeto alterava a nomenclatura de CIACs, para CAICs (os Centro de Atenção Integral à Criança) com concepções distintas, especialmente no que se refere às construções de espaços escolares. Seu objetivo era a "superação das carências das crianças e dos adolescentes", e com fundamentos concentrados na urgência de reverter às precárias condições de vida de parte das crianças e adolescentes brasileiros. Os CAICs ainda possuem sua estrutura física espalhada pelo país sendo utilizada até os dias de hoje.

Da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, outra ideia de EITI pode ser extraída. Os artigos 34, § 2º, e do artigo 87, § 5º, informam sobre a progressiva ampliação do tempo escolar ao critério dos estabelecimentos de ensino, não especifica como tal jornada será ampliada. No entanto o artigo 3º, incisos X e XI, fornece pistas sobre o tempo integral ao fixar a valorização da "experiência extraescolar" e a vinculação da educação escolar ao trabalho e às práticas sociais (BRASIL, 1996).

Outras legislações complementares também colocaram a EITI no debate educacional: o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/01), depois o Plano de Desenvolvimento da Educação (Decreto nº 6.094/07), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014).

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) trouxe à baila a uma concepção de EITI. Aquele PNE, à época, fixou o tempo integral como um objetivo do Ensino Fundamental e da Educação Infantil. Tinha como meta a ampliação progressiva do tempo escolar para uma carga horária de pelo menos sete horas diária. Além disso, promovia a participação das comunidades na gestão das escolas, incentivando o fortalecimento e a instituição de Conselhos Escolares (BRASIL, 2001).

Sobre o FUNDEB, Silva (2017, p. 7) afirma que ele:

(...) viabilizou, em parte, a demanda financeira para essa política de ampliação da jornada escolar, na medida em que foram atribuídas ponderações anuais para o aumento dos investimentos em alunos matriculados nos sistemas educacionais, em diferentes níveis e

modalidades, que adotassem a ampliação da jornada escolar. O FUNDEB também regulamentou o número de horas diárias, igual ou superior a sete.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo Governo Federal em 2007, um plano educacional, visava o alcance das metas previstas pelo PNE de 2001, em seu prazo de vigência de dez anos. O tempo integral nas escolas era uma das metas e o Programa Mais Educação (PME) fora criado pelo governo federal, por intermédio da Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, para atender essa finalidade (SILVA, 2017).

O Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, também tocou no tema da EITI em uma de suas metas (6), cujo objetivo era: “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica” (BRASIL, 2014).

Em 2016, entrou em cena o Programa Novo Mais Educação (PNME). Criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017, o Programa tinha como uma de suas finalidades a contribuição para a ampliação do período de permanência dos alunos na escola.

Após essa descrição que envolveu a política educacional brasileira (de forma bem panorâmica) e essa percepção mais contínua do tema da EITI, como forma de sinalizar que as práticas de gestão que envolveram os grêmios estudantis no Rio de Janeiro em duas escolas, considerando as ações do NIAP, estiveram vinculada ao que ocorria na política mais ampla. Passemos, a seguir, ao terceiro capítulo para dar continuidade a dissertação.

2.3. EITI na SME do Rio de Janeiro.

A EITI no município do Rio de Janeiro foi desenvolvida em diferentes contextos e direcionada idealizada por programas estaduais e federais, caso dos programas dos CIEPs e CAICs citados no capítulo anterior.

Na esfera municipal esse tema surgiu a partir de 2007, quando o Projeto de Lei nº 1.376/2007 foi apresentado às Comissões da PCRJ: de Justiça e Redação; Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público; Educação e Cultura; Direito da Criança e do Adolescente; Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira. Assim, depois desta tramitação, em 2009 o Projeto de Lei obteve parecer favorável na maioria das Comissões obtendo apenas um parecer desfavorável da comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira que solicitava alterações. Deste modo, criou-se a Lei municipal nº 5.225/2010, que estabeleceu o sistema de Turno Único (TU) no município do Rio de Janeiro (FÉLIX, 2021).

O quadro abaixo fornece uma perspectiva de como a EITI foi incorporada as normativas municipais sobre a Educação:

Quadro 3 Normativas de ampliação de carga horária da PCRJ antes da Lei do TU

Normativa	Ano	Tempo integral	Características
Projeto De Lei Nº 1376/2007 De 28 De Setembro De 2007- Dispõe Sobre A Implantação Do Turno Único Oito Horas No Ensino Público Fundamental.	2007	8h	Considerando o ensino público fundamental e gratuito para todos, o Poder Público Municipal estabelecerá, progressivamente, o turno único de oito horas em todas as escolas da rede pública municipal, no prazo de dez anos, à razão de dez por cento ao ano. E ainda determinava que as escolas situadas nas Áreas de Planejamento-APS onde foram constatados os mais baixos índices de Desenvolvimento Humano-IDH teriam prioridade na implantação do turno único de oito horas.
Lei Nº 4.866/2008, Plano Municipal De Educação De 2008 - 2018	2008	Não especifica o nº de horas, apenas cita uma extensão do horário escolar.	No que diz respeito à EITI a Lei propõe potencializar e expandir o atendimento e o quantitativo das Unidades de Extensão Educacional como Programa de extensividade do horário escolar do aluno, contribuindo para sua formação integral com atividades de arte, esporte e educação pelo trabalho.
Decreto nº 30934/2009 de 31 de julho de 2009 - cria	2009	Não especifica a	Transformação da comunidade em extensão do espaço escolar, através do modelo de gestão de parcerias, contribuindo para a

o Programa Bairro educador no âmbito da Secretaria Municipal De Educação e dá outras providências		quantidade de horas para o tempo ampliado	integração do processo ensino aprendizagem à vida cotidiana.
Resolução SME nº 1038/2009 de 24 de agosto de 2009 - dispõe sobre a implementação do Programa Escolas do Amanhã	2009	7h	Foi criado com objetivo reduzir a evasão escolar e melhorar a aprendizagem em 155 escolas do ensino fundamental localizadas nas áreas mais vulneráveis da cidade. Integravam as estratégias do programa para cuidar do ambiente físico, acadêmico e social da escola e trabalhar para o desenvolvimento e promoção de uma cultura baseada em valores. ¹⁵
DECRETO Nº 32.672 DE 18 DE AGOSTO DE 2010 - Cria o Programa Ginásio Experimental Carioca no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.	2010	9h e 30min	O Programa tem como objetivos formular, planejar, executar e acompanhar um conjunto de ações direcionadas para a melhoria da qualidade da Educação oferecida para os alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. E dentro das ações para alcançar essa melhoria está a educação em tempo ampliado: das 7h e 30 min às 17h para jovens do 7º ao 9º ano.
Lei nº 5225/2010, de 5 de novembro de 2010 - dispõe sobre a implementação de Turno Único	2010	7h	Estabelece o turno único de sete horas em toda a rede de ensino público municipal, no prazo de dez anos, a razão de dez por cento ao ano. Porém, coloca que a permanência dos alunos na escola ou em atividades escolares por período superior às sete horas, será optativa, a critério das famílias, dos estudantes e do sistema de ensino.

Fonte: Produção de autoria da pesquisadora

Nessa perspectiva vê-se que a PCRJ desenvolveu algumas ações voltadas para a EITI, porém a maioria dessas propostas não visava atender a todos os estudantes da rede, apenas uma parte deles. Como por exemplo o Programa dos Ginásios Experimentais Cariocas, criado pelo Decreto nº 32.672 de 18 de agosto de 2010, para atender estudantes do 6º aos 9º anos do ensino fundamental. O Decreto considerava, dentre outras coisas, “que oferecer educação de qualidade, inclusive para resgate de uma dívida social por todos reconhecida, é um dos deveres mais relevantes da Prefeitura para com o futuro das gerações que estão se sucedendo”.

¹⁵ Disponível em < <https://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?article-id=2281501#:~:text=O%20Programa%20Escolas%20do%20Amanh%C3%A3,%C3%A1reas%20mais%20vulner%C3%A1veis%20da%20cidade>>. Acesso em 12/06/2022.

Em caráter experimental, o Decreto dos Ginásios experimentais instituiu diversas ações, cabendo ressaltar no art.7º, inciso I, alínea A, o núcleo comum, que fixava o tempo integral das 7h30min às 17h00min para os jovens do 7º ao 9º ano.

Havia uma expectativa comum acerca da escola de tempo integral, dela melhorar a qualidade na educação oferecida, porém, isso dependia das funções que a ela eram atribuídas. Segundo Cavaliere (2014, p. 1206),

Ainda que pouco precisa, a expectativa pela qualidade educacional está, mais do que nunca, presente na sociedade brasileira que não apenas percebe a diferença qualitativa entre as escolas existentes - diferença rigorosamente espelhada na hierarquia social - mas também se pergunta sobre o que a escola pode e deve ensinar e quais as suas responsabilidades específicas.

A Lei nº 5.225/2010, de 5 de novembro de 2010, estabeleceu o Turno Único (TU) de sete horas na rede municipal do Rio de Janeiro com prazo de 10 anos para sua concretude com a razão de 10% ao ano.

Há atualmente um projeto de Lei nº 738¹⁶, de 28 de setembro de 2021, que, se aceito, alterará a redação da Lei nº 5.225/10, modificando o art.1º desta Lei, mudando o prazo para que todas as escolas cariocas ofertem o tempo integral aos estudantes. Ou seja, ao “art. 1º Fica estabelecido o turno único de sete horas em toda a rede de ensino público municipal, no prazo improrrogável até 2031”.

Em outras normativas posteriores a EITI também foi tratada, tal como na Lei nº 5.550 de 10 de janeiro de 2013 que fixou a Escola Carioca em Tempo Integral. Esse modelo escolar apresentava como objetivo geral “adotar o padrão de 7 horas de ensino nas escolas municipais para a melhoria na qualidade do ensino público, com alcance de níveis de desempenho equivalentes aos dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), e adequação à legislação carioca”.

Além disso, segundo a própria normativa:

A Escola Carioca em Tempo Integral é a 2ª geração de investimento no salto de qualidade da educação pública municipal do Rio de Janeiro. A nova Escola Carioca em Turno Único funcionará em horário integral com uma grade curricular específica, com mais tempos de aulas das disciplinas básicas, além de tempo dedicado

¹⁶ Disponível em <http://aplicnt.camara.rj.gov.br>. Acesso em 13/06/2022.

para a Educação para Valores e Estudo Dirigido. Estará organizada em grupamentos por faixa etária: Casas de Alfabetização (1º ao 3º ano), Primário (4º ao 6º ano) e Ginásio (7º ao 9º ano), de forma a obter maior aproveitamento dos alunos e especialização dos professores para cada etapa do aprendizado. Buscará a Excelência Acadêmica formando jovens competentes, autônomos, solidários e com um projeto de vida – protagonistas do seu futuro. (RIO DE JANEIRO, 2013).

Martins (2020), ao analisar documentos sobre o TU, inferiu que a PCRJ reorganizou seus espaços escolares num momento de transição do atendimento parcial para ampliação da jornada escolar em todas as unidades. Para Cavaliere (2014), as escolas são instituições heterogêneas e para que a educação em tempo integral aconteça de fato é imprescindível que alguma estrutura exista.

Primeiramente, não temos construções escolares preparadas para a rotina em tempo integral e todas estão ocupadas por, no mínimo, dois grupos de alunos por dia. Construir e reformar escolas é condição sine qua non a um projeto de médio e longo prazo para a implantação das ETI. Em segundo lugar, não há conceito ou prática firmados sobre o que seja educação integral escolar. Outra condição, portanto, é formular/aperfeiçoar modelos de trabalho articulando áreas disciplinares e temáticas, o que necessariamente terá que ser feito no âmbito das discussões mais aprofundadas sobre currículo. Uma outra condição ainda é aumentar o efetivo de professores e incorporar, regularmente e não precariamente, profissionais de diferentes formações, para além dos professores. (CAVALIERE, 2014 p.1213).

Novamente tomando como referência Martins (2020), a implementação do TU na rede carioca de ensino demandou diversas ações subjacentes. Ela cita, nesse contexto: a reestruturação da rede por níveis de ensino e da matriz curricular, a construção de escolas e a criação de novos cargos públicos e a realização de concursos para professores.

Para o desenvolvimento do TU a PCRJ, em 2013, criou o Programa Fábrica de Escolas do Amanhã com o objetivo de construir escolas para 35% dos estudantes da rede até 2016 (PCRJ, 2014). Essa medida evidenciava o esforço de não depender de modo efetivo de outros espaços para o atendimento dos alunos nas escolas de tempo integral. Algumas escolas, construídas ou adaptadas, tinham uma infraestrutura adequada e espaços apropriados para garantir as atividades da matriz curricular de 7 horas diárias.

Concursos para professores de 40 horas aumentando o efetivo foram realizados pela PCRJ. O cargo efetivo de Professor do Ensino Fundamental (PEF) para o exercício de atividades docentes em turmas do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental foi criado através da Lei nº 5.623/2013, de 01 de outubro de 2013. Houve a migração da carga horária docente de 12, 16 e 22 horas para 40 horas, por meio do Decreto nº 38302/2014, de 14 de fevereiro de 2014.

A proposta do professor em tempo integral, ou seja, de 40h era uma tentativa de romper com a relação de descontinuidade e de distanciamento entre os docentes especialistas e os estudantes, propiciando a estruturação de novas relações entre essas classes, além de outras possibilidades relacionadas:

Possibilidade de compreender o estudante de maneira integral, potencializando, assim, o desenvolvimento múltiplo do mesmo; possibilidade de conhecer os estudantes e seus sonhos; construção de relações, empatia, cumplicidade e parceria; trocas pedagógicas e promoção e projetos coletivos; corresponsabilidade de todos no processo de construção da aprendizagem; possibilidade de um trabalho mais colaborativo entre professores, estudantes e comunidade escolar; maior contato e conhecimento da realidade do aluno. (ASSIS, 2020, p. 92 apud SME-RJ 2016, p. 24).

Outra providência subjacente foi tomada a partir da Resolução SME nº 1.317, de 28 de outubro de 2014. Ela organizou as escolas em educação infantil, com a creche e pré-escola; ensino fundamental; educação de jovens e adultos; e educação especial, com classes especiais, escolas especiais, classes hospitalares, atendimento domiciliar e salas de recursos. Sobre este documento, Martins (2020, p.6) inferiu que “nesta resolução, encontramos a denominação - Primário Carioca- que compreende os seis primeiros anos de escolaridade do ensino fundamental”.

Vamos considerar os anos iniciais ou o “primário carioca”, em razão do recorte desta dissertação (informado na introdução), como forma de verificar as orientações curriculares, outra ação subjacente.

O primeiro documento sobre o currículo no TU foi a Resolução SME nº 1.178, de 02 de fevereiro de 2012. Segundo Martins (2020, p.6):

Pelo que está expresso nos textos dos Artigos 1 e 2 do texto da Resolução 1.178/2012, constata-se que os alunos das escolas em tempo integral permanecem nas unidades escolares durante as sete horas e vinte minutos diários e que suas matrizes curriculares

contemplam, além das disciplinas da base nacional comum curricular, uma parte diversificada que contempla aulas de Língua estrangeira, Sala de Leitura e Estudo Dirigido. As atividades de contra turno são as que vão para além das 7 h, denominadas de aulas de reforço escolar e outros componentes, que não são obrigatórias.

Essa resolução além de trazer as matrizes curriculares para escolas de tempo integral da SME denominadas Casa da alfabetização (atendimento do 1º ao 3º ano); Primário Carioca (atendimento 4º ao 6º ano experimental) e Ginásio Carioca (7º ao 9º ano) também trazia em seu texto a proposta de realização de uma atividade semanal a ser praticada pela equipe gestora das escolas. Ao mencionar no art.5º que as propostas das agremiações escolares poderiam ser temas de reuniões como forma de praticar o protagonismo estudantil dentro das unidades escolares. Assim, o artigo propunha:

Art. 5º A equipe gestora fará, semanalmente, uma Assembleia com todos os alunos da sua escola onde tratará de temas pertinentes ao Projeto Político Pedagógico, de outros assuntos referentes à Unidade Escolar, de aspectos da vida cidadã elencados nas Diretrizes Curriculares Nacionais e de outros temas propostos pelo Grêmio da escola, CRE e/ou Nível Central, garantindo a participação dos alunos na vida escolar. (RIO DE JANEIRO, Resolução SME nº 1.178/2012).

Outro documento que instituiu matrizes para as escolas de TU foi a Resolução da SME nº 1.317/2014. Essa normativa publicou uma nova matriz curricular para o Ensino Fundamental I, ou seja, denominado “Primário” do 1º ao 5º ano. Tais matrizes dispostas na resolução estavam subdivididas em disciplinas da base nacional comum curricular e atividade para a parte diversificada, assim daria conta do preenchimento desse tempo “a mais” das escolas de TU.

A Resolução nº 1.427 de 24 de outubro de 2016 foi mais um documento que ordenou o currículo no TU. Nesta matriz, a principal diferença é a disciplina “Projeto de Vida”, conforme especificava na introdução da BNCC, nas competências gerais da educação básica.

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2018).

Com uma nova gestão desde 2017, a PCRJ publicou as Resoluções nº 115/2019 e Nº 187/2020 com as matrizes curriculares para o TU. Essas duas matrizes são denominadas “Matriz Curricular de Ensino Fundamental”, extinguindo assim os termos: “Primário” e “Ginásio”. Essa nova matriz incluiu as disciplinas de ciências, história e geografia do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, situação que não constava ou não se apresentava de forma clara nas matrizes anteriores. Outro diferencial a ser ressaltado foi com relação à inclusão das aulas de Estratégia de Aprendizagem Carioca (EAC), Projeto de Vida Sustentável e aula de Xadrez.

É importante destacar também, que as matrizes curriculares de 2019 e 2020, do Ensino Fundamental I revogam a divisão das disciplinas por “Base Nacional” e “Parte Diversificada” como estava explícita nas matrizes anteriores. As escolas de TU, considerando as resoluções supracitadas foram denominadas como Escolas Municipais de Aplicação Carioca¹⁷ (EMAC). O atendimento nesses espaços permaneceu em 7h diárias.

A normativa mais atual, Resolução SME nº 297 de 17 de novembro de 2021, dispõe sobre a matriz curricular para o TU em vigor no município do Rio de Janeiro, publicada com o retorno da gestão do atual prefeito da cidade Eduardo Paes. A denominação da matriz curricular é: Ensino Fundamental I – Turno Único (7h). Ela dispõe de disciplinas da BNCC como Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Arte, Educação Física e Ensino Religioso. A parte diversificada é composta pelas seguintes disciplinas: Língua Estrangeira, Estudo Orientado, Roda De Leitura, Eletiva 1, Eletiva 2 e Protagonismo (nas bilíngues será aula de Língua Adicional).

Caso as Eletivas sejam ministradas com reagrupamento de alunos ou por necessidade pedagógica, a Unidade Escolar poderá oferecer apenas uma Eletiva com 2 tempos semanais; Quando não houver professor de Ensino Religioso adotar a estratégia de atendimento em 2 (dois) tempos de aula no componente curricular Estudo Orientado; Obs.1: No mínimo 6 tempos da Parte Diversificada no caso dos Primários Educacionais Olímpicos serão voltados para Habilidades e Movimento; Obs. 2: Nas Escolas Bilíngues a parte diversificada (Estudo Orientado, Roda de Leitura, Eletiva 1, Eletiva 2 e Protagonismo) será ministrada pelos professores da língua adicional; nas Escolas Bilíngues de Alemão e Francês, as Eletivas e Estudo Orientado serão, preferencialmente, ministrados na língua-alvo

¹⁷ Informação do Rioeduca disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/rioeduca/emac>.

(Alemão ou Francês), por professores de Língua Alemã ou Língua Francesa; conforme documento específico a ser elaborado pela Coordenadoria de Educação Integral e Extensão Curricular - E/SUBE/CEIEC. (RIO DE JANEIRO, 2021).

Existem orientações para o desenvolvimento da parte diversificada da matriz curricular¹⁸ com o “(...) objetivo de subsidiar a organização do trabalho pedagógico dos professores regentes, de modo a colaborar, também, com os diferentes projetos e práticas pedagógicas realizadas na e pela escola” (Rio de Janeiro, 2021). No caso do Ensino Fundamental I, destacaremos o componente curricular “Protagonismo” que envolveu inúmeras ações educacionais incluindo o nosso objeto de estudo os “Grêmios Estudantis”.

A PCRJ definiu que nas escolas de TU a atitude protagonista deve ser incentivada por toda a comunidade escolar e trabalhada transversalmente em todas as disciplinas, espaços e tempos da escola. Os estudantes são os responsáveis por diversas ações que cuidam do espaço escolar e de seus patrimônios. O professor, nesse caso, também deve ser uma referência de protagonismo.

Mas o que de fato pode representar esse protagonismo? Para Costa (2007, p. 10):

(...) o protagonismo, enquanto modalidade de ação educativa, é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso¹⁹.

Atualmente, a SME possui 1.544 unidades escolares com 634.007 estudantes matriculados. Nessa realidade apenas 37,63% estão matriculados em tempo integral. A grande maioria ainda permanece estudando em tempo parcial (62,37%)²⁰.

Desde 2010 ocorreram investimentos em mudanças de atendimento aos alunos com projetos como as escolas que funcionam em TU. As diversas matrizes curriculares descritas reforçam o entendimento de que “a extensão do horário deve constituir um tempo qualitativo” e “pressupõe uma formação mais completa para o ser humano-cidadão-aluno” (COELHO, 2009, p.93).

¹⁸ Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/rioeduca/exibeconteudo?id=14010607>. Acesso em 27/06/2022.

¹⁹ Disponível em <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/costa-protagonismo.pdf>. Acesso em 28/06/2022.

²⁰ Fonte: <https://educacao.prefeitura.rio/educacao-em-numeros/>, acesso em 11/06/2022.

Ainda, segundo a autora:

É importante destacar que o tempo integral na escola pressupõe, em nossa visão, a adoção de uma concepção de educação integral: com o tempo escolar ampliado, é possível pensar em uma educação que englobe formação e informação; que compreenda outras atividades – não apenas as pedagógicas – para a construção da cidadania partícipe e responsável (COELHO, 2003, p.4).

A seguir, nesse contexto descrito sobre o TU em escolas públicas municipais do Rio de Janeiro, vejamos o que diz respeito aos grêmios estudantis, nosso objeto de investigação.

3. O NIAP E AS SUAS PRÁTICAS DE GESTÃO NOS GRÊMIOS ESTUDANTIS

“A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, mas em ter novos olhos”. (Marcel Proust)

Nos capítulos anteriores discorremos sobre a Gestão Democrática e sobre a EITI no contexto da política educacional brasileira. Neste capítulo a ideia é descrever e analisar as práticas de gestão educacional que culminaram na constituição dos Grêmios Estudantis das escolas públicas municipais com mandato de 2018 a 2020. Tais práticas foram normatizadas pelas Resoluções SME nº 55 e 56 de 2018, especificamente, e desenvolvidas somente no referido ano pelo Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares (NIAP).

3.1. As normativas sobre os Grêmios Estudantis na PCRJ

No cenário mais recente (publicado no mesmo ano de implantação do TU) a Resolução SME nº 1.074, de 14 de abril de 2010 dispõe sobre o Regimento Escolar Básico no Ensino Fundamental. Nela, o Grêmio Estudantil é um organismo de participação em diversos processos da organização escolar. Esse documento estabelece, no capítulo que trata da concepção de educação e da missão da instituição de ensino, que a política de democratização desenvolvida na rede municipal deve assegurar a melhoria da qualidade e a valorização da escola pública, em todos os seus níveis e segmentos, especificando em seu art.6º a participação da comunidade escolar, através dos seus organismos como o Conselho Escola Comunidade e o Grêmio Estudantil, na gestão da Unidade Escolar.

O Grêmio Estudantil é definido na Resolução SME nº 1.074/10, no Capítulo VII, como “órgão representativo do corpo discente de cada unidade escolar” e que tem “por finalidade favorecer o desenvolvimento da consciência crítica, da prática democrática, da criatividade e da iniciativa”. Essa afirmativa corrobora com o pensamento de Freire (2002, p. 46) destacando a importância de incentivar os estudantes a serem participativos.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns

com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros.

O dispositivo descreve que o Grêmio Estudantil escolar compõe a estrutura escolar municipal e deve ter sua representatividade na construção do PPP, nos Conselhos de Classe e participação junto à gestão escolar. Além disso assegura que a liberdade de expressão deve ser garantida a todos que compõem a organização básica das Unidades Escolares.

A representatividade do Grêmio estudantil, tratada nessa norma, nos leva a compreender a escola como um espaço de formação, de desenvolvimento e exercício da cidadania. Ao garantir a participação de seus representantes nas atividades escolares, a instituição oportuniza a construção da identidade, o autoconceito e a autoestima, componentes essenciais para a formação do cidadão. A Resolução SME nº 1.074/10 registra também que a entidade autônoma denominada Grêmio Estudantil deverá estar de acordo com as normas e diretrizes estabelecidas pela SME publicadas bienalmente.

Nas escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro, a constituição das agremiações escolares acontece a cada biênio. O processo é sempre normatizado através de publicações em Diário Oficial, ou seja, de dois em dois anos através do ato do Secretário de Educação são publicadas normativas, no caso, Resoluções que orientam como será feito o processo de constituição dos Grêmios Estudantis das escolas públicas municipais da cidade do Rio de Janeiro (processo eleitoral) e definem como estas entidades serão organizadas e seu funcionamento no âmbito escolar.

Em 23 de fevereiro de 2018, foram publicadas no Diário Oficial Municipal²¹ nº 227, as Resoluções SME nº 55 e 56 que estabeleciam, respectivamente, normas para a realização de eleição dos membros da diretoria executiva dos Grêmios Estudantis e normas para a organização e funcionamento do Grêmio Estudantil nas Unidades Escolares da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro.

²¹ Disponível em <https://doweb.rio.rj.gov.br/>. Acesso em 29/06/2022

As duas Resoluções consideram a Resolução SME nº 36 de 19 de dezembro de 2017 que empregou o disposto no artigo 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente, onde está fixado que o público infanto-juvenil tem o direito à liberdade de opinião e de expressão, bem como o direito à participação na vida política.

Além disso, na normativa acima citada, vê-se em seu artigo 1º uma alteração na redação dada ao artigo 3º de outra normativa, a Resolução SME nº 701 de 04 de maio de 2001 que afirma: “Caberá ao NIAP a regulamentação, por intermédio de Portaria, da organização e do funcionamento dos Grêmios Estudantis, bem como da eleição de seus membros”. O que antes era de competência da Coordenadoria de Gestão Escolar e Governança²² para a ser atribuição do NIAP.

Outra observação importante da Resolução SME nº 36 de 2017 é que nesta alteração, a regulamentação das atividades relativas aos Grêmios Estudantis seria dada através de portaria, porém, oficialmente o que ocorreu foi a regulamentação por meio de resolução. Para entender os atos administrativos²³ em questão é possível inferir que a mudança ocorreu pela necessidade de adequação de espécie legislativa, conforme conceitos formulados por Meirelles (2012, p. 192):

Portarias são atos administrativos internos, pelos quais o chefe do Executivo (ou do Legislativo e do Judiciário, em funções administrativas), ou os chefes de órgãos, repartições ou serviços, expedem determinações gerais ou especiais a seus subordinados, ou nomeiam servidores para funções e cargos secundários. As portarias, como os demais atos administrativos internos, não atingem nem obrigam aos particulares, pela manifesta razão de que os cidadãos não estão sujeitos ao poder hierárquico da Administração pública. Resoluções são atos administrativos normativos expedidos pelas altas autoridades do Executivo (mas não pelo Chefe do Executivo, que só deve expedir decretos) ou pelos presidentes de tribunais, órgãos legislativos e colegiados administrativos, para disciplinar matéria de sua competência específica.

Outra questão significativa abordada na Resolução SME nº 36 de 2017 está descrita no art. 2º que prorroga para 31 de maio de 2018 o mandato dos membros do Grêmio Estudantil eleitos no pleito anterior. Essa determinação deixava implícito

²² Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/93351965/dom-rj-normal-08-06-2015-pg-19>. Acesso em 28/06/2022.

²³ Disponível em <https://jus.com.br/artigos/33146/atos-administrativos>. Acesso em 29/06/2022.

que o próximo processo eleitoral teria um cronograma elaborado para além do período em que o mandato anterior determinava.

Com base no exposto, retornemos à Resolução nº 55 de 2018 que determinou as datas (21 a 23 de maio) para a realização das eleições, especificou um cronograma de ações e definiu como seria feita a constituição da Comissão Eleitoral e suas competências para a escolha dos estudantes que comporiam os grêmios estudantis, conforme quadro abaixo:

Quadro 4 Cronograma das etapas do processo eleitoral

De 26 de fevereiro até 20 de março de 2018	Mobilização para a formação da Comissão Eleitoral e realização da Assembleia Geral para a eleição da mesma
21 de março de 2018	Divulgação do Cronograma em cada Unidade Escolar
24 de abril a 04 de maio de 2018	Inscrições das Chapas
07 a 18 de maio	Campanha e Debate entre as chapas
21, 22 e 23 de maio	Eleição da Diretoria Executiva do Grêmio Estudantil
23 ou 24 de maio (23 de maio após término da eleição)	Apuração da votação
De 4 a 8 de junho	Posse na Unidade Escolar
De 11 a 29 de junho	Posse na E/SUBE/CRE

Fonte: Resolução SME nº 55 de 22 de fevereiro de 2018

A normativa também estabeleceu o voto livre e secreto, seguindo a determinação da Lei do Grêmio Livre. Nesse processo, os estudantes exercitam a prática social, tal e qual o dispositivo constitucional disposto em seu artigo 60, § 4º (CF/88) permite aos cidadãos. Essa é a primeira participação política da vida dos estudantes o que é essencial na formação para cidadania.

Como vimos no capítulo 2, que o Grêmio Estudantil é uma entidade autônoma de representatividade estudantil. A Resolução SME nº 56/2018 fixa essa afirmativa no 1º artigo ratificando a Lei nº 7.398/85. O que não deixa clareza é o que dispõe o artigo 2º: “O Grêmio Estudantil atuará nas Unidades Escolares da Rede

Pública do Sistema Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro, após eleito oficialmente, de acordo com as normas contidas na Resolução SME nº 36 de 19 de dezembro de 2017”.

Como apresentamos anteriormente, essa normativa (Resolução SME nº 36/2017) apenas prorroga o mandato dos Grêmios Estudantis já constituídos nas escolas públicas municipais da PCRJ e altera o setor responsável pela organização do certame eleitoral que passa a ser de competência do NIAP. Não há em seu dispositivo demais normas legais a serem seguidas por essas entidades autônomas. Porém, ao longo do texto da Resolução SME nº 56/2018 observamos a propositura de normas e concepções inerentes à autonomia e participação dos estudantes como exposto no:

Art. 4º O Grêmio Estudantil tem por finalidade e condição fundamental, possibilitar aos alunos o exercício da cidadania em uma coletividade participativa. Pressupõe, na sua parceria com os gestores escolares, uma relação de apoio mútuo que garanta aos estudantes seu direito à autonomia e liberdade de expressão. É um espaço de exercício de consciência crítica, prática democrática, criatividade e protagonismo infanto-juvenil, potencializando a gestão democrática na permanente integração da Escola à Comunidade. (RIO DE JANEIRO, SME, 2018).

A composição do Grêmio Estudantil e as competências dos cargos exercidos por essas entidades autônomas estão presentes nos artigos 5º e 6º da normativa supracitada no parágrafo anterior. Como já dito, o mandato da agremiação é exercido a cada biênio, o artigo 7º ratifica essa afirmativa quando fixa que o mandato dos membros da Diretoria Executiva será de dois anos. Também numa perspectiva de engajamento participativo não hegemônico permite uma reeleição consecutiva e nova candidatura após intervalo de um mandato.

Os artigos seguintes discorrem assuntos pertinentes à formação do conselho de representantes, casos de vacância, direito à participação de todos os estudantes da escola em Assembleias de Classe, bem como os procedimentos administrativos obrigatórios como o registro em ata das Assembleias de Classe (ordinária ou extraordinária), independente do assunto e do número de alunos participantes.

O artigo 15º alude a elaboração do Estatuto do Grêmio Estudantil, conforme exigência da legislação tempestiva. E o art. 16º traz algumas regras para confecção do regulamento:

Art. 16 O Estatuto é o documento que regula o funcionamento de cada Grêmio Estudantil, devendo ser elaborado pela Diretoria Executiva, apreciado e aprovado pelo corpo discente em Assembleia Geral e, posteriormente, enviado à Coordenadoria Regional de Educação para ciência. (Resolução SME nº56/2018).

A definição dada pela normativa não se aprofunda em conceitos e dinâmicas inerentes ao conjunto de regras necessárias ao exercício das atividades das agremiações, como exposto na Lei do Grêmio Livre: “A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus Estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino, convocada para este fim” (Lei 7.398/85, art. 1º, § 2º). Mas atende à imposição legal no tocante à participação e aprovação de todos os estudantes daquela instituição escolar.

Além do Estatuto, que é obrigatório por lei, a normativa prevê a possibilidade de o Grêmio Estudantil confeccionar um Regimento Interno que contemple as ações e decisões compartilhadas com a gestão escolar e demais profissionais da Unidade Escolar. Pesquisando acerca de documentos que orientem a produção de um Regimento Interno escolar encontramos a Resolução SME Nº 1.074, de 14 de abril de 2010 que dispõe sobre o Regimento Escolar Básico do Ensino Fundamental da Rede Pública do Município do Rio de Janeiro.

3.3. O NIAP: setor responsável pela constituição dos grêmios estudantis na PCRJ (de dezembro de 2017 a março de 2019)

Como visto na seção anterior, a Resolução SME nº 36/2017 designou o NIAP para regulamentar a organização, o funcionamento e o processo eleitoral do Grêmio Estudantil da rede de educação básica da cidade. Portanto, questões surgem em torno desse dispositivo: O que é o NIAP e qual é o seu papel na SME?

O NIAP é um setor da SME, criado pelo Decreto nº 32.505, de 13 de julho de 2010, responsável por elaborar, acompanhar, monitorar e normatizar as ações interdisciplinares no âmbito da Secretaria Municipal de Educação da PCRJ. O NIAP tem uma concepção multidisciplinar e sua criação foi caracterizada como uma tentativa de sistematização para legitimar a atuação integrada e articulada de

saberes e de profissionais (Assistentes Sociais e Psicólogos, por exemplo). Ele é uma iniciativa para que os saberes e acolhimento do Serviço Social e da Psicologia fizessem parte da Política de Educação do município.

Ainda sobre o NIAP, em sua elaboração foi considerado o que ocorreu no Polo de Atendimento Extra Escolar²⁴, a partir 2001, e na Rede de Proteção ao Educando (RPE)²⁵, criado em 2006. Essas propostas indicavam, à época, a possibilidade de ações integradas, para uma atuação articulada entre assistentes sociais, psicólogos e professores o que então, a partir de 2010, passou a ser competência do NIAP.

Mas antes da criação do NIAP, em 2009, essas propostas realizadas na estrutura administrativa da prefeitura deram origem ao Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas (PROINAPE). Regulamentado pela Portaria E/SUBE nº 4/2009 (PCRJ, D.O Nº 181 de 11 de dezembro de 2009), este documento normatizou as propostas do Polo de Atendimento Extra Escolar e a RPE direcionando o trabalho intersetorial das ações dos psicólogos e professores da SME.

A criação do PROINAPE considerou a necessidade de reestruturação da dinâmica de funcionamento do acompanhamento dessas propostas e a pertinência das ações que visavam contribuir com a garantia do acesso, permanência e aproveitamento escolar dos alunos da rede pública da SME, bem como para o acesso dos educandos e de suas famílias às demais políticas públicas. Tratava-se de um programa que precedeu a Lei Federal nº 13.935/19 que instituiu a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica como obrigatória.

Em 2010, com a criação do NIAP, o PROINAPE foi considerado, por norma, ação prioritária do setor, tendo suas estratégias educacionais pautadas nas competências socioemocionais, na proteção integral de crianças e adolescentes²⁶,

²⁴ Polo de Atendimento Extraescolar é uma unidade extinta do organograma da SME, que segundo a publicação da equipe do PAEE Sobral Pinto, pode ser assim definido: “[...] atendimento educacional complementar que congrega na abordagem interdisciplinar inclusiva, a busca de soluções para as dificuldades encontradas pelas escolas, frente às características de desenvolvimento de crianças que vivem adversidades de ordem biopsicosocial.” Os vinte polos nas dez CREs eram compostos por professores com formação em: psicologia, pedagogia, fonoaudiologia e psicopedagogia. Disponível em: <<http://sobralpinto.blogspot.com/>>. Acesso em: out. 2022.

²⁵ Decreto nº 27.254, de 27/10/2006, de autoria do Prefeito Cesar Maia. Dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS).

²⁶ O princípio da proteção integral da criança e do adolescente é encontrado na carta magna no art.227 da CF/88 e estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à

na promoção de saúde mental e no enfrentamento às múltiplas questões da expressão social. O PROINAPE até o momento é considerado um programa de ações colaborativas e integradas para apoio institucional às Unidades Escolares junto ao NIAP²⁷.

No ano de 2020, o PROINAPE foi ratificado pela Resolução SME nº 222/20 (PCRJ, D.O. Nº 178 de 20 de novembro de 2020) com a finalidade de desenvolver ações em conjunto com as Unidades Escolares. Já o seu funcionamento nas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) foi estabelecido e ampliado pela Resolução SME nº 268/21.

O trabalho efetuado pelo NIAP é direcionado às CREs através do PROINAPE e dispõe de seis eixos norteadores para o apoio institucional que estão elencados a seguir:

- I. ATENÇÃO: Atenção às questões que atravessam as relações de ensino e os processos de aprendizagem no contexto das interações, vínculos, potencialidades, impasses, vulnerabilidades, transformações e aspirações da comunidade escolar;
- II. TRABALHO INTERDISCIPLINAR: Trabalho Interdisciplinar que busca compreender e orientar-se pelo conhecimento sobre a realidade histórica, política, econômica, social, familiar e educacional da comunidade escolar apoiada;
- III. ABORDAGEM DIALÓGICA: Abordagem dialógica e implicada para repensar e agir coletivamente nas relações estabelecidas na escola e com a escola;
- IV. POSICIONAMENTO CRÍTICO: Posicionamento crítico no que se refere às concepções e às práticas individualizantes, patologizantes, estigmatizadoras, discriminatórias e preconceituosas;
- V. FORTALECIMENTO DOS ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS: Atuação pela garantia e fortalecimento de espaços democráticos para inclusão e valorização da diferença, representatividade e protagonismo juvenil;
- VI. FORTALECIMENTO DA REDE: Fortalecimento das Unidades Escolares como parte da Rede de Atenção e Proteção à Criança e ao Adolescente²⁸. (RIO DE JANEIRO, SME, 2018).

Salientamos que os norteadores dialogam entre si e com esta pesquisa no sentido de enfatizar o fortalecimento dos espaços democráticos. Observamos então

educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

²⁷ Disponível em: <https://smeniap.wixsite.com/smeniap>. Acesso em 11/03/2022

²⁸ Disponível em: <https://smeniap.wixsite.com/smeniap/norteadores>. Acesso em 11/03/2022.

que a ação proposta pelo NIAP interage com os Grêmios Estudantis considerando sua representatividade e protagonismo dentro das escolas. O Grêmio Estudantil é um espaço de experiência e de vivência da democracia no interior das escolas, assim sua atuação poderá integrar as ações pedagógicas da escola.

A ideia de espaço pedagógico ou de aprendizado se relaciona com a concepção desenvolvida por Pateman (1992, p. 60) que afirma existir uma função precípua da participação: “(...) educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto do aspecto psicológico quanto no de aquisição de habilidades e procedimentos democráticos”.

Encontramos nos documentos disponíveis que, além dos norteadores acima ditos, o NIAP possui mecanismos de atuação que abordam vários aspectos como por exemplo: os de convivência humana e social, de dinâmica escolar para o desenvolvimento das crianças, de conhecimento e respeito às diversidades, de promoção e cuidados com a saúde, de subjetividade nos relacionamentos aluno-professor e modos de mediação e criação de projetos pedagógicos, de contribuição e consolidação de uma cultura dos direitos humanos e ainda de atuação na mitigação dos impactos psicossociais de situações de crise no espaço escolar fortalecendo o vínculo aluno-família-escola.

Com base nos documentos legais que definem a execução de todo processo envolvendo a participação dos estudantes nos grêmios podemos dizer que:

O Grêmio Estudantil tem por finalidade e condição fundamental, possibilitar aos alunos o exercício da cidadania em uma coletividade participativa. Pressupõe, na sua parceria com os gestores escolares, uma relação de apoio mútuo que garanta aos estudantes seu direito à autonomia e liberdade de expressão. É um espaço de exercício de consciência crítica, prática democrática, criatividade e protagonismo infanto-juvenil, potencializando a gestão democrática na permanente integração da Escola à Comunidade. (RIO DE JANEIRO, 2018).

No organograma da SME conforme descrito no Anexo – A (Organograma da SME, ano 2022), hoje o NIAP está ligado à Gerência de Proteção Escolar (GPE), da Coordenadoria de Apoio à Gestão Escolar (CAGE), da Subsecretaria de Articulação e Integração da Rede (SUBAIR). Este setor integra políticas e ações da SME e tem como objetivo:

(...) oferecer apoio institucional às relações de ensino e aos processos de aprendizagem, a fim de contribuir com a garantia do acesso, permanência e êxito escolar dos estudantes, bem como seu acesso e o de suas famílias aos programas educacionais derivados da Política Educacional carioca. (RIO DE JANEIRO, SME, 2022)

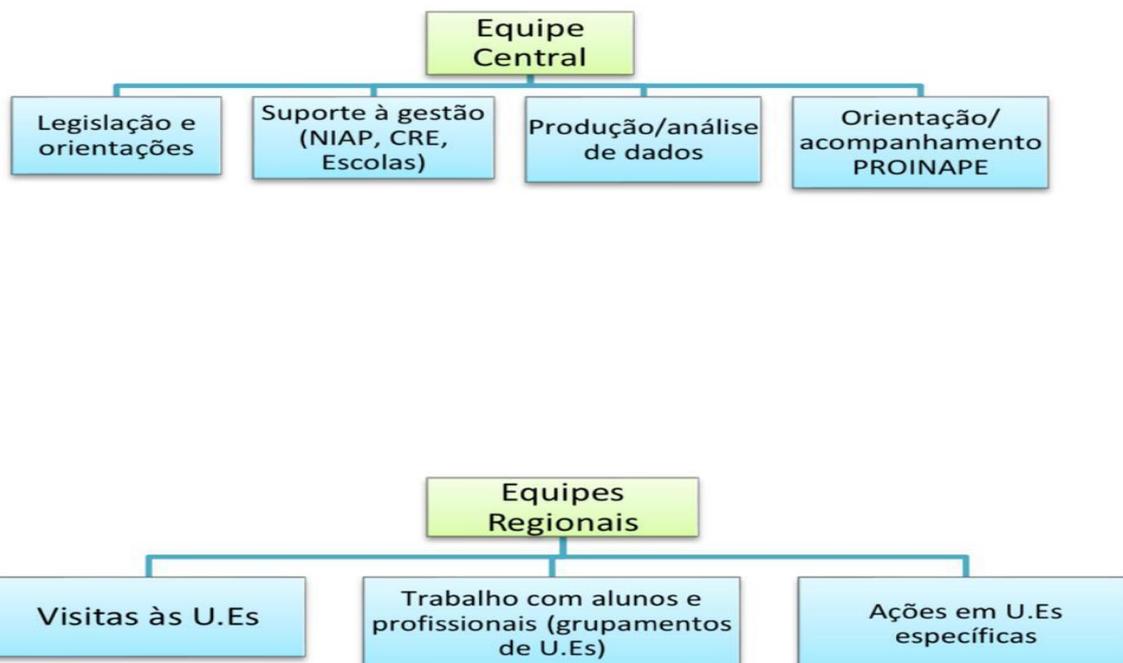
A seguir vamos descrever as práticas de gestão realizadas para a constituição dos Grêmios Estudantis das unidades escolares da rede em 2018.

3.3.1 As práticas de gestão para os Grêmios Estudantis: registros de 2018 do NIAP

As ações descritas a seguir foram estruturadas pelo setor designado, o NIAP, e seguiram um cronograma disposto em três fases. Essas fases tinham o propósito de obedecer às normas estabelecidas nas Resoluções SME nº 55 e 56, de 18 de fevereiro de 2018. Visando, de modo geral, mobilizar, sensibilizar e fomentar na rede de ensino ações de promoção da participação ativa das crianças e adolescentes, fortalecendo os Grêmios Estudantis como espaços legítimos de protagonismo e gestão democrática.

Então, localizamos no material empírico que a organização do trabalho compreendeu diferentes níveis de intervenção e desdobramentos, conforme atribuições estabelecidas para as equipes envolvidas:

Organograma 1 – Organização do trabalho das equipes envolvidas



Fonte: Rio de Janeiro, SME, 2018.

Trabalhando com os documentos, encontramos dados que informam que “as ações compreendidas em cada fase tiveram como pressupostos a necessidade de ampliar a possibilidade de os educandos identificarem os impasses e dificuldades do cotidiano escolar, bem como sua capacidade de atuar sobre eles”.

A divisão do trabalho em três fases, segundo o NIAP, foi um modo de concretizar o plano de ação desenvolvido no início de 2018 para a gestão e execução dos Grêmios na SME. Sendo assim, analisamos cada fase a fim de conhecer como foi realizado o processo que constituiu os Grêmios Estudantis das escolas municipais da prefeitura do Rio de Janeiro e seus resultados.

3.3.2. Fase I - Mapeamento e mobilização

Na primeira fase, o NIAP constitui um levantamento do número de escolas com grêmios constituídos ou em vacância no fim do ano de 2017. Nessa ação foram encontradas 776 escolas com vacância em um universo 1050 escolas elegíveis, ou seja, sem um grêmio constituído. Um número alto, considerando o percentil de 73,9%.

O NIAP organizou um plano de ação. Um primeiro recorte foi feito a partir da idade, 9 anos, para estudantes aptos a participarem do sufrágio. Segundo os

documentos, esse recorte foi feito para que as escolas de Ensino Fundamental I participassem desse processo que envolvia uma ideia de protagonismo infanto-juvenil.

Rabêllo (2004) defende que é imprescindível e urgente disponibilizar espaços e favorecer processos que proporcionem a participação efetiva de crianças, adolescentes e jovens na construção da dinâmica social da sua comunidade.

O ECA também traz no capítulo 2, “Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade”, conforme podemos depreender do excerto a seguir:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16, O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II - opinião e expressão;
- III - crença e culto religioso;
- IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI - participar da vida política, na forma da lei;
- VII - buscar refúgio, auxílio e orientação. (BRASIL, 1990)

“É direito de todos, crianças e adolescentes, enquanto cidadãos, ter acesso à escola, à saúde, ao lazer e é dever do Estado, da família, do adulto, abrir espaços para a escuta, a expressão e o aprendizado. Isso favorece a coletividade”. (RABÊLLO, 2004, p.2). O direito de conviver com a família, participar da vida em sociedade, brincar, praticar esportes; direito a se expressar e opinar é direito de todos. Assim, o Estado, a família, e a comunidade devem ofertar ambientes para o diálogo e troca de experiências, a fim de propiciar o aprendizado. Portanto, é a partir dessas práticas que os jovens poderão construir suas identidades e desenvolver-se, agregando valores a sua formação e atuando em prol do coletivo.

Para estabelecer uma comunicação com os estudantes a divulgação das práticas de gestão que seriam utilizadas foi realizada através de cartaz (figura 1) distribuído e que deveria ficar exposto nas unidades escolares envolvidas.

Figura 1 Cartaz de divulgação para eleição do Grêmio Estudantil



Venha participar do GRÊMIO ESTUDANTIL

Você encontra informações sobre representação estudantil e protagonismo juvenil no link "Vamos Conversar Sobre" no site do NIAP <http://smeniap.wixsite.com/smeniap>

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE APOIO ÀS UNIDADES ESCOLARES
NIAP

RIO
PREFEITURA
EDUCAÇÃO

O cartaz que divulgou o processo para participação dos alunos nos Grêmios Estudantis divulgava também o endereço eletrônico, onde os estudantes interessados poderiam encontrar informações. A representação estudantil e o protagonismo juvenil estavam na pauta, conforme podemos observar na figura acima.

Como “protagonismo juvenil”, Costa (2016, p.7) entende que:

Vem do grego. Proto quer dizer o primeiro, o principal. Agon significa luta. Agonista, lutador. Protagonista, literalmente, quer dizer o lutador principal. No teatro, o termo passou a designar os atores que conduzem a trama, os principais atores. O mesmo ocorrendo também com os personagens de um romance. No nosso caso, ou seja, no campo da educação, o termo protagonismo juvenil designa a atuação dos jovens como personagem principal de uma iniciativa, atividade ou projeto voltado para a solução de problemas reais. O cerne do protagonismo, portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla.

Para uma comunicação mais individualizada, foi distribuído um “folder” contendo informações em detalhes, foi distribuído para os estudantes. Ao todo foram distribuídos 90.150 folders para as 834 escolas com comissão eleitoral para a eleição dos grêmios. Os documentos apresentavam informações importantes e abordavam temas como: período de inscrição, concepção de Grêmios Estudantis, finalidade e importância da participação e representação dos estudantes. Além disso, esclarecia como e quando todo processo aconteceria apontando a relevância dessa representatividade dentro do ambiente escolar (figuras 2 e 3).

Figura 2 Folder de divulgação para participação do Grêmio Estudantil

Período de inscrição

Fique Atento!
inscrição das chapas
de 24/04 a 04/05

Venha participar do GRÊMIO ESTUDANTIL

RIO PREFEITURA

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Marcelo Crivella

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
César de Queiroz Benjamin

SUBSECRETARIA DE ENSINO
Maria Nazareth Vasconcelos

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE APOIO ÀS UNIDADES ESCOLARES - NIAP

Venha participar do GRÊMIO ESTUDANTIL

Você encontra informações sobre representação estudantil e protagonismo juvenil no link

"Vamos conversar sobre"

no site do NIAP

smeriap.wixsite.com/smeriap

RIO PREFEITURA
EDUCAÇÃO

NIAP

RIO PREFEITURA
EDUCAÇÃO

PARTICIPAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE

Imagem (frente): Rio de Janeiro, SME, 2018.

Figura 3 Verso do folder de divulgação dos grêmios



Apesar de o material empírico demonstrar a divulgação do processo para constituição dos Grêmios Estudantis, os documentos também informam que outras 168 escolas não constituíram comissões, ou seja, não tiveram alunos interessados em participar deste processo democrático. A escola é um espaço de relevância singular na formação de cidadãos democráticos e a não participação nas eleições do grêmio estudantil representa uma oportunidade a menos.

Costa (2001, p. 26) declara que:

O jovem vai atuar, para, em algum momento de seu futuro, posicionar-se politicamente de forma mais amadurecida e lúcida, com base não só em ideias, mas, principalmente, em suas experiências (práticas e vivências) concretas em face da realidade.

A participação autêntica, ainda segundo Costa (2007), se configura para o estudante numa conquista de autonomia, autoconfiança e autodeterminação numa fase da vida em que ele se encontra e se descobre, comprometido com o que está na construção da sua identidade pessoal e social e no seu projeto de vida.

A seguir, a tabela total de comissões e alunos envolvidos nas práticas de gestão propostas pelo NIAP para os grêmios estudantis, subdivididos por CRE.

Tabela 4 Total de Comissões e alunos participantes.

CRE	Total de Comissões Eleitorais	Alunos mobilizados
1º	45	495
2º	98	1078
3º	75	825
4º	88	968
5º	92	1012
6º	60	660
7º	91	1001
8º	91	1001
9º	93	1023
10º	106	1166
11º	29	319

Total	879	9548
-------	-----	------

Fonte: Rio de Janeiro, SME, 2018.

Em números, a SME registra a participação discente nesse processo, porém é considerável refletirmos sobre o que tal participação de fato constrói na formação desses estudantes. Defender a participação dos discentes nos ambientes decisórios dentro do espaço escolar é uma maneira de oportunizar a experiência política e social desses jovens. Para Costa (2007, p. 10) “a participação se torna genuína quando se desenvolve num ambiente democrático”.

A formação política e democrática dos estudantes envolve os aspectos de instrução e de preparação para a representação. Assim, com as comissões constituídas a equipe do PROINAPE realizou entrevistas e aplicou questionários, em 799 escolas, para mapeamento da realidade dos Grêmios Estudantis da SME e mobilização do processo eleitoral. O preenchimento desses questionários e formulários foi feito de forma on-line (forms) conforme modelo apresentado nos Anexos B e C.

O questionário objetivava colher informações sobre a composição das comissões eleitorais, bem como monitorar a formação destas nas unidades escolares. Assim deveriam ser preenchidas questões como: nome e designação das unidades escolares; indicar a qual CRE pertenciam; quais os segmentos de atendimento (ensino fundamental I, ensino fundamental II e/ou PEJA); os turnos de funcionamento da escola; se conseguiram compor a comissão eleitoral, caso não tenha conseguido relatar as dificuldades encontradas para que a equipe do NIAP pudesse auxiliar e se a resposta fosse positiva os dados dos estudantes da comissão eleitoral deveriam ser preenchidos.

Além disso, um endereço eletrônico e um telefone, uma atribuição do NIAP, foram disponibilizados para as escolas que não compuseram as suas comissões eleitorais e assim desejassem.

Já os formulários deveriam ser preenchidos, preferencialmente, pelos estudantes, pois se tratava de um modelo de inscrição das chapas para eleição dos Grêmios Estudantis. Mas o funcionário que fazia parte da comissão eleitoral poderia auxiliar os estudantes nesse processo, preenchendo o formulário (ANEXO B). Assim, para cada chapa inscrita, um formulário deveria ser preenchido. O formulário solicitava informações referentes à denominação das escolas (designação e nome);

a identificação do responsável que respondeu pelo estudante, caso isso tenha ocorrido; nome, número e cor da chapa inscrita; solicitava também o relato em tópicos das principais propostas daquela chapa que estava se inscrevendo; o nome, a data de nascimento e ano de escolaridade do presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários. Isso denota uma tentativa de praticar o “protagonismo”, na acepção de Zibas, Ferreti e Tartuce (2004).

3.3.3. Fase II: Eleição das diretorias executivas dos Grêmios Estudantis- Processo Eleitoral

A segunda fase envolveu o processo eleitoral e ela contou com a organização de encontros com os profissionais de apoio ao Grêmio das unidades escolares e com alunos representantes das comissões eleitorais. A equipe do PROINAPE realizou reuniões nas 11 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) da SME. Os encontros aconteceram da seguinte forma:

Com os profissionais de apoio: debate sobre o lugar do profissional de apoio ao Grêmio; como acompanhar o Grêmio, preservando sua autonomia; a participação do Grêmio no processo pedagógico da escola. Com as/os alunas/os representantes das comissões eleitorais: debate sobre as funções e o papel da comissão na mobilização da escola para o processo eleitoral.

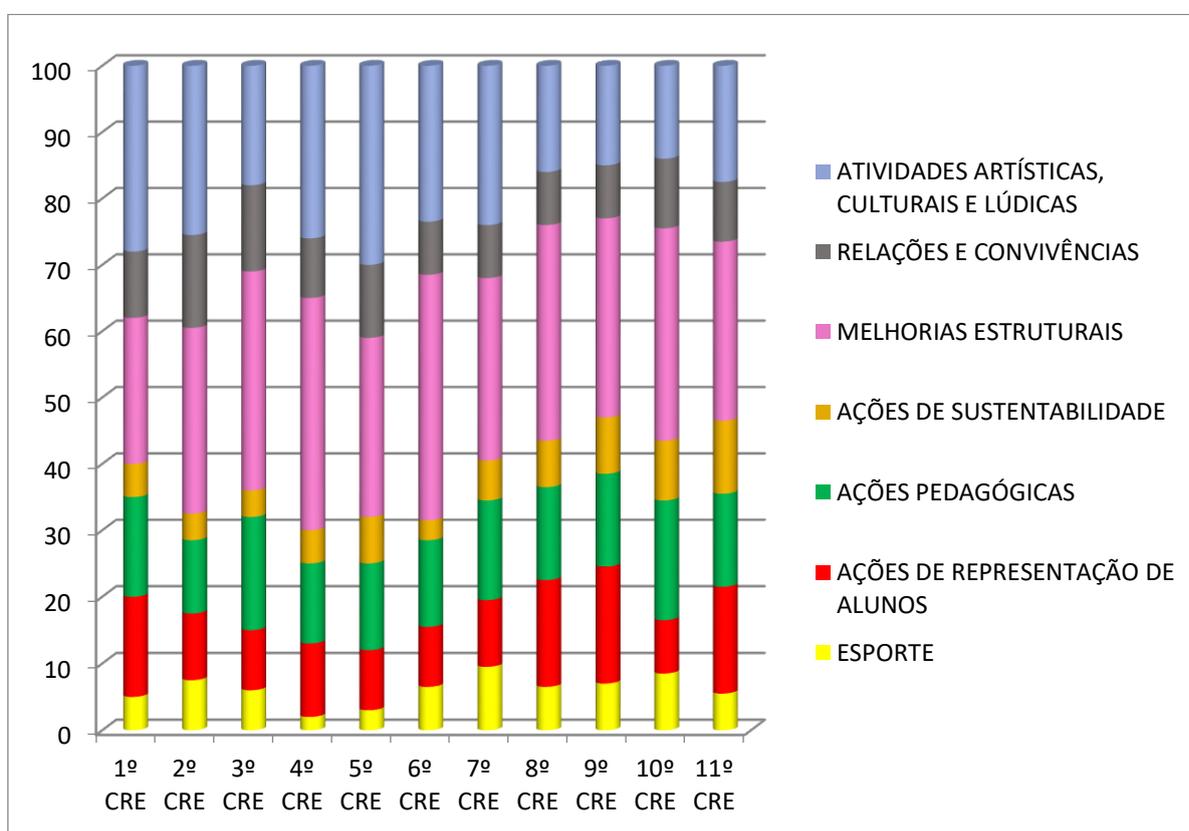
Esta fase também englobou o prazo para o período de inscrição – 24 de abril a 04 de maio de 2018 - e de campanha das chapas participantes – 7 a 18 de maio de 2018. Foram registradas as inscrições de 5.072 chapas (considerando o mínimo de duas chapas por escola), envolvendo 20.288 estudantes da rede de ensino. Também foi feito mapeamento e registro do total de estudantes votantes nas escolas municipais, considerando a totalidade de alunos matriculados nas unidades escolares, ou seja, de 482.584 (100%) estudantes, 366.633 (76%) são considerados alunos votantes com base na normativa.

A lei do Grêmio Livre assegura que “a organização de estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais” (BRASIL, 1985). Dessa forma, “os Grêmios Estudantis constituem uma entidade historicamente presente no enfrentamento de questões políticas, sociais e

econômicas, atinentes à formação da realidade brasileira” (GONZÁLEZ, MOURA, 2009, p. 376).

Nessa fase, então, foi preparada a oficialização das chapas e a proposição de mapeamentos das propostas de campanha por meio de levantamento de informações colhidas diretamente com os estudantes inscritos nas chapas conforme a figura a seguir.

Figura 4 Mapeamento de propostas das chapas inscritas



Fonte: .Produzido pela pesquisadora com base nos dados da SME.

Com base nos relatórios colhidos pelo PROINAPE nas CREs, as propostas envolviam diversos assuntos como: esportes, ações de representações de alunos, ações pedagógicas, ações de sustentabilidade, melhorias estruturais, relações e convivência e atividades artísticas culturais e lúdicas. A questões estruturais para o funcionamento das escolas foi a mais citada. Isto nos remete a uma análise que perpassa a Constituição Federal brasileira que apresenta como um dos seus princípios, na seção I “Da Educação”, no art. 206, inciso VII: “garantia no padrão da qualidade”. Se fossemos consultar uma a uma veríamos que esta pode não ser a

realidade de todas as escolas, mas como foi registrado, é a demanda de várias unidades escolares.

As demandas das chapas foram correlacionadas com os eixos propostos pelo NIAP e a categorização foi construída em parceria com a equipe de protagonismo da Subsecretaria de Educação (SUBE/CED). Vejamos abaixo:

Figura 5 Categorização das ações propostas pelas chapas

Chave de Leitura Proposta

Categoria	exemplos	N/CO r	Eixo
Atividades artístico cultural e lúdica	Passeios, brincadeiras, música, TV, Jogos , radio, cineclube, artes	1	Direitos Humanos e Escola
Relações e convivências	Bulyling, racismo, uso dos espaços, Organização de movimentação (recreio, Saída , entrada)	2	Convivências , Conflitos e Escola
Melhorias estrutural	Banheiros, comida, mobiliário, quadra	3	Direitos humanos e Escola
Ações de sustentabilidade	Horta , reciclagem , jardinagem	4	Aprendizagens Atenção psicossocial e Escola
Ações Pedagógicas	Monitoria, campanhas, atividades sala de Leitura	5	Aprendizagens Atenção psicossocial e Escola
Ações de representação de alunos	Assembleia, roda de conversas, aberturas de espaços	6	Juventude e Escola
Esportes	Campeonatos, torneios, educação física, futebol, xadrez, queimado	7	Direitos humanos e Escola

Fonte: Rio de Janeiro, SME, 2018.

A constituição dos grêmios de estudantes ocorreu na segunda fase, ou seja, eleição e posse. Seguindo as normativas as eleições ocorreram em três dias e a apuração logo em seguida (as urnas poderiam ser abertas logo que findasse o horário de votação ou no dia subsequente ao fim da votação). Já a posse das chapas eleitas ocorreu em diferentes momentos. A seguir uma tabela que demonstra os números da eleição por CRE.

Tabela 5 Números da eleição do Grêmio Estudantil 2018

CRE	Total de Escolas com Grêmio (21/08/2018)	Total de escolas elegíveis sem Grêmio (31/08/2018)
1º	44	4
2º	99*	5
3º	81*	7
4º	92	7
5º	94	3
6º	62	4
7º	91	24
8º	127	11
9º	104	2
10º	111*	4
11º	29	4
CREJA	1	-
Total	835 Escolas (839 Grêmios)	75

*Coordenadorias com Unidades Escolares com PEJA que formaram dois Grêmios Estudantis

Fonte: Rio de Janeiro, SME, NIAP, 2018.

Para contemplar todos os estudantes que participaram como atores do processo, a primeira posse ocorreu nas próprias unidades escolares. Assim, a comunidade escolar pode se envolver com as ações. A Resolução também previu posse solene com as chapas dos estudantes eleitas e a direção escolar nas coordenadorias regionais de educação. E ainda, o NIAP organizou junto à SME a posse geral. Esse momento contou com a presença do então Secretário de Educação, seus assessores e demais funcionários da administração central.

Abaixo, os números da posse geral realizada pelo NIAP:

Tabela 6 Total de pessoas presentes na posse dos Grêmios Estudantis

PÚBLICO PRESENTE NA SOLENIDADE DE POSSE DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS	Total
Alunos – Presidentes dos grêmios	835
Profissional de apoio do grêmio ou outro representante da escola	835
Responsáveis (média de 15 responsáveis por CRE)	160

Profissionais das CREs (Coordenador de CRE, Gerente de GED e profissional de referência do Programa de Protagonismo Juvenil)	33
Profissionais do NIAP	40
Profissionais do Programa Protagonismo Juvenil e da Subsecretaria de Educação	10
Representantes do Gabinete Secretário	10
Convidados (Responsáveis alunos Orquestra e alunos da Orquestra)	50

Fonte: Rio de Janeiro, SME, 2018.

Para Castro (2009, p.61):

A participação, na escola, implica, portanto, na disponibilidade e abertura para outras formas de lidar com suas questões, as quais não possuem um manual pronto de como fazer. Por ser um processo construído na legitimação do ponto de vista do outro, no enfrentamento das tensões e dilemas inerentes às relações entre adultos, crianças e jovens, a participação esbarra em resistências e dificuldades.

Nos documentos analisados encontramos que nesta fase (2) foi incluído o fechamento da fase (1) anterior (mapeamento, propostas das chapas, análise do processo eleitoral e avaliação junto às CREs e profissionais de referência das escolas). Para esse momento, o NIAP também contou com a parceria da MultiRio²⁹ e notícias foram publicadas na época em dois jornais do país.

Figura 6 Reportagem Jornal "O Globo"

²⁹ Multrio é uma Empresa Municipal de Múltiplos, vinculada à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro tem como referência sua atuação na convergência cidade-educação.



Grêmios estudantis estimulam a prática da cidadania

Após processo eleitoral com campanha e votação secreta, escolas do Rio elegem seus representantes



Um dia de votação na Escola Municipal República

Enquanto candidatos disputam a preferência do eleitor em todos os cantos do país, as eleições em 936 escolas municipais do Rio já foram decididas. Desde junho 1.340 alunos têm a responsabilidade de representar o interesse de seus colegas nos próximos dois anos. Após passarem por um processo eleitoral, com a constituição de chapas e votação livre e secreta, os mais votados compõem as diretorias executivas dos grêmios estudantis de suas unidades. São a cidadania e a política vivenciadas na prática.

“O grêmio cumpre o papel de compromisso com a gestão democrática.”

KÁTIA RIOS, GERENTE DO NIAP

As diretorias dos grêmios são firmadas por presidente, vice-presidente, primeiro-secretário e segundo-secretário – todas empossadas nas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs). O pleito dos grêmios estudantis de 2018 contou



Chapa vencedora na Escola Municipal Carlos Leme

com o suporte do Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares (NIAP) da Secretaria Municipal de Educação, que tem, entre suas competências, a de acompanhar, orientar e estruturar os grêmios, e é composto por professoras, assistentes sociais e psicólogas.

A professora Kátia Rios, gerente do Núcleo, defende o fortalecimento da escola para se tornar uma célula que represente a sociedade. Então, os grêmios estudantis cumprem este papel, já que são um espaço potente para a participação e colaboração de alunos, negociação de interesses e planejamento escolar.

“O grêmio cumpre o papel de compromisso com a gestão democrática e vai além: também é um exercício pedagógico de formação humana, em que o aluno experimenta os limites – seus e do outro – e pratica o exercício de ouvir e ser ouvido. Trata-se de uma série de competências importantes para uma vida cidadã – salienta ela, destacando que a participação neste processo tem um impacto imediato no cotidiano dos estudantes.

A mobilização para as eleições dos diretores executivos começou em março, com a formação de uma comissão eleitoral, que preparou o espaço para a consulta à comunidade escolar. A partir daí, os alunos se organizaram em chapas. Na disputa deste ano, foram inscritas mais de cinco mil,

com 20 mil alunos candidatos – participaram estudantes a partir dos 9 anos. Algumas escolas tiveram mais de 20 chapas.

A participação do docente no processo é fundamental. Kátia explica que cada escola tem um professor representante no grêmio. Em sua maioria, ele é escolhido por ter afinidade e proximidade com os alunos. Com apoio desse professor, a diretoria eleita formula a estrutura do seu estatuto, que é legitimado pela Secretaria de Educação. Paralelo a isso, os alunos são incentivados a elaborar seus planos para colocar as promessas de campanha em prática.

As propostas formuladas pelos grêmios são as mais diversas. Vão das objetivos e pontuais – como o aumento do merenda escolar – até questões mais agudas, como atos de conscientização sobre respeito e tolerância. Eles sugerem palestras sobre temas que trazem impacto para o cotidiano, como preconceito, racismo, bullying, exclusão, etc.

“São temas que estão na sociedade, não são exclusivos da escola. São questões que fazem parte da problematização da própria da sociedade – avalia.

O NIAP faz reuniões regulares com as diretorias executivas por polos. Kátia explica que, pelo menos até o final deste ano, os alunos dos mais de três mil eleitos serão escolhidos por seus colegas e farão parte do Conselho de Alunos da Secretaria de Educação.

Escola pública ganha destaque na ficção

Novela “Malhação Viva a Diferença” exhibe cena de aluna defendendo a rede gratuita de ensino

Mais do que relatos apaixonados em defesa da escola pública, o debate “Histórias de Classe” trouxe para o público do “Educação 360” uma reflexão sobre a importância da inclusão social na educação. O jornalista Zeca Camargo foi o mediador do bate-papo, que reuniu o autor e diretor Cao Hamburger, a atriz, escritora e roteirista Fernanda Torres, e a estudante de Relações Internacionais da USP Lúcia Paglia, uma das jovens que participa da campanha da TV Globo “Eu sou público da escola pública”.

Autor da novela da Rede Globo “Malhação Viva a Diferença”, trama em que a campanha foi lançada

na TV, Cao Hamburger comoveva a plateia a exibir a cena na qual um personagem fazia um longo e aguçado discurso em defesa da escola pública.

“Agente parou o início do horário sobre da Globo por seis ou sete minutos para falar sobre escola pública e a audiência não caiu. Quando eu aceitei fazer a novela, eu percebi que foi justamente porque teria a possibilidade de falar sobre educação pública – revêlo o diretor, que é filho e neto de professores.

Já Fernanda Torres contou que ela e seus filhos estudaram em escola privada, mas que percebe que as escolas particulares são excludentes e contribuem para o que chamou de

“apartheid brasileiro”. “As escolas privadas deveriam ser obrigadas a ter uma política de cotas, para oferecer um ambiente de diversidade. Não é à toa que nossa sociedade caminha para o sadismo – argumentou a atriz.

BULLYING

A estudante Lúcia Paglia, que passou em primeiro lugar para a USP, foi aluna de escola particular e migrou no final do Ensino Fundamental para uma escola pública, devido ao bullying que sofria por causa dos cabelos cacheados. Com a mudança, encontrou pessoas de diferentes trajetórias e classes sociais, com uma postura totalmente diferente.



Cao Hamburger, Fernanda Torres, Lúcia Paglia e Zeca Camargo

“As escolas privadas deveriam ser obrigadas a ter uma política de cotas, para oferecer um ambiente com diversidade.”

FERNANDA TORRES, ATRIZ, ESCRITORA E ROTEIRISTA

“Eu acredito que a sociedade pode atuar no seu bairro, identificar um problema, formalizar uma situação e entregar a um vereador, deputado estadual e federal. Agente para de cobrar quando vê o resultado e quando há equidade para todos – disse Lúcia.

Patrocinado por: Itaú Social, Telefônica Fundação Vivo, PH, Sesi, Fundação Cesgranrio, Azul.

Agente: Fundação Cesgranrio.

Apóio Institucional: Globo, Unicef, Conselho Nacional de Educação, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Rio de Janeiro, Rio Inteligência.

Realização: Extra O Globo.

CONTEÚDO PATROCINADO PRODUZIDO POR GLOBO

A Multirio também divulgou em seu site e no canal do Youtube³⁰ uma entrevista sobre protagonismo infanto-juvenil e Grêmios Estudantis. O professor Jaime Pacheco, coordenador do programa de Protagonismo Juvenil da SME, e a assistente social Marina Bueno, do NIAP, falaram sobre a importância dos grêmios estudantis e outras formas de dar voz aos alunos.

Finalizando essa fase, foi publicado em Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, nº 61 de 15 de junho de 2018, um comunicado da SME: “Grêmios Estudantis sob nova direção”. Descrevia o seguinte a comunicação, “Grêmio Estudantil: Uma aula de democracia” e era composto por discursos dos estudantes eleitos em 2018 que reproduzimos a seguir.

“Vai ser uma grande responsabilidade”. Foi assim que Kailane de Almeida Medeiros, 12 anos e aluna do 7º ano da Escola Municipal Monte Castelo, previu sua futura atuação como primeira-secretária do grêmio estudantil da unidade, em Coelho Neto. Kailane, que se elegeu pela chapa “Lute”, acredita que o apoio recebido da comunidade escolar foi resultado das propostas apresentadas, caso, por exemplo, da bandeira por melhorias físicas. Os alunos, revela ela, querem ações como o conserto de bebedouros e a retirada das grades de televisão de tubo das salas “Como a gente está aqui todos os dias, queríamos um espaço de convivência mais organizado e bonito”, explica a jovem.

Mariana da Silva Gomes, 12 anos e aluna do 6º ano, conta que o termômetro das campanhas eleitorais já indicava um bom resultado nas urnas para seu grupo “Nós já tínhamos a expectativa de ganhar porque nossos colegas falavam que estávamos indo bem”, reconhece.

Já na Escola Municipal Cardeal Leme, em Benfica, a eleição movimentou 60 alunos candidatos às quatro vagas do grêmio. No total, 15 chapas disputaram votos dos mais de 700 estudantes da escola. Quem levou a eleição foi a Chapa da Paz, que promete promover mais passeios, aulas de teatro e até um cine-pipoca.

“A gente ficou muito feliz de vencer a eleição, pois nem imaginava que isso poderia acontecer. Agora o grêmio tem um compromisso com toda a escola”, assume Maria Alice de Oliveira, de 12 anos, eleita presidente. (Rio de Janeiro, Diário Oficial Municipal nº61, 2018, p.115)

A seguir passaremos a terceira fase das práticas de gestão realizadas pelo NIAP para as eleições dos grêmios estudantis em 2018.

³⁰ Link da entrevista: <https://www.youtube.com/watch?v=G1S6U3an7Gw&t=606s>) Acesso em 27/02/2022.

3.3.4 Fase III - Promoção do protagonismo e suporte ao desenvolvimento das propostas dos grêmios estudantis

Essa é última fase planejada para o ano de 2018. Ela tinha cinco ações programadas pela equipe do NIAP. Segundo o documento consultado, o “Relatório Final de Avaliação do Grêmio Estudantil”, as atividades envolviam a produção de material orientador de suporte ao trabalho com os Grêmios na SME; o oferecimento de suporte às CREs e unidades escolares para constituição e funcionamento das agremiações; o fomento, junto aos educandos, em ações do Grêmio Estudantil, que reforçavam sua função de participação e intervenção no cotidiano escolar; a sistematização de dados e informes referentes às ações e funcionamento das entidades e à constituição do conselho de representantes dos grêmios estudantis junto à SME.

O material orientador produzido pela equipe do NIAP foi subdividido em: material de orientação para CREs e unidades escolares e materiais de orientação para equipes do PROINAPE. Para as coordenadorias e escolas foi emitida uma Circular Conjunta E/SUBG/CSGA-E/SUBE/NIAP nº 01, de 11 de outubro de 2018, cujo assunto foi a participação dos alunos das Diretorias Executivas dos Grêmios Estudantis no Conselho de Alunos da SME. Esse documento tratava da organização, data e processo de escolha de representantes para o Conselho de alunos, um representante de cada CRE.

Além disso, foram produzidos documentos com temas pertinentes às ações, planejamentos e finalidade do Grêmio Estudantil, com divulgação ampla pelo site do NIAP através dos documentos “Vamos conversar sobre – Protagonismo juvenil, Grêmio Estudantil, Estatuto” e “Perguntas frequentes sobre o Grêmio Estudantil”.

O material de orientação para as equipes do PROINAPE contava com as instruções no caso de vacâncias das agremiações, análise do processo eleitoral do panorama da rede de ensino, metodologia para desenvolvimento e execução das propostas com os estudantes, orientações para análise dos Estatutos e para avaliação dos trabalhos dos Grêmios Estudantis e ainda orientava a construção de formulário de análise (conforme Anexo F) sobre os Estatutos confeccionados. Esse formulário tinha que ser preenchido pelo representante da unidade escolar, o intuito era avaliar o estatuto produzido, mediante as exigências estabelecidas.

O NIAP planejou o suporte às CREs e às escolas para a constituição e funcionamento dos Grêmios que ocorreu por intermédio de reuniões com as gerências de educação das 11 coordenadorias, encontros, fóruns e oficinas com os profissionais de apoio dos grêmios e visitas às escolas que não compareciam às ações coletivas ou que demandavam acompanhamento a pedido ou conforme avaliação das equipes do programa. Os profissionais de apoio fazem parte da Comissão eleitoral, e sua indicação foi deliberada e/ou aprovada pelos alunos nas Assembleias Gerais, como exposto no art. 13 da Resolução SME nº 56/2018. No artigo 18º, da referida normativa, encontram-se as funções deste profissional da Unidade Escolar que poderá ser indicado com a atribuição de garantir o funcionamento e apoiar as ações e propostas do Grêmio Estudantil sem prejuízos ao direito à autonomia e à liberdade de expressão das agremiações.

De acordo com Cury (2007, p. 489):

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares públicas, é a forma dialógica, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam “cidadãos ativos” participantes da sociedade como profissionais compromissados.

O autor também registra que “os casos em que a função fiscalizatória deva ser exercida serão excepcionais e, nessa matéria, todo o cuidado e prudência serão poucos” (CURY, 2007, p. 493).

O NIAP em suas práticas de gestão também descreveu como proposta monitorar as atividades e desenvolver ações junto aos grêmios estudantis em todas as escolas da rede. Encontramos o registro de algumas, no qual foram realizados passeios culturais através da parceria com espaços Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB) e Museu de Arte do Rio (MAR) com os alunos dos grêmios. O acesso à Arte foi explorado como via para a discussão sobre participação, representação e protagonismo.

3.3.4.1 Acompanhamento dos Grêmios Estudantis pelo NIAP

Nos documentos pesquisados encontram-se, nas propostas de trabalho, formas de acompanhamento dos Grêmios Estudantis pelo NIAP com a parceria do PROINAPE. Foram planejadas as seguintes práticas de gestão:

Encontros coletivos com Profissionais de Apoio do Grêmio Estudantil a partir de fóruns, oficinas ou encontros por microrregião para desdobramento das temáticas, tais como: elaboração de estatuto, assembleias, protagonismo etc. Ações realizadas dentro de Unidades Escolares, de acordo com os desdobramentos do trabalho dos Grêmios, tais como: Rodas de Conversa e/ou Oficinas sobre temáticas indicadas nas propostas das chapas eleitas. Ações realizadas em conjunto com o Tribunal de Contas do Município- RJ³¹ – Projeto Aluno-cidadão (RIO DE JANEIRO, SME, 2018)

O Projeto Aluno-cidadão³² é um desdobramento do Programa de Visitas às Escolas³³ (também do TCM) e intensifica as ações nas áreas de Educação e Controle Social. Neste programa, participam estudantes integrantes de Grêmios Estudantis de algumas escolas. Os participantes receberam tablets para auxiliar na fiscalização, eles ficaram responsáveis por enviar ao Tribunal de Contas os registros do acompanhamento das correções de imperfeições apontadas durante as visitas técnicas e das obras a serem realizadas nas escolas.

O primeiro ciclo de entrevistas foi realizado em 25 de setembro de 2018, junto aos Grêmios Estudantis das escolas municipais Henrique Guimarães e Venezuela. O NIAP deu suporte a iniciativa (RIO DE JANEIRO, TCMRJ, 2018). Os tablets possuíam matérias sobre cidadania, controle social e combate à corrupção cujo objetivo era de que os grêmios exerçam seu protagonismo e sejam responsáveis pela divulgação desses temas às comunidades que estão inseridos. Por se tratar de documentos do TCM, não constavam no acervo da SME os dados da entrevista, o material exposto nos tablets bem como as avaliações realizadas como ferramenta de fiscalização exercida pelos estudantes das agremiações.

Em novembro de 2018 o NIAP emitiu a Circular³⁴ nº 2 da E/SUBE/NIAP de 08/11/2018 (Anexo D), cujo assunto continha orientações para elaboração dos Estatutos dos Grêmios Estudantis (Anexo E). A seguir vejamos como essa participação se transformou em documento, considerando os estatutos dos grêmios de estudantes.

³¹ O TCMRJ controla a execução do orçamento do município do Rio de Janeiro. Site: <https://www.tcm.rj.gov.br/WEB/Site/Destaques.aspx?group=SobreTCMRJ>. Acesso em 07/02/2022.

³² Disponível em: https://www.tcm.rj.gov.br/WEB/Site/Noticia_Detalhe.aspx?noticia=13312&detalhada=3&downloads=0. Acesso em 10/03/2022.

³³ Disponível em: http://www.tcm.rj.gov.br/WEB/Site/Noticia_Detalhe.aspx?noticia=13027&detalhada=2&downloads=0. Acesso em 10/03/2022.

³⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G1S6U3an7Gw&t=606s>) Acesso em 27/02/2022.

3.4. O Estatuto dos Grêmios Estudantis cariocas: CIEP e EMEFI

Estatuto é uma expressão encontrada no vocabulário jurídico. Para melhor compreendermos sua concepção é importante conhecermos a sua origem. Assim, temos o vocábulo Estatuto: do latim *statutum*, “regulamento, lei”. A etimologia da palavra “Estatuto” contribui para esclarecer o seu sentido. Também é válido apresentarmos a concepção sistemática do vocábulo no universo de alguns autores jurídicos. Ao pesquisarmos encontramos um de seus primeiros conceitos, no âmbito jurídico brasileiro, definindo que “Estatutos são Instrumentos continentes das estipulações de Corporações, Sociedades Anonymas, e de quaesquer Estabelecimentos Públicos” (SENIOR, 1882, p.48).

Para enriquecermos nosso entendimento acerca da importância e das especificidades desta norma jurídica, destacamos também conceitos encontrados no “Vocabulário jurídico” (PLÁCIDO; SILVA, s/d apud SODERO, 1982, p. 9), no qual se entende, em sentido amplo, por estatuto “a Lei ou Regulamento, em que se fixam os princípios institucionais ou orgânicos de uma coletividade ou corporação, pública ou privada”.

Ainda, segundo o autor, no magistério a palavra estatuto aplica-se, geralmente, a todas as classes de leis ou regulamento, ou seja, “toda disposição de lei é um estatuto, que permite, ordena ou proíbe alguma coisa” (MERLIN, 1927 apud SODERO, 1982, p. 9). Portanto, esse complexo de normas é definido como “o conjunto de normas jurídicas que disciplinam um instituto de direito ou os direitos e deveres de uma classe profissional, de uma entidade pública ou privada, nacional, estrangeira ou internacional”. (SODERO, 1982, p.9).

O destaque dado ao conceito de “Estatuto” demonstrou a importância da confecção desse documento para o funcionamento do Grêmio Estudantil nas escolas municipais cariocas. Foram eles que nortearam a análise de dois estatutos constituídos em escolas de Turno Único.

O NIAP define que o seu estatuto:

(...) é um documento que estabelece as regras gerais sob as quais o Grêmio vai funcionar, explicando e orientando como a entidade deve atuar. É possível que a sua Escola já tenha um estatuto. Assim como toda Lei, esse documento guarda a história dos estudantes dessa

Escola e, por isso, é importante considerar o caminho já construído pelos seus colegas (RIO DE JANEIRO, SME, 2018).

Veiga (2000, p. 120) ressalta que “a organização estudantil é a instância onde se cultiva gradativamente o interesse dos alunos, para além da sala de aula”.

As discussões dos Grêmios movimentam a escola e colocam o aluno e o professor no centro do debate. Isso ajuda a construir uma escola cada vez mais plural, inclusiva, democrática, com a participação de todos os seus integrantes, pois Escola é mais do que prédio, é mais do que grupos de pessoas que aprendem ou ensinam. É, acima de tudo, um modo de ser, de ver e de atuar na vida (RIO DE JANEIRO, SME, 2018).

Para a constituição dos Estatutos dos Grêmios Estudantis, o NIAP estruturou um passo a passo:

Reuniram o grupo de alunos representantes de turma para uma conversa inicial. Depois os alunos recolheram ideias e opiniões de todos os estudantes da escola para a elaboração do Estatuto. Convidaram outros estudantes da escola para essa construção. O profissional de apoio aos Grêmios em cada Escola pode ajudar, facilitou reuniões e encontros entre os alunos para a elaboração do Estatuto. Montou um mapa de intenções, onde foram dados os primeiros passos, com as questões: Quais foram as propostas elaboradas no momento das eleições? Como colocar as propostas em prática? (RIO DE JANEIRO, SME, 2018).

De acordo com as orientações do NIAP, o estatuto não precisava ser registrado em cartório para ser válido, mas deveria ter sido aprovado em Assembleia Geral e encaminhado para a direção da escola e para o Núcleo, por e-mail. Após aprovados, receberam um SELO indicando que estavam de acordo com o funcionamento dos Grêmios Estudantis da SME.

Para a confecção dos estatutos, foi disponibilizado para os estudantes um modelo (ANEXO E) com itens mínimos pertinentes ao Estatuto. O próprio documento que orienta os primeiros passos a serem dados pelos representantes dos grêmios também incluía as normas e regras de constituição de um Estatuto. Abaixo fizemos um recorte das normas para a construção desse documento, a saber:

Escolham dois ou três membros da Diretoria Executiva do Grêmio para escrever o Estatuto. Tenha em mãos, para consulta, as legislações que guardam as orientações para os Grêmios Estudantis (Lei Federal nº 7.398, de 04 de novembro de 1985 e as Resoluções SME Nº 55 de 22 de fevereiro de 2018 e SME Nº 56 de 22 de

fevereiro de 2018). Usem linguagem simples, clara e direta. Os Estatutos precisam ser escritos em capítulos, seções, artigos e parágrafos. Essa estrutura facilitará a leitura e o deixará num formato adequado. Verifiquem os itens mínimos que o Estatuto deve conter no documento “Orientações para elaboração do Estatuto”. Atenção: Caso sintam necessidade, vocês também poderão incluir outros pontos, de forma que o Estatuto responda às necessidades do seu grupo de estudantes. (RIO DE JANEIRO, SME, 2018).

Esquadrinhamos os registros de acompanhamento e produção dos Estatutos de duas unidades escolares de EITI da SME da PCRJ com Grêmios Estudantis constituídos. Um CIEP da 7ª CRE e uma Escola Municipal Ensino Fundamental I (EMEFI) pertencente a 10ª CRE. Ambas em 2018 atendiam turmas até o 5º ano do ensino fundamental I e ofereciam educação em tempo integral, o Turno Único da SME. Podemos pontuar como critério de escolha dessas unidades escolares a atuação com o TU carioca no ensino fundamental I. Além disso, o CIEP representa, historicamente, um espaço idealizado para ofertar educação em tempo integral. A EMEFI representa uma proposta bem recente da SME do município do Rio de Janeiro, sendo caracterizado como um espaço construído primeiramente para ofertar educação em tempo integral (TU).

3.4.1 Análise dos estatutos de duas escolas cariocas

Observamos que estrutura e composição do Grêmio Estudantil reportam à estrutura organizacional da democracia brasileira, com alguns mecanismos semelhantes. A representatividade dos envolvidos remete à normatização registrada no arcabouço jurídico-normativo da Constituição Federal. O conjunto de inovações na participação democrática como a participação direta dos sujeitos nos processos decisórios, à liberdade democrática de votação, a divisão dos “poderes” dentro da estrutura administrativa, o direito à liberdade de expressão, sendo, portanto, tudo determinado em documentos normativos oficiais da SME da PCRJ.

Os Grêmios Estudantis são considerados entidades legais de caráter representativo, em que alguns estudantes são eleitos pelo corpo discente para representar os interesses dos demais. (BRASIL, 1985).

Para defenderem os interesses gerais cada unidade escolar possui seu próprio estatuto. A Lei nº 7.398 de 04 de novembro de 1985, em seu art. 1º §2º e 3º,

dispõe que a organização e o funcionamento dos Grêmios devem estar definidos em seus estatutos, aprovados pelo corpo discente de cada estabelecimento de ensino, ou seja, cada unidade escolar possui um Grêmio Estudantil com seu próprio estatuto aprovado em assembleia pelos alunos da escola.

No caso, tivemos acesso aos estatutos de duas escolas cariocas de Turno Único (EITI) de CREs distintas. Um CIEP da 7ªCRE e uma Escola Municipal Ensino Fundamental I (EMEFI) da 10ªCRE. Para analisarmos os estatutos vamos nos referir às escolas como CIEP e EMEFI.

Sendo assim, verificamos que os dois estatutos apresentavam a mesma estrutura geral: capa de identificação da PCRJ, SME, Subsecretaria de ensino, NIAP, nome da escola e nome do Grêmio Estudantil; um estatuto era composto por quatro páginas e outro por 5 páginas. Os dois estavam divididos em cinco capítulos, todos com o mesmo título e na mesma ordem a saber: Capítulo I – Da natureza, denominação e objetivos; Capítulo II – Da organização do Grêmio Estudantil; Capítulo III - Do regime disciplinar; Capítulo IV – Das reuniões e comissões e Capítulo V – Das disposições gerais e transitórias. Os dois Grêmios estavam identificados por nomes específicos e os membros da diretoria executiva tinham cargos definidos por: Presidente, Vice-presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

De maneira geral, os estatutos seguiram um modelo padrão disponibilizado pelo NIAP (ANEXO E). Dentro do Capítulo I, os artigos 1º e 2º se apresentavam de forma semelhante nos dois estatutos. Os dois grêmios foram constituídos sob as orientações previstas em Lei e nas Resoluções da SME garantindo a autonomia dos estudantes e sua liberdade de expressão. O diferencial está no nome do grêmio que é personalizado e no nome da escola a qual o Grêmio Estudantil pertence.

O art. 3º se referia aos objetivos dos grêmios. A EMEFI apresentou quatro parágrafos como objetivos, já o CIEP sete parágrafos. Cada parágrafo trouxe um objetivo do grêmio atendendo às especificidades da unidade escolar. No mapeamento constatamos que apenas no parágrafo I os objetivos eram iguais os demais eram diferentes.

A EMEFI tinha como objetivos proteger o patrimônio escolar; ajudar os professores a elaborar projetos que tornem a escola mais viva e fazer campanhas contra bullying. O CIEP tinha outros objetivos: representar de forma justa e democrática a opinião da maioria do corpo estudantil, de forma gentil e respeitosa;

incentivar e atuar nos projetos escolares sejam eles literários, artísticos ou esportivos da unidade escolar; atuar na intermediação das relações entre a direção escolar, funcionários, professores e alunos, criando um ambiente harmônico de paz e cooperação; buscar incansavelmente o aprimoramento das relações entre escola e comunidade; atuar na conscientização do corpo estudantil sobre a importância, conservação e utilização sustentável do espaço escolar e atuar como replicadores das boas maneiras e da consciência sustentável.

No Capítulo II, do art. 4º ao 9º, há semelhanças e diferenças entre os dois estatutos. No art. 4º são consideradas instâncias participativas do Grêmio Estudantil, as assembleias de classe e o conselho de representantes de turma (CRT). Essas são instâncias comuns as duas escolas e estão na alínea a e b. Já na alínea c, a EMEFI determina as comissões organizadoras de eventos (jornais informativos, gincanas, festas, concursos) como instância participativa. O CIEP, por sua vez, utilizou na alínea c, como instância participativa, as assembleias bimestrais com responsáveis.

Os artigos 5º, 6º e 7º estavam dispostos de forma idêntica nos dois estatutos. Os art. 8º e 9º estabeleciam as competências da Diretoria executiva do Grêmio estudantil e as do CRT respectivamente. Cada escola definiu suas competências em assembleia geral. Nestes artigos, observamos que as escolas inseriram nas atividades de gestão e pedagógicas a participação dos alunos gremistas. A EMEFI destacou como competência a presença nos Conselhos de classe e o CIEP nas reuniões de planejamento.

E ainda, segundo o estatuto da EMEFI era competência da diretoria executiva do Grêmio Estudantil: elaborar o seu estatuto; fazer assembleias para ouvir os estudantes da Escola; promover eventos para que a escola seja um ambiente acolhedor. E ao CRT competia: ser o elo entre a Diretoria Executiva e a turma que representam e colaborar com a Diretoria Executiva.

Já o CIEP abordou as competências da diretoria executiva do Grêmio com os seguintes tópicos: colocar em prática o plano anual aprovado; divulgar nas assembleias os planos a serem executados e os que estão em desenvolvimento; participar de forma ativa dos projetos das escolas como feiras literárias, de ciências, e afins; tomar medidas de emergência não previstas no estatuto e submetê-las ao CRT; reunir-se ao menos uma vez por mês e extraordinariamente a critério do

presidente do Grêmio; e representar o Grêmio dentro e fora da unidade escolar. E ao CRT no CIEP competia reunir-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pela diretoria executiva do Grêmio; e funcionar apenas com a presença da maioria absoluta de seus membros, deliberando por maioria simples de votos.

Os artigos 10º e 11º pertencem ao Capítulo III nos dois. No art. 10º as alíneas a e b eram idênticas nos dois estatutos. As alíneas c e d da EMEFI, contudo, instituíam como infração disciplinar o desrespeito ao colega e/ou professor e a destruição do patrimônio da escola. O CIEP definiu como infração a ação desrespeitosa com qualquer membro da unidade escolar e ainda que for antagônica à proposta do Projeto Político Pedagógico da escola. No art. 11º, nos dois Estatutos, ficou definido que a diretoria executiva e o CRT são competentes para apurar as infrações e sanções.

Nos últimos capítulos, o Capítulo IV, que possui apenas o art.12º traz assuntos diferentes nos estatutos da EMEFI e CIEP. Ele se refere especificamente às reuniões e comissões. A EMEFI registrou que a diretoria executiva realizará reuniões quinzenais com os representantes de turma e assembleias gerais mensais. Tanto os representantes de turma quanto os estudantes que participarão das comissões de eventos, serão escolhidos democraticamente, por meio de votações e assembleias.

O CIEP, por sua vez, construiu um texto que tratava de um projeto em andamento na escola, conforme imagem abaixo:

Figura 7 Recorte do Estatuto do CIEP

CAPÍTULO IV

Art. 12º

Projetos em andamento Sustentabilidade consciente

Moramos em uma comunidade que ao foi abandonada pelo poder público. Vemos ao redor ne nossa escola muito lixo, que acaba conseqüentemente, causando doenças e agravando enchentes. Desta forma resolvemos de forma orientada e consciente transformar o nosso lixo em luxo. Fazemos campanhas para que todas comunidade escolar traga para a escola todo lixo que possa ser reciclado, vendemos esse material no ferro velho trazendo renda para escola. Ano passado tivemos o objetivo de fazer um grande festa no dia das crianças. Arrecadamos R\$3.500 e realizamos uma grande festa. Esse ano devido a deterioração de nossa escola, usaremos o dinheiro arrecadado para pequenos reparos e reavivar alguns espaços.

Abraçando o Ciep

Faremos neste ano intensas campanhas para que a comunidade local abrace o CIEP. Cuidando e o protegendo de possíveis depredações e roubos, chamando os responsáveis a participar de forma voluntária, chamando cada um para o pertencimento do local.

Fonte: Rio de Janeiro, SME, 2018.

O último capítulo continha do art.13º ao 15º e se apresentou de forma semelhante, ajustando apenas a data de aprovação em assembleia dos estatutos. O Estatuto da EMEFI foi aprovado em 05 de dezembro de 2018 e o Estatuto do CIEP em 10 de maio de 2019. Todos os Estatutos foram lidos e aprovados pela equipe do NIAP/PROINAPE, de acordo com o planejamento.

Os Estatutos dos Grêmios Estudantis descritos recorreram a conceitos como representatividade e democracia. Os estudantes acompanharam as etapas de planejamentos e ações, registrados no Estatuto. Entendemos que esta representatividade incide positivamente na aprendizagem e é inerente à democracia. Ademais, a natureza dos Grêmios Estudantis pode ser entendida como ato pedagógico. Ou seja, a participação e/ou o protagonismo têm uma dimensão pedagógica, por permitir a formação para o exercício da cidadania e política, além de

viabilizar a intervenção nos processos decisórios (GADOTTI, 2014). Assim, “formar para a participação não é só formar para a cidadania, é formar o cidadão para participar, com responsabilidade, do destino de seu país; a participação é um pressuposto da própria aprendizagem” (GADOTTI, 2014, p. 02).

Sendo assim, é imprescindível que o estudante participe dos acordos, decisões e da produção do texto do estatuto, entendendo como se efetiva na prática a democracia e o protagonismo. Tudo tem que ser constituído como resultado de decisões individuais ou em grupo, sempre transitórias, reforçando constantemente a elaboração e manutenção dos vínculos (SIBILIA, 2012).

O NIAP acompanhou as ações dos grêmios até março de 2019. Vejamos a ruptura do processo dada em uma conjuntura de mudança de gestor e de uma nova reestruturação da SME. Em setembro de 2018 o Secretário de Educação César Benjamin foi exonerado da função e então foi nomeada uma nova secretária de educação Talma Romero Suane.

Os interesses políticos e as práticas pedagógicas, historicamente, mantêm uma relação que visa a dominação. Essas relações são desiguais, pois a política influencia muito mais a educação, que vice-versa. Com uma nova Secretária de Educação, em 2019, ocorreu uma reestruturação da SME e criou-se a Coordenadoria de Integração e Gestão (CIG). Então, a CIG assumiu, dentre outras, as funções relativas aos Grêmios Estudantis. O NIAP, portanto, não mais participou do processo de constituição dos Grêmios Estudantis Cariocas da rede de ensino. Atualmente, a SUBAIR é responsável pelos assuntos relativos às agremiações das escolas cariocas.

A seguir vamos às considerações finais desta dissertação como forma de arazoar os dados descritos e, em alguma medida analisados, sobre as práticas de gestão adotada pelo NIAP em duas escolas voltadas para a EITI que pertencem à rede municipal de educação básica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação que ora apresentamos resultou de uma trajetória profissional na rede municipal de educação da cidade do Rio de Janeiro, onde atuei como professora na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental e desempenhei atividade na administração educacional como diretora e coordenadora pedagógica de ações da secretaria de educação.

Em uma dessas experiências, mais especificamente em uma, cujo NIAP era o responsável pelo desenvolvimento de uma ação mais sistemática envolvendo os grêmios estudantis na direção de uma gestão democrática, atuando como coordenadora pedagógica em uma instituição escolar, vivenciei uma rotina inquietante que, em certa medida, me levou a questioná-la. Que práticas eram essas? Após um período de distanciamento, já no curso de mestrado, me questionei: o que teríamos a dizer sobre tais práticas?

Na dissertação projetamos uma análise das práticas de gestão democrática voltadas para os grêmios estudantis desempenhadas pelo NIAP, com particular atenção para duas Escolas de Tempo Integral no Ensino Fundamental I, uma da 7ª Coordenadoria e outra da 10ª, no ano de 2018, na Secretaria Municipal de Educação (SME) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ).

Outro fator que contribuiu (além da trajetória profissional) para a realização da dissertação foi a escassez de estudos sobre a organização de grêmios estudantis, analisando a gestão democrática, em escolas de tempo integral. Consideramos para afirmar isso o levantamento realizado em bases de dados como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o portal de periódicos Scientific Electronic Library Online (SciELO) e os Grupos de Trabalho das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Metodologicamente lançamos mão de uma revisão bibliográfica sobre os temas da Gestão Democrática e da EITI como forma de sustentação da análise documental que considerou o que era proveniente da SME da PCRJ, em especial os documentos produzidos pelo NIAP, e as legislações educacionais da cidade do Rio de Janeiro.

Sendo assim, no primeiro capítulo da dissertação observamos o processo histórico e político da gestão democrática no país, com maior acuidade nos Grêmios

Estudantis. A ideia era perceber nas raízes históricas da gestão democrática os aspectos políticos que resultaram na constituição de uma ideia democrática para os grêmios estudantis. No capítulo em tela percorremos a produção de autores que dialogavam com o conceito de gestão e democracia, assim como verificamos na legislação educacional uma prática possível de realização da gestão democrática, em especial, no que diz respeito aos grêmios estudantis.

No segundo capítulo, ainda como forma de sustentarmos as análises sobre as ações do NIAP que porventura ocorreriam no capítulo 3, tentamos percorrer a política educacional com a finalidade de emoldurar o tema da EITI. Tínhamos como pressuposto que as práticas descritas no capítulo a diante (o terceiro) deveriam ser contextualizadas no capítulo 2.

Com isso, dialogamos diretamente com a produção de autores que informaram de um ponto de vista panorâmico (reconhecendo os limites dessa escolha) a política educacional, sobretudo, o que diz respeito aos mecanismos de Estado para a gestão da oferta do direito à educação e com autores que informaram sobre a EITI, em particular, sobre as experiências de maior relevo na história da Educação e sobre a legislação educacional referente à temática.

Por fim, no terceiro capítulo, descrevemos o movimento recente (dos anos 2000 em diante) da EITI no município do Rio de Janeiro. Ao colocar em destaque as normativas sobre EITI e, em alguma medida, debatê-la mediante referências bibliográficas pertinentes. Tínhamos em mente ancorar as normativas do município sobre os grêmios estudantis, em particular as ações o NIAP em 2018, setor responsável pelo desenvolvimento das ações. Entre tais ações destacamos ao longo do capítulo em tela o mapeamento e a mobilização dos grêmios estudantis nas escolas da rede municipal de educação realizada pelo NIAP a fim de organizar as eleições. Os dados indicam que esse foi um processo que atingiu significativamente as escolas da rede.

Destacamos também o processo eleitoral realizado pelo NIAP que envolveu os grêmios estudantis e estudantes da rede submetidos ao processo decisório. Nesse momento, os dados indicam que a participação do NIAP e da própria Secretaria Municipal de Educação, que desempenhou ações para que os grêmios fossem empossados com a devida representação, foram fundamentais para que houvesse uma institucionalidade no processo. Um as escolas construíram os seus

grêmios, outras fortaleceram os que já existiam, enquanto em algumas escolas pouca coisa foi modificada, assim supomos.

Ademais, também verificamos nos documentos analisados que o NIAP promoveu por intermédio de suas práticas de gestão uma ideia de protagonismo juvenil que desse sentido àquela vivência dos estudantes envolvido nos grêmios estudantis. O suporte (administrativo), nesse sentido, foi fundamental para que as escolas construíssem suas próprias práticas de gestão no que dizia respeito aos grêmios.

Os estatutos dos grêmios estudantis de duas escolas voltadas para a EITI foram analisados e, em alguma escala, evidenciaram a própria ação do NIAP nas escolas, pois estes eram os documentos que sintetizavam o que estava sendo proposto, uma ideia de gestão democrática dos grêmios estudantis. Com diferenças, mas também como semelhanças os estatutos representavam, em alguma escala, a participação dos estudantes no que dizia respeito ao grêmio estudantil nas instituições.

Vale destacar, finalmente, que a observação da ação do NIAP nesta dissertação aproximou a gestão democrática do tema da EITI, tendo como fio condutor os grêmios estudantis e a sua materialidade em duas escolas de TU. Isso permite concluir que os grêmios estudantis são uma materialidade possível do que há de democrático na gestão da Educação brasileira, em especial, no que diz respeito à EITI.

Sabemos dos limites dessa dissertação, pois, esse foi um primeiro esforço de síntese de ideias que surgiram a partir de uma trajetória profissional. Pensar sobre uma prática profissional, nesse sentido, é sempre um desafio, em razão, principalmente de um distanciamento necessário. Foi isso que tentamos na dissertação. Distanciar para fazer uma análise descritiva.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, E. B. Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

AMARAL, Daniela Patti; CASTRO, Marcela Moraes. Seleção de diretores escolares no Estado do Rio de Janeiro: a participação da comunidade no (con)texto político. ROTEIRO, v. 45, p. 1-22, 2020.

ANDERSON, P. Entrevista. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 nov. 2002, Caderno especial, p. 9-10.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo IN: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (org.) Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 41, p. 664-666, 2011.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. O Estado, a política e a regulação do setor educacional no Brasil: uma abordagem histórica In: Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos/ Naura Syria Carapeto Ferreira, Márcia Angela da S. Aguiar (orgs.). São Paulo: Cortez, 2001. – 2.ed. p.17-42.

BERNADO, E. S. ; BORDE, Amanda Moreira . PNE 2014-2024: uma reflexão sobre a Meta 19 e os desafios da gestão democrática. Educação e Cultura Contemporânea , v. 13, p. 254-273, 2016.

BERNADO, Elisângela da Silva; SILVA, Tânia Mara Tavares. A relação família-escola: desafios para gestão escolar. Tavares. A relação família-escola: desafios para gestão escolar. Revista Educação e Cultura Contemporânea Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, VOL. 14, Nº 34, 2017.

BORTONI-Ricardo, Satella Maris. O professor pesquisador: introdução a pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA NOVA REPÚBLICA. 1986-89, Lei Nº 7.486, de 06 de junho de 1986, Brasília, DF, 1986.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. – http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 30/09/2021.

_____. Lei n. 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez 1996.

_____. Lei n. 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 09 jan. 2001.

_____. Lei nº 11.494, Regulamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 2007.

_____. Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de jun. 2014. BRASIL. Portaria Interministerial nº. 17, de 24 de abril de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 abril. 2007.

_____. Lei nº 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 1990

_____. Ministério da Educação. Programa Novo Mais Educação: Documento orientador. Adesão. Versão 1. Brasília, DF: MEC, 2016b

_____. Portaria nº1144, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de out, 2016a

CABRAL, M. E. S. C. Construindo a escola de tempo integral: um cotidiano e seus desafios. In: COELHO, Lígia Martha C. da Costa; CAVALIERE, Ana Maria Vilela (Org.) Educação brasileira e(m) Tempo Integral. Petrópolis: Vozes, 2002.

CASTRO, Raquel Moraes. Escola Parque. 2009. Disponível em: <http://www.agecom.ba.gov.br>. Acesso agosto. 2020.

CAVALARI, Rosa M. F. Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

CAVALIERE, A. M. V (Org.); Tempo De Escola e Qualidade Na Educação Pública. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100, 2007.

CAVALIERE, A. M. V. Notas sobre o conceito de educação integral. In: Lígia COELHO, Martha C. da Costa (Org). Educação Integral em Tempo Integral: estudos e experiências em processo. Petrópolis, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

CAVALIERE, A. M. V. Notas sobre o conceito de educação integral. Educação Integral em Tempo Integral versus alunos em tempo integral. Petrópolis, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

CAVALIERE, A. M. V; COELHO, L. M. C. (Org.) Educação brasileira e(m) Tempo Integral. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. A Educação Integral na obra de Anísio Teixeira. In: VI Jornada de Pesquisadores de Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira? Educação e Sociedade, Campinas, 2002.

COELHO, L.M.C.C.; PAIVA, F. R. S.; AZEVEDO, D. S.. CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM PROPOSTAS DE AMPLIAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR. Instrumento (Juiz de Fora), v. 16, p. 47-58, 2014.

COELHO, Ligia Martha Coimbra; HORA, Dayse Martins. Educação integral, tempo integral e currículo. Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, 2009.

COELHO, Ligia. EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRALISMO NOS ANOS 30: A VEZ (E A VOZ) DOS PERIÓDICOS. ANPUH – XXIII, SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

COELHO, Ligia; ROSA, Alessandra; SILVA, Luisa. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E NOVO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: ENTRE PERSPECTIVAS E DESAFIOS. Revista COCAR, V.12. N.23, p. 510 a 533 – Belém, 2018.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. O Adolescente como Protagonista. Junho de 2007. Disponível em: https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2018/09/10_texto-adolescente-como-protagonista.pdf. Acesso em 30/11/2021.

COSTA. Antonio Carlos Gomes da. Protagonismo Juvenil: O que é e como praticá-lo. Instituto Aliança. Belo Horizonte, 2016. 11 p. Disponível em: http://www.institutoalianca.org.br/Protagonismo_Juvenil.pdf Acesso em 27 março. 2022.

CURY, C. R. J. O conselho nacional de educação e a gestão democrática. In: OLIVEIRA, D. A. (Org). Gestão democrática da educação: desafios a enfrentar. Petrópolis: Vozes, 1997. p.199- 206.

DAVIS, Claudia [et al], VIEIRA, Sofia Lerche. Gestão da Escola: *desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro: DP e A, 2002.

DRUCKER, P. F. Desafios gerenciais para o século XXI. São Paulo: Pioneira, 2000.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. UNE em tempos de autoritarismo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FAYOL, H. Administração industrial e geral: previsão, organização, comando, coordenação, Controle. São Paulo: Editora Atlas, 1949.

FELIX, R. C. R. P. O DIREITO À EDUCAÇÃO E O TEMPO INTEGRAL: O Turno Único em Cena; 2021; Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,; Orientador: Elisangela da Silva Bernado.

FERNANDES L. A.; Gomes, J. M. M. Relatório de pesquisa nas Ciências Sociais: Características e modalidades de investigação. ConTexto, Porto Alegre, v. 3, n. 4, 2003.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão democrática da educação: *atuais tendências, novos desafios*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs.). *Gestão da educação: Impasses, perspectivas e compromissos*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

FERRETTI, Celso João; ARAÚJO, Ronaldo Lima; LIMA FILHO, Domingos Leite Brasil. Secretaria de Educação Básica. Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno V: organização e gestão democrática da escola / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica – Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 2013. 53p.

FIGUEIREDO, A. C. e LIMONGI, F. "Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989 - 1994". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol.38, nº3, 1995.

FIORI, J.L. O nome aos bois: instituto da cidadania. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

FONSECA, Marília. Políticas Públicas Para A Qualidade Da Educação Brasileira: Entre O Utilitarismo Econômico E A Responsabilidade Social. Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009

FONSECA, Sonia; NUNES, C. T. F. M. . O Gestor Da Escola E As Ferramentas De Gestão: Um Relato De Experiência Com A Análise Swot. In: VI Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação e IX Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2018, Lleida - Barcelona. VI Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. Recife: ANPAE, 2018. v. 2. p. 80-85.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educação & sociedade, 2003, 24: 93-130.

GADOTTI, Moacir. Novas perspectivas para a Educação in: Revista Pedagógica Pátio. ano XI, nº 41, fev/abr, 2007, p. 8-11.

GONÇALVES, Antônio Sérgio. Reflexões sobre a educação integral e a escola de tempo integral. Disponível em, 2006. Acesso em 10 de dez de 2020.

GONÇALVES, Renata. Elaboração da Proposta Pedagógica: Diretrizes Curriculares Nacionais. [S/D]. Disponível em: www.monografias.brasilecola.com/pedagogia/elaboração-proposta-pedagogia Acesso em 22/05/11.

HORA, D. M.; COELHO, Ligia M. Diversificação curricular e educação integral. 2004 p.1- 12. Disponível. www.unirio.br/cch/neephi/textos/ligiaedayse_educacaointegral. Acesso em 14 de fevereiro de 2021.

HORA, Denair Leal da. Gestão Democrática na escola. Campinas, SP: Papirus, 1994. (coleção Magistério: Formação e trabalho Pedagógico).

IBAM. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Manual do Prefeito. 2009. Disponível em: https://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/manual_prefeito.pdf. Acesso em 5 de mar. 2022.

IFAC. International Federation of Accountants. Governance in the public sector: a governing body perspective. In International public sector study nº 13., 2001. Disponível em: <https://www.ifac.org/system/files/publications/files/study-13-governance-in-th.pdf>. Acesso em: 1 Out. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos et all. Educação escolar: políticas, estrutura e organização (Coleção docência em formação) São Paulo. 5 ed. Cortez, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. 259p.

LIBÂNEO, José Carlos. Perspectivas de uma pedagogia emancipadora face às transformações do mundo contemporâneo. Pensar a Prática, v. 1, n. 1, p. 1-21, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCK, Heloisa. [et all]. A escola participativa: o trabalho do Gestor. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LÜCK, Heloisa. A gestão participativa na escola: 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, série: cadernos de Gestão.

LÜCK, Heloisa. Gestão Educacional: *uma questão de paradigmática*. 4 ed, Petrópolis, RJ Vozes, 2008, série caderno de Gestão.

LÜCK, Heloisa. Perspectivas da Gestão Escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. In Revista em aberto, Brasília, V17, nº 12, fev/jun, 2000, p. 11-33.

LÜCK, Heloisa: Concepções e processos democráticos de gestão educacional. 3 ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, série cadernos de gestão.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAINARDES, Jefferson; Abordagem Do Ciclo De Políticas: Uma Contribuição Para A Análise De Políticas Educacionais. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan/abr, 2006.

MARTINS, F. A. S. A Voz do Estudante na Educação Pública: um estudo sobre participação de jovens por meio do grêmio estudantil. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2010.

MARTINS, F. S. . Política de educação em tempo integral no município do RJ. 2016. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

MARTINS, F. S. . Trabalho docente em escolas de tempo integral: olhares sobre a política do turno único RJ. In: 14a Reunião da ANPEd Sudeste, 2020, Rio de Janeiro. 14a Reunião da ANPEd Sudeste. Rio de Janeiro, 2020.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educ. Pesquisa. 30 (2) • Ago 2004.

MEC. Documento orientador versão I: Programa Novo Mais Educação, out/2016. 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=53061-novo-mais-educacao-documento-orientador-pdf&category_slug=dezembro-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em 18 fev 2022.

MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Décio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel. Direito administrativo brasileiro. 38. ed. atual. São Paulo: Editora Malheiros, 2012.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete CIACs (Centros Integrados de Atendimento à Criança). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/ciacs-centros-integrados-de-atendimento-a-crianca/>. Acesso em 08 jun 2022.

MILITÃO, S. C. N.; COSTA, L. S.. A gestão democrática na legislação educacional nacional: avanços, problemas e perspectivas. Horizontes, v. 37, p. 01-14, 2019.

NEUBAUER, Rose; SILVEIRA, Ghislene Trigo. Gestão dos Sistemas Escolares - Quais caminhos perseguir? In SCHWARTZMAN, Simon; COX, Cristián (editores).

Políticas Educacionais e Coesão Social. Uma Agenda Latino-americana. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, 2009, 25.2.

OLIVEIRA, Francisco. Entre São Bernardo e a Avenida Paulista. Folha de S. Paulo, 2002, 29.

PARENTE, Cláudia Da Mota Darós. Políticas de Educação Integral em Tempo Integral à Luz da Análise do Ciclo da Política Pública. EDUCAÇÃO E REALIDADE, v. 43, p. 415-434, 2018.

PARO, Vitor Henrique. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. 1998 Acesso http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2010/a_gestao_da_educacao_vitor_Paro.pdf. Acesso em 29 nov. 2021.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Cortez, 2016.

PARO, Vitor Henrique. Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino. São Paulo: Ática, 2007. 120p.

PARO, Vitor Henrique. O que é gestão escolar? Trivial variado. São Paulo, 09 de jun de 2020. Disponível em: < <https://www.vitorparo.com.br/27-o-que-e-gestao-escolar/>>. Acesso em 02/12/2022.

PATEMAN, C. Participação e Teoria Democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

POUPART, J. et al. (Orgs.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

RABÊLLO, Maria Eleonora D. Lemos. O que é protagonismo juvenil? Disponível em: http://www.cedeca.org.br/PDF/protagonismo_juvenil_eleonora_rabe_llo.pdf, 2004. Acesso em 15 de junho. de 2022.

RIBEIRO, D. (1990). Testemunho. São Paulo: Siciliano.

RIO DE JANEIRO. Poder Executivo. Decreto Nº 41.289/16 de 25 de fevereiro de 2016. Rio de Janeiro, 2016.

RIO DE JANEIRO. Poder Executivo. Resolução nº 55 de 23 de fevereiro de 2018. Rio de Janeiro, 2018.

RIO DE JANEIRO. Poder Executivo. Resolução nº 56 de 23 de fevereiro de 2018. Rio de Janeiro, 2018a.

SANDER, Benno. Política, gestão e qualidade do ensino. In: Bezerra, Moura Costa (Orgs)... [et. Al]. Brasília: Líber livro, 2009, p. 83-95.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I - Número I. Rio Grande, 2009.

SIBILIA, Paula. Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILVA, B. A. R.; COELHO, Ligia Martha Coimbra. Núcleos de estudos e educação integral/UNIRIO: o que se produz em comum, no campo da história? Revista HISTEDBR On-line, 2019, 19: e019016-e019016.

SINGER, P. (2004). Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Estudos Avançados*, 18(51), 7-22.

VIEIRA, S. L. Política educacional em tempos de transição. Brasília: Plano, 2000.

WERLE, Flavia Oline Correia. Conselhos Escolares: implicações na Gestão da Escola Básica. Rio de Janeiro, DP e A, 2003.

WESTBROOK, Robert B., et al. John Dewey. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Pós 2016. O Rio mais integrado e competitivo. Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2013-2016. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em http://www.conselhodacidade.com/v3/pdf/planejamento_estrategico_13-16.pdf. Acesso em 25 de fevereiro de 2022.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Introdução ao Conceito de PPP e Concessões. Preparado pelo Município do Rio de Janeiro. Sem data. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5305003/4138534/IntroducaoaoConceitodePPPeConcessoes.pdf>. Acesso em 14 de fevereiro de 2022.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Plano Plurianual. Decreto Rio nº 41.289 de 26 de fevereiro de 2016. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/educacao-em-numeros>. Acesso em 11 de fevereiro de 2022.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2009-2012. Disponível em: . Acesso em 19 de janeiro 2022.

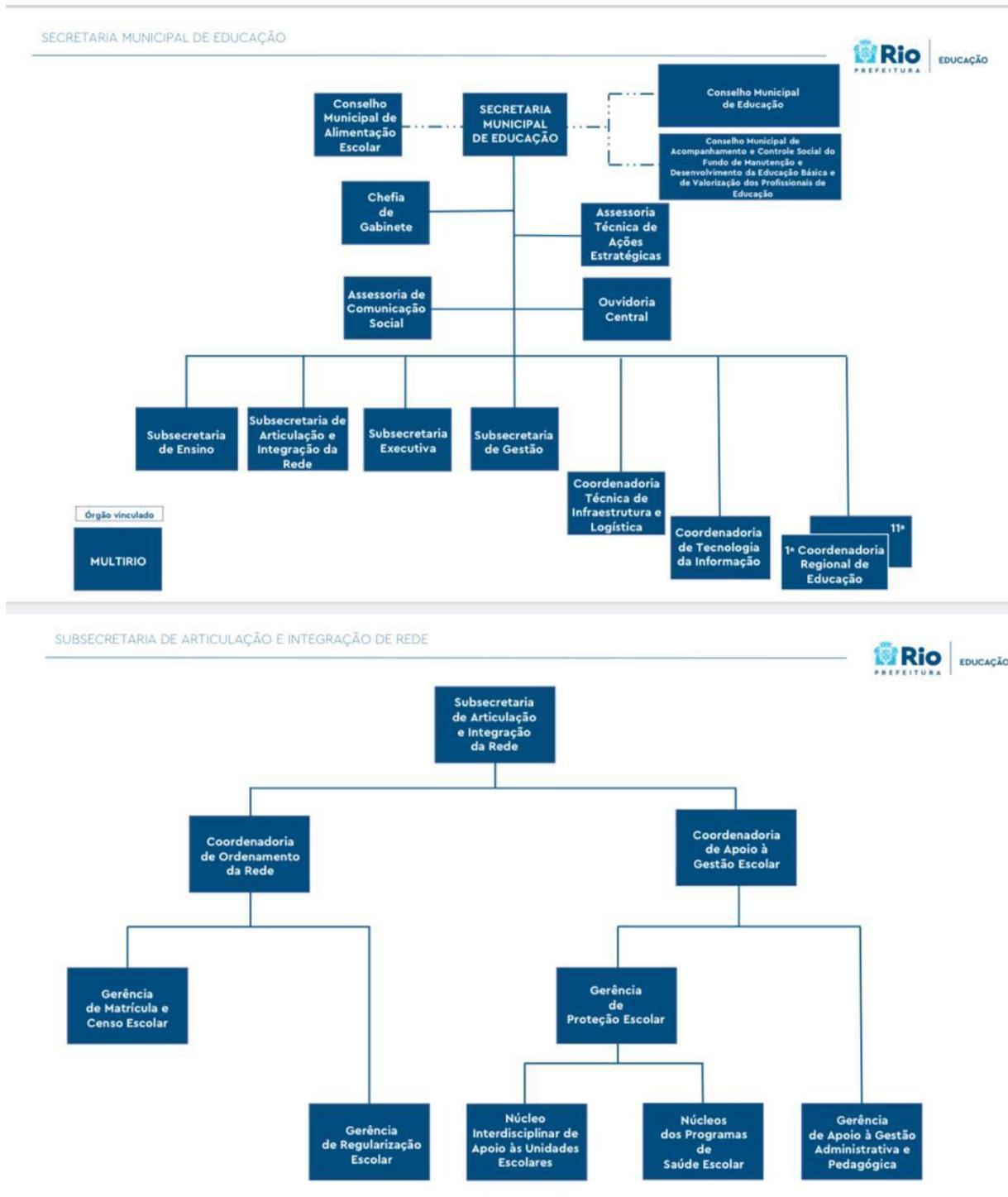
PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Planejamento Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2013-2016. Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2116763/4104304/planejamento_estrategico_1316.pdf. Acesso em 19 janeiro de 2022.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Educação, Cadernos de Políticas Públicas da Prefeitura do Rio de Janeiro 2014-2016. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130264/EducacaoPORT1211.pdf>, Acesso em 25 de fevereiro de 2022.

FILME: CÉU ABERTO, Direção e Roteiro: João Batista de Andrade. Produção Executiva: Assunção Hernandes. Fotografia: Chico Botelho. Edição: Walter Rogério. Som: Geraldo Ribeiro, Walter Rogério, Tide Guimarães e Marien Van De Ven. Direção Produção: Armando Lacerda. Montagem: Walter Rogério e Danilo Tadeu. Brasil: RAIZ, 1985. DVD (78 min), NTSC, son., color.

ANEXOS

ANEXO A - ORGANOGRAMA DA SME DA PCRJ (2022)



Fonte: <https://site.prefeitura.rio/>

ANEXO B - Modelo FORMULÁRIO alunos: Inscrição das Chapas para Eleição dos Grêmios Estudantis

Formulário de Inscrição

Formulário destinado aos alunos para o preenchimento de informações sobre inscrições das Chapas que irão concorrer as Eleições do Grêmio Estudantil. Necessário o preenchimento de um Forms por cada CHAPA inscrita.

1. Designação da Unidade Escolar:

Faça conforme o modelo: 00.00.000

2. Nome da Unidade Escolar:

Faça conforme o modelo: E.M. Dona Flor / GEO Dona Flor / CIEP Dona Flor

3. Responsável pelo preenchimento:

4. Caso o formulário não tenha sido preenchido pelo aluno, sinalizar o motivo.

5. Nome, número e cor da Chapa inscrita

Faça conforme o modelo: Vênus, 42, amarelo

6. Relate em tópicos as principais propostas da Chapa

Siga o modelo abaixo iniciando com um travessão cada tópico _Tópico 1 _Tópico 2 _Tópico 3...

7. Nome do Presidente da Chapa:

8. Data de Nascimento do Presidente da Chapa
(*Siga o modelo : 00 / 00 / 0000*)

9. Ano de Escolaridade do Presidente da Chapa:

10. Nome do Vice-Presidente da Chapa

11. Data de Nascimento Vice - Presidente da Chapa
(*Siga o modelo : 00 / 00 / 0000*)

12. Ano de Escolaridade do Vice- Presidente da Chapa:
(*Siga o modelo : 00 , idade no dia da inscrição da Chapa*)

13. Nome do 1º Secretário da Chapa:

14. Data de nascimento do 1º Secretário da Chapa
(*Siga o modelo : 00 / 00 / 0000*)

15. Ano de escolaridade do 1º Secretário da Chapa:

16. Nome do 2º Secretário da Chapa:

17. Data de nascimento do 2º Secretário
(Siga o modelo : 00 / 00 / 0000)

18. Ano de escolaridade do 2º Secretário da Chapa:

Adicionar pergunta

Fonte: RIO DE JANEIRO, SME,2018.

ANEXO C - Questionário de Informações sobre a composição das Comissões Eleitorais

Este questionário objetiva monitorar a formação das Comissões Eleitorais nas unidades Escolares como parte da mobilização das Eleições para os Grêmios Estudantis na SME-RJ

Olá GREMIO, quando enviar este formulário, o seu nome e endereço de email serão exibidos para o proprietário do formulário.

1. Unidade Escolar e designação

2. CRE

- 1ª CRE
- 2ª CRE
- 3ª CRE

- 4ª CRE
- 5ª CRE
- 6ª CRE
- 7ª CRE
- 8ª CRE
- 9ª CRE
- 10ª CRE
- 11ª CRE

3. Segmentos atendidos:

Insira sua resposta

◀
▶

4. Turnos de funcionamento da U.E:

Insira sua resposta

◀
▶

5. Com relação as eleições para os Grêmios estudantis, conseguiu compor a Comissão Eleitoral?

- sim
- não

6. Se respondeu "sim", por favor, preencha os seguintes dados dos alunos integrantes (titulares e suplentes): nome completo do aluno; idade; ano de sua escolaridade; e-mail (se houver)

Insira sua resposta

◀
▶

7. Se respondeu "não", por favor, diga-nos: Por que? Quais as dificuldades? Como considera que o NIAP pode auxiliar neste processo?

Insira sua resposta

◀
▶

8. Caso não tenha sido possível compor a Comissão Eleitoral, a Unidade Escolar ainda pretende fazê-lo? Caso responda "sim", por favor, entre em contato com o NIAP por e-mail: gremio.sme@rioeduca.net ou pelo telefone: 2293 0457 / 2976 2348, para orientações.

- sim

○ não

Fonte: RIO DE JANEIRO, SME, 2018.

ANEXO D - Circular E/SUBE/NIAP nº 02 de 08/11/2018



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de
Educação Subsecretaria de
Ensino Subsecretaria de
Gestão
Rua Afonso Cavalcanti, n.º 455
Cidade Nova – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20211-110**

Circular E/SUBE/NIAP nº 02

**Rio de Janeiro, 08 de novembro
de 2018.**

Assunto: Orientações para elaboração dos Estatutos dos Grêmios Estudantis

Senhor(a) Coordenador da
E/CRE, Senhora Gerente da
E/CRE/GED,

Senhor(a) Profissional de Referência do Programa de Protagonismo
Juvenil, Senhor(a) Diretor(a) de Unidade Escolar,

Senhor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a),

Senhor(a) Profissional de Apoio aos Grêmios Estudantis,

A Resolução SME N.º 56, de 22/02/2018, que institui o Grêmio Estudantil nas Unidades Escolares da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro, estabelece em seu Art. 15 que cada Diretoria Executiva deverá elaborar o Estatuto do Grêmio Estudantil.

2. Conforme o estabelecido na Resolução supracitada, o Estatuto é o documento que regula o funcionamento de cada Grêmio Estudantil, devendo ser elaborado pela Diretoria Executiva, apreciado e aprovado pelo corpo discente em Assembleia Geral.

3. Segue junto à presente circular, arquivos com orientação para a elaboração do Estatuto, visando a ampla divulgação nas Unidades Escolares que dispõem de Grêmio Estudantil.

4. O processo de elaboração e envio dos Estatutos para a E/SUBE/NIAP tem a seguinte previsão de cronograma:

- ✓ De 08 de novembro a 18 de dezembro: elaboração do Estatuto pelos alunos;
- ✓ Até 19 de dezembro: envio dos Estatutos por cada Diretoria Executiva;
- ✓ De 12 de fevereiro de 2019 a 15 de março de 2019: retorno dos Estatutos com selo, atestando a finalização dos mesmos, pela Secretaria Municipal de Educação para cada Diretoria Executiva.

5. Os Estatutos deverão ser encaminhados para as Coordenadorias Regionais de Educação, com cópia para o Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares por meio digital (gremio.sme@rioeduca.net) e com a seguinte descrição de assunto “Estatuto do Grêmio – CRE - nome da U.E”.

6. Contamos com a ampla divulgação junto a toda comunidade escolar.

Atenciosamente,

Kátia Regina de Oliveira Rios Pereira Santos
Gerente II – E/SUBE/NIAP
Matr. 11/117.584-3

Fonte: RIO DE JANEIRO, SME, 2018.

ANEXO E - Orientações para elaboração dos estatutos

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de
Educação Subsecretaria de
Ensino
Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares –
NIAP

Apresentamos abaixo um modelo de Estatuto.

*Fique atento! Ele é **apenas** uma sugestão e inclui pontos que acreditamos ser importantes. Nele você vai encontrar comentários, questões e sugestões para pensar com o seu grupo gremista.*

Este modelo pode e deve ser adequado à realidade do Grêmio Estudantil de cada escola, podendo ser adaptado e incluídos novos pontos.

ESTATUTO

GRÊMIO ESTUDANTIL **NOME DO GRÊMIO**

| |

E/CRE (00.000.000) Nome da Unidade Escolar

ESTATUTO DO GRÊMIO ESTUDANTIL

E/CRE | Nome da Unidade Escolar
(00.00.000)

Membros da Diretoria Executiva

Presidente: |
 Vice- |
 Presidente: 1.º |
 Secretário: 2.º |
 Secretário:

NOME DO GRÊMIO

CAPÍTULO I

Da Natureza, Denominação e Objetivos

Art. 1.º O Grêmio Estudantil é um direito de organização autônoma e constitui uma entidade representativa dos alunos nas Unidades Escolares da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro. Deve acompanhar as orientações previstas na **Lei Federal nº 7.398, de 04 de novembro de 1985** e nas Resoluções **SME Nº 55 de 22 de fevereiro de 2018** e **SME Nº 56 de 22 de fevereiro de 2018**, sendo, em primeiro lugar, preservada e garantida a autonomia dos estudantes e sua liberdade de expressão.

Art. 2.º O Grêmio **nome do Grêmio** é o órgão máximo
 Estudantil **Estudantil** de
 representação dos alunos **nome da Unidade** e foi eleito para
 da(o) **Escolar** o

mandato que se iniciou no **data da posse na Unidade Escolar** e se encerrará em 08 de junho de 2020.

Parágrafo Único: As atividades do Grêmio reger-se-ão pelo presente Estatuto aprovado em Assembleia Geral convocada para esse fim.

Art. 3.º O Grêmio tem por objetivos:

I- Defender os interesses individuais e coletivos de todos os estudantes matriculados **na nome da Unidade Escolar** ;

II- Agora é com vocês! Pensem em outros objetivos para o Grêmio e insiram aqui!

CAPÍTULO II

Da Organização do Grêmio Estudantil

Art. 4.º São instâncias participativas do Grêmio Estudantil:

Neste artigo, vale destacar que vocês podem incluir ou considerar novas formas de participação presentes em sua escola, além das sugeridas abaixo. Diversos grêmios possuem, por exemplo, comissões que cuidam de assuntos específicos como divulgação de informações, organização de eventos, entre outros. Este é o momento de registrar essas outras formas de participação.

- a) Assembleias de Classe;
- b) Conselho de Representantes de Turmas (CRT);

Inserir outras formas de participação, se houver.

Art. 5.º São instâncias deliberativas do Grêmio Estudantil:

Uma instância deliberativa é formada por um grupo de pessoas que votam e tomam decisões em nome da maioria de um grupo.

- a) Assembleias Gerais;
- b) Diretoria Executiva.

Art. 6.º Compete à Assembleia Geral:

- a) Aprovar a composição da Comissão Eleitoral.
- b) Formalizar a posse da chapa eleita.
- c) Indicar um/uma profissional da Unidade Escolar que será apoio ao Grêmio.
- d) Aprovar e reformular o Estatuto do Grêmio.
- e) Eleger os cargos em vacância, respeitando-se o disposto na Resolução SME nº56 de 22 de fevereiro de 2018.
- f) Dialogar e deliberar sobre assuntos do cotidiano escolar, previamente definidos por qualquer estudante matriculado na Unidade Escolar.
- g) Avaliar e aprovar a prestação de contas das atividades do Grêmio Estudantil.

Art. 7.º Compete à Assembleia de classe:

- a) Se constituir em um espaço de participação do coletivo de alunos de cada classe, devendo suas questões e demandas serem encaminhadas pelos representantes de turma à Diretoria Executiva do Grêmio Estudantil.

§ 1º. A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da entidade nos termos deste Estatuto, compondo-se de todos os estudantes da Unidade Escolar e, excepcionalmente, de convidados do Grêmio, porém, estes não terão o direito ao voto.

§ 2º. A periodicidade e o quórum mínimos, bem como as formas de convocação das Assembleias, deverão obedecer ao disposto na Resolução SME nº 56 de 22 de fevereiro de 2018.

Agora é com vocês! Que outras questões competem a uma Assembleia Geral e a uma Assembleia de Classe? Insiram nestes dois Artigos outras formas, se houver.

Art. 8.º Compete à Diretoria Executiva do Grêmio Estudantil:

Vocês devem definir as competências da Diretoria Executiva, respeitando o disposto na Resolução SME nº 56 de 22 de fevereiro de 2018.

- a) |
- b) |

Art. 9.º Compete ao Conselho de representantes de turmas:

O Conselho de representantes é composto por todos os representantes de turma de sua escola. Qual será a participação deles junto à Diretoria Executiva do Grêmio? Quais as funções desse Conselho?

- a) |
- b) |

CAPÍTULO III

Do Regime Disciplinar

Art. 10.º Constitui infração disciplinar:

Atenção! O Grêmio Estudantil é um exercício de protagonismo e cidadania em uma coletividade participativa. É, em primeiro lugar, uma oportunidade de aprendizagem. Devemos cuidar para que o foco principal seja mais no processo de aprendizagem e exercício da fala do que no

caráter punitivo. É importante contextualizar e entender os motivos que levaram a uma possível infração. O diálogo sempre deve vir antes de alguma decisão.

- a) Deixar de cumprir as disposições deste Estatuto.
- b) Praticar atos que venham a ridicularizar a entidade e seus filiados.
- c) Que outros pontos vocês acham que precisam ser colocados aqui?

Art. 11.º São competentes para apurar as infrações e definir as possíveis sanções os membros da Diretoria Executiva em conjunto com o Conselho de representantes.

Parágrafo Único: Ao suposto infrator será garantido amplo direito de defesa.

ATENÇÃO: os profissionais da escola podem auxiliar o processo de diálogo entre os alunos. Porém, as possíveis sanções devem ser analisadas e decididas pela Diretoria Executiva do Grêmio Estudantil em conjunto com o Conselho de Representantes das turmas. É também muito importante preservar a imagem de todos os envolvidos na situação. Cuidado para não expor, não humilhar, não caluniar e não julgar injustamente seus colegas.

CAPÍTULO IV

Este capítulo está em branco para que vocês possam acrescentar outros itens que acharem necessário conter no Estatuto. Temos alguns exemplos abaixo, mas vocês podem usá-los ou não, assim como inserir outros.

Exemplos:

- **Frequência de encontros e reuniões.**
- **Definição de Comissões de alunos por atividade ou proposta a ser executada.**
- **Definição de estratégias de continuidade do trabalho da chapa que está saindo.**
- **Modo de organizar patrimônio, caso o Grêmio tenha sala e mobiliário cedido pela escola.**
- **Forma de parceria com o Conselho Escola Comunidade (CEC) para apoio e execução de atividades e/ou projetos.**
- **Etc.**

Art. 12.º

a) | |

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 13.º O presente Estatuto poderá ser modificado mediante proposta de qualquer membro do Grêmio ou do Conselho de Representantes de Turma, sendo aprovado por Assembleia Geral.

Art. 14.º Fica a critério de cada Grêmio Estudantil elaborar, além de seu Estatuto, um Regimento Interno que contemple as ações e decisões compartilhadas com a Gestão Escolar e demais profissionais da Unidade Escolar.

Art. 15.º Este Estatuto entrará em vigor após a sua aprovação em Assembleia Geral, em _____ de _____ de 20____, registrado em ata do Grêmio Estudantil, configurando-o como entidade autônoma para representação dos estudantes da referida Unidade Escolar, com finalidades e regras gerais preestabelecidas neste Estatuto e nas Resoluções SME nº 55 de 22 de fevereiro de 2018 e SME Nº 56 de 22 de fevereiro de 2018.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 20____

Fonte: RIO DE JANEIRO, SME, 2018.

ANEXO F – Formulário de análise dos estatutos (2019)

Formulário de Análise do Estatuto

Janeiro 2019

Designação:_____

Unidade Escolar: _____

Nome do Grêmio: _____

Itens descritos no Estatuto em relação à sua estrutura:

Natureza: consta não consta

Considerações:

Denominação: consta não consta

Considerações:

Objetivos: consta não consta

Considerações:

Instâncias participativas: consta não consta

Considerações:

Instâncias deliberativas: consta não consta

Considerações:

Competências da Assembléia Geral: consta não consta

Considerações:

Competências da Assembléia de Classe: consta não consta

Considerações:

Competência do Conselho de Representantes de Turma: consta não consta

Considerações:

Regime Disciplinar: consta não consta

Considerações:

Frequência de Encontros e Reuniões: consta não consta

Considerações:

Definição de Comissões de Alunos: consta não consta

Considerações:

Atividade ou proposta a ser executada pela Diretoria Executiva: consta não consta

Considerações:

Definição de Estratégia de continuidade do trabalho da chapa que está saindo:

consta não consta

Considerações:

Modo de organizar patrimônio, caso o Grêmio tenha sala e cedido pela escola:

consta não consta

Considerações:

Forma de parceria com o Conselho Escola Comunidade (CEC) para apoio e execução de atividades e/ou projetos: consta não consta

Considerações:

Disposições Gerais e Transitórias: consta não
consta Considerações:

Outros Títulos/ Assuntos. Sim não

Quais? Considerações:

Observações Gerais:

É preciso observar que Estatuto regulamenta o funcionamento do Grêmio Estudantil de uma Unidade Escolar, sendo preciso definir quais regras se aplicam à todos os alunos da

U.E (como a participação em Assembleias) e quais são aplicáveis apenas aos membros da Diretoria Executiva (como o Regime Disciplinar).

Outras considerações:

Rio de Janeiro, __de__ de 2019.

Ass.:

Fonte: RIO DE JANEIRO, SME, 2019.

